

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

Umbelina Angélica Fernandes

**INTERLOCUÇÃO ENTRE OS ESTUDANTES DA EJA E O PODER  
PÚBLICO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

Belo Horizonte

2019

Umbelina Angélica Fernandes

## **INTERLOCUÇÃO ENTRE OS ESTUDANTES DA EJA E O PODER PÚBLICO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Professora Doutora Vanessa Regina Eleutério Miranda

Belo Horizonte

2019

F363i  
TCC

Fernandes, Umbelina Angélica, 1965-  
Interlocução entre os estudantes da EJA e o poder público para o  
exercício da cidadania [manuscrito] / Umbelina Angélica Fernandes. - Belo  
Horizonte, 2019.  
137 f. : enc, il.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Educação.

Orientadora: Vanessa Regina Eleutério Miranda.

Bibliografia: f. 104-105.

Anexos: f. 106-137.

1. Educação. 2. Educação de adultos. 3. Cidadãos -- Formação.  
4. Administração local -- Participação do Cidadão. 5. Administração municipal  
-- Participação do Cidadão. 6. Administração pública -- Participação do  
Cidadão. 7. Poder legislativo -- Participação do Cidadão. 8. Vereadores.  
9. Cultura política. 10. Poder comunitario. 11. Comunidade -- Organização.  
12. Política urbana. 13. Vida urbana -- Aspectos políticos.

I. Título. II. Miranda, Vanessa Regina Eleutério, 1971-. III. Universidade  
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 374

**Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

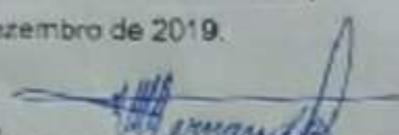
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



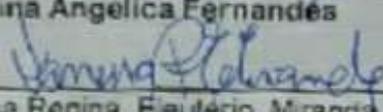
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Curso de Especialização em Formação de Educadores para  
Educação Básica

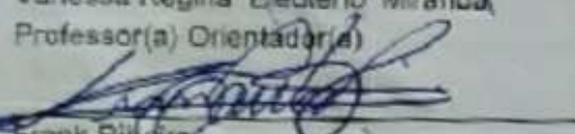
ATA DE DEFESA DO OCTINGENTÉSIMO VIGÉSIMO QUARTO TRABALHO FINAL DO CURSO DE  
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

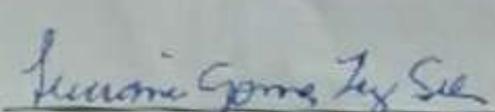
Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “Interlocução entre os Estudantes da EJA e o Poder Público para o Exercício da Cidadania”, do(a) aluno(a) Umbelina Angelica Fernandes. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Vanessa Regina Eleutério Miranda (orientador) e Frank Ribeiro. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão a banca examinadora considerou o trabalho aprovado, atribuindo-lhe a nota 96, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a)   
Umbelina Angelica Fernandes

Registro na UFMG: 2018752762

  
Vanessa Regina Eleutério Miranda,  
Professor(a) Orientador(a)

  
Frank Ribeiro  
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

  
Luciana Gomes da Luz Silva  
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização  
Em Formação de Educadores para Educação Básica

Umbelina Angélica Fernandes

**Interlocução entre os estudantes da EJA e o poder público para o  
exercício da cidadania**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Aprendizagem e Ensino na Educação Básica.

Aprovado em 7 de dezembro de 2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Vanessa Regina Eleutério Miranda – Faculdade de Educação da UFMG (Orientadora)

---

Professor Mestre Frank de Paula Ribeiro- Prefeitura de Belo Horizonte (Avaliador)

Por compreender que ensinar é um ato de amor e amar é um ato de coragem, dedico este trabalho a todas as professoras e a todos os professores que amam o que fazem.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente:

À toda a comunidade escolar da Escola Municipal Honorina Rabello que foi a minha inspiração primeira para a realização deste trabalho.

Aos estudantes da EJA da EMHR, à equipe docente, às coordenadoras e à Direção que me apoiaram sem restrições.

À minha colega parceira professora Gislaine Aparecida Neves que esteve comigo, ombro a ombro, lado a lado.

À minha orientadora Vanessa Regina Eleutério de Miranda pela escuta crítica e amorosa e pela orientação assertiva.

À vida por este chamamento tão especial que me revigorou como pessoa e como profissional.

## RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar uma ação pedagógica desenvolvida com os estudantes da EJA – sede da Escola Municipal Honorina Rabello cujo objetivo foi provocar os estudantes, estimulá-los a observarem a realidade do seu bairro, do entorno da escola, analisarem a sua condição de vida atual e buscarem dialogar sobre isso com o poder público representado pela Câmara dos Vereadores, na pessoa de um vereador através de uma entrevista cujo roteiro foi produzido por eles, coletivamente.

É um trabalho qualitativo, no qual foram muito valorizadas as linguagens oral, imagética e audiovisual, sem descartar o uso da linguagem escrita. O observador foi também participante do processo, portanto a escuta, o diálogo e a observação foram os principais instrumentos de trabalho.

Os dados colhidos são reveladores da cultura política dos estudantes da EJA e do brasileiro de modo geral. Mesmo tendo sido um trabalho breve, foi possível, através dele, fazer numa análise, ainda que não muito profunda, de como cultura política, estrutura política e governabilidade se entrelaçam numa relação complexa e definidora, talvez, dos destinos de uma nação.

Em certa medida foi possível observar os avanços dos estudantes no que diz respeito à observação, análise crítica e posicionamento diante da sua realidade e sua apresentação disso ao poder público através da situação de interlocução vivenciada por eles.

**Palavras- chave:** EJA - Interlocução – cultura política – poder público

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Laseb –Especialização *lato sensu* em educação básica

5Rs – Reciclar, Reutilizar, Repensar, Reduzir, Recusar,

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMHR – Escola Municipal Honorina Rabello

SMED – Secretaria Municipal de Educação

PUC-Minas– Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SINPRO MINAS – Sindicato dos Professores de Minas Gerais,

MPM – Movimento Popular da Mulher

CME– Conselho Municipal de Educação

PEI - Programa Escola Integrada

PEA – Programa Escola Aberta

IPEA– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNAAD – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

URPV- Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes

UAI- Unidade de Atendimento Integrado

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Visita à câmara em 06/12/2018

Figura 2 - Primeiro encontro com os estudantes da EJA em 26/02/2019

Figura 3 - Aula no auditório -três vídeos sobre os poderes Legislativo. Executivo e Judiciário em 19/03/2019

Figura 4 - Aula no auditório -três vídeos sobre os poderes Legislativo. Executivo e Judiciário em 19/03/2019

Figura 5 – Pesquisa feita na internet no dia por uma das turmas de EJA da EMHR no dia 20/04/2019

Figura 6 – Mesa composta pelo entrevistador R, pelo mediador RI e pelo vereador Gilson Reis.

Figura 7 – Estudantes aguardando o início da entrevista, enquanto terminavam os preparativos.

Figura 8 –Lixão na vizinhança da escola

Figura 9–Jardim feito no antigo lixão

Figura 10 –Jornal Honorama da EJA

Figura 11– Ruas no entorno da escola

Figura 12 e 13 – Alunos da EJA no projeto Câmara

Figura 14 – Queima Urbana

Figura 15 – Esgoto a céu aberto

Figura 16 – Moradias muito próximas à BR

Figura 17 – Travessia perigosa para os alunos

Figura 18 – Queima de lixo ao lado da escola

Figura 19 – Queima de lixão

Figura 20 – Esgoto a céu aberto

Figura 21 – Ribeirão poluído dentro da vila

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>46</b>
<b>4 ANÁLISE CRÍTICA DA AÇÃO PEDAGÓGICA .....</b>	<b>59</b>
<b>5 NOTÍCIAS PÓS INTERVENÇÃO.....</b>	<b>106</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS: .....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>114</b>

## 1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Meu nome é Umbelina Angélica Fernandes, sou oriunda da periferia de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha - Rubim. Vim para Belo Horizonte em 1981, aos 15 anos de idade porque eu tinha um profundo desejo de sair da situação de pobreza em que eu vivia, queria ter perspectiva, queria pelo menos sonhar e entendia que a melhor forma de fazer isso, seria estudar. Mas na minha cidade não tinha o Ensino Médio, naquela época denominado Segundo Grau, então minha irmã conseguiu para mim uma escola da rede privada aqui em Belo Horizonte que acolhia meninas do interior ou da região metropolitana que quisessem estudar, mas não tinham condições financeiras para pagar os estudos e nem a estadia aqui. Assim, fui acolhida nesta escola onde, dos 15 aos dezoito anos fiz o curso de Magistério e, ao mesmo tempo, desempenhei várias atividades: cuidei da faxina da escola durante os três anos, nos dois primeiros anos trabalhei ali também como assistente de professora da Educação Infantil e, no último ano substituía professoras do Ensino Fundamental quando estas, por algum motivo, se ausentavam e também desempenhei o papel de bibliotecária, mesmo sem ter a devida formação para isso. Assim que me formei, esta mesma escola me contratou como professora do Ensino Fundamental e foi com este salário que banqueei a minha faculdade de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC – Minas onde ingressei logo após completar o curso de Magistério e cuidei da minha sobrevivência aqui em Belo Horizonte nos próximos treze anos, tempo em que trabalhei nesta escola como professora. No meu entendimento, esta vivência desde os 15 anos de idade, trabalhando diretamente com as crianças, auxiliandoas na sua trajetória acadêmica, me autoriza a me considerar uma educadora desde então.

Em 1988 formei-me em Psicologia pela PUC-MG e alguns anos depois fiz especialização em Psicopedagoga. Fiz também os cursos de Biopsicossociologia da Sexualidade – Metodologia em Educação Sexual, o curso de Atendimento em Psicoterapia Infantojuvenil e Familiar, mas nunca trabalhei na clínica de Psicologia, estive sempre voltada para o Magistério. Embora eu goste muito do ambiente acadêmico, nunca pude investir numa formação acadêmica continuada porque a minha preocupação maior continuava a ser sobrevivência

uma vez que me casei, tive duas filhas, porém, ao me separar tive que assumi-las integralmente. Apesar de não ter feito um mestrado e um doutorado como era meu desejo, cuidei da minha formação de outras maneiras: Ao longo desses anos tenho participado de fóruns, conferências, congressos, seminários e simpósios em Educação e Psicologia. Formações promovidas pela SMED, pelo Sinpro Minas e por diversas outras empresas e instituições especializadas em Saúde, Educação, Cultura e/ou Política. Participei do Conselho Municipal de Educação como conselheira titular em 2015 e 2016 e sou diretora no SINPRO MINAS – Sindicato dos Professores de Minas Gerais, Participo do MPM - Movimento Popular da Mulher e estou agora, de volta ao conselho Municipal de Educação como Conselheira Suplente. Sou trabalhadora voluntária numa casa espírita e penso que todas essas atividades, embora estejam fora do espaço acadêmico, contribuíram e ainda contribuem para a minha formação enquanto educadora e têm me ajudado a ampliar meu cabedal de conhecimentos e melhorar minha atuação como professora. Também tenho muito gosto em estar próxima da Arte e de outras manifestações culturais, pois confio que isto também me forma enquanto pessoa e profissional. Sinto-me no dever de oferecer sempre aos estudantes que atendo uma educação de boa qualidade e, para isso, boas formações são fundamentais, pois além de refinarem minha inteligência, expandem minha consciência e me humanizam. Por pensar assim, criei coragem e resolvi voltar ao ambiente acadêmico, estabelecer um diálogo mais próximo entre a minha prática e a academia a fim de que a minha intervenção cotidiana na Educação seja cada vez mais bem objetivada e eficiente.

Atualmente trabalho como Coordenadora do P.E.I - Programa Escola Integrada - na Escola Municipal Honorina Rabello situada no bairro Goiânia, regional Nordeste, atendendo à comunidade deste bairro e de bairros e aglomerados vizinhos à escola. Sou muito dinâmica na minha atuação e estou sempre buscando desenvolver trabalhos que sejam significativos para os meus alunos e também para mim. Produzi em 2012, em parceria com o arte educador Hely Costa e com uma turma de quinto ano da qual eu era professora referência, um vídeo documentário intitulado “LUZ DA MINHA VILA”, disponível no youtube, através do qual procurei abordar justamente o valor de cada morador da comunidade Vila da Luz e sua contribuição para a convivência harmônica naquela comunidade e para a melhoria do cotidiano das pessoas na mesma. Com o apoio

do cine clube Joaquim de Andrade, do Sinpro - MG, levamos o equipamento de cinema para a Vila da Luz e este documentário foi exibido lá numa noite de sábado, junto com dois filmes infantis de animação. Foi uma experiência maravilhosa!

Em fevereiro de 2018 apresentei a esta escola o projeto 5Rs – Nossa Escola Mais Sustentável. Tal projeto propõe que a comunidade escolar se engaje na proposta de construção de uma escola que busque a sustentabilidade, relacionada ao uso da materialidade disponível, na preservação do ambiente físico, no aspecto relacional. A ideia é a de que ele continue e venha a compor o Projeto Político Pedagógico desta escola que ainda não foi concluído. No final de 2018, a escola recebeu da Defesa Civil o selo de Escola Sustentável em virtude do desenvolvimento deste projeto.

Minha experiência profissional envolve tanto a escola pública quanto a escola privada. Trabalhei durante 27 anos na rede privada de ensino – escolas cuja clientela é muito abastada materialmente. Atualmente trabalho apenas na Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Belo Horizonte onde ingressei em 2001, e na Escola Municipal Honorina Rabello estou desde 2003, onde tenho atuado como professora de primeiro e segundo ciclo, coordenadora pedagógica, professora da EJA - Educação de Jovens e Adultos – e, atualmente, coordenadora do Programa Escola Integrada.

Ocupando este lugar sinto-me também na responsabilidade de proporcionar aos estudantes, a oportunidade de sonharem com novas possibilidades, de provocá-los nas suas potencialidades e no seu desejo de protagonizarem seu processo de constante transformação e humanização. A minha experiência com a EJA é curta, pois trabalhei com esta modalidade de ensino por nove meses em 2017, apenas às sextas-feiras para garantir aos docentes os seus horários de planejamento. Neste período, fiz com eles um levantamento de assuntos que eles gostariam de estudar nas minhas aulas e eles falaram que queriam estudar sobre o corpo humano, sexualidade, músicas e artes. Às sextas-feiras eles tinham também aulas de Educação Física e aula de Informática. No decorrer do ano percebi que mesmo tendo apresentado os temas para estudo sugerido por eles, não consegui deles o envolvimento que eu esperava. Às vezes pareciam enfadados, envolviam-se pouco nas discussões e isto me incomodava muito, eu me angustiava com aquela situação. A experiência

com crianças me deixou acostumada a ter retorno verbal dos meus alunos e com aqueles alunos da EJA, essa relação dialógica era bem difícil. Eles conversavam muito entre eles, mas comigo conversavam pouco, principalmente se fosse assunto acadêmico, aula por assim dizer. Gostavam mais quando conversávamos sobre assuntos triviais, do dia a dia. Depois de dois meses conversamos e decidimos que trabalharíamos às sextas-feiras com pesquisas temáticas na metade da aula de Informática, depois poderiam ver vídeos, clipes do seu interesse, porém dentro das regras da escola e também dos nossos combinados. Não poderiam acessar material de conteúdo pornográfico, nem que incitasse violência, eu estaria com eles na sala de informática o tempo todo, portanto seria tranquilo ver a atividade que faziam e até participar com eles, caso houvesse interesse mútuo. Trabalharíamos também com atividades de arte visual (desenho, colagem, pintura, mosaico e outras), músicas, especialmente, haps e teriam a aula de Educação Física – a preferida de todas e todos. Foi meu primeiro contato direto com a EJA e confesso que precisei de coragem e muita paciência para lidar com o jeito tão particular dos adolescentes e jovens que atendi naquele período. Mas avalio que foi muito positivo, pois abriu minha visão e eu me vi na obrigação de ter uma escuta especial para o que eles traziam e tive que desenvolver um jeito também particular de lidar com eles. Assim como as crianças com as quais eu estava tão acostumada a lidar, eles também gostam de atenção e afeto e quando gostam da gente, nos ouvem mais e se interessam pelo que trazemos como proposta de trabalho, e conta muito o fato de ser algo que lhes desperta a atenção. Sem isso, nada feito!

Comecei a fazer o Laseb em 2018, na turma de EJA não por escolha inicial, mas porque não fui sorteada para a modalidade que escolhi – Intersetorialidade. Fui convidada depois para compor a turma de EJA. Resolvi encarar o desafio e agora me vejo aqui me especializando justamente em Ensino de Jovens e Adultos e gostando muitíssimo, acho que fui contemplada por planos mais altos da vida. Sinto-me exatamente no lugar onde gostaria de estar. Costumo levar a sério os sinais que a vida dá.

A Escola Municipal Honorina Rabello é uma instituição pública de ensino, subordinada à Secretaria de Educação de Belo Horizonte, sob a orientação da Diretoria de Educação da Regional Nordeste, da qual recebe assessoria pedagógica e administrativa. Esta escola iniciou suas atividades em 12

de dezembro de 1970 e foi construída com o objetivo de atender a clientela das Escolas Reunidas Gorduras de Baixo que funcionavam em condições precárias, em salas que alagavam em períodos chuvosos. Atualmente funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, atendendo à Educação Infantil, Ensino Fundamental até o sexto ano e à EJA que possui turmas na sede e turmas externas. Conta também com o PEI – Programa Escola Integrada e PEA – Programa Escola Aberta.

A EJA desta escola existe desde 1976 e funcionava atendendo ao público de jovens e adultos com o Ensino Supletivo. A partir de 2001, por uma resolução do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, referendando a lei federal que instituíra esta modalidade, passou a se chamar Educação de Jovens e Adultos – EJA. Atualmente atende a moradores do seu entorno que compreende os bairros Goiânia B, Goiânia A, Jardim Vitória, Santo Antônio, Pousada, Nazaré, Vista do Sol e aglomerados como Vila da Luz e Barraginha. Há outros estudantes que, em circunstâncias especiais, vêm de bairros ainda mais distantes.

As turmas de EJA desta escola são formadas por adolescentes que não conseguiram concluir o ensino fundamental até os quinze anos, por adolescentes que estão cumprindo medida sócio educativa e foram encaminhados a esta escola pela Justiça, por jovens, adultos e idosos desta e de outras comunidades, nem sempre próximas, funcionando tanto no espaço da escola como em turmas externas, no horário noturno e também diurno.

O horário de funcionamento da EJA noturna na sede e nas turmas externas noturnas é de 18 horas e 10 minutos às 21 horas e 30 minutos. Este horário foi acordado em Assembleia Escolar como sendo aquele que garantiria menos vulnerabilidade aos estudantes tanto para virem para a escola quanto para retornarem a seus lares. O critério para certificação é ter no mínimo 240 horas de frequência, o máximo de 1.600 horas, mais nota acima de 60%.

A região na qual a escola está situada é muito carente, abandonada pelo poder público e não conta com espaços públicos de convivência coletiva onde as pessoas possam praticar atividades de lazer e cultura junto com seus familiares e amigos. Não possui praças, ciclovias, pistas de caminhada, parques ecológicos, parquinhos públicos, áreas verdes, não há centros culturais e nem aparelhos públicos para ginástica. Dentro da Vila da Luz há um campo de futebol

não gramado onde as pessoas costumam se reunir para jogar futebol , soltar pipas e fazer as festas da comunidade como a Festa do Dia das Crianças, por exemplo.

Às sextas-feiras à noite e aos sábados e domingos de 9 horas às 15 horas, a comunidade conta com as atividades desenvolvidas pelo PEA que acontece dentro da própria escola. Atualmente, estas atividades consistem em oficinas de informática, esporte, dança slackline, são disponibilizadas as mesas de totó, e também há algumas atividades voltadas para cuidados pessoais como corte de cabelo, manicure, curso de penteados, especialmente penteados afro . Em 2018 também já funcionava desta forma, só que às sextas-feiras, estas atividades eram desenvolvidas pelo PEI e hoje é pelo PEA. Tais atividades são disponibilizadas para as pessoas da comunidade escolar.

Também como atividade de lazer os estudantes mais jovens costumam ir a bailes funks em outros bairros e os adultos e idosos se divertem em festas familiares e em eventos culturais que, às vezes, frequentam. Parte destes estudantes mora no bairro Goiânia em casas, conjuntos habitacionais e prédios, outros moram nos aglomerados vizinhos à escola e também em aglomerados mais afastados, em barracões de alvenaria ou de madeira, em condições muito precárias, sem acesso à água tratada e nem esgoto. O fornecimento de energia nesses aglomerados e mesmo em algumas outras moradias fora dos mesmos é feita, às vezes, de forma irregular. Há muito lixo pelas ruas e as queimadas urbanas são muito frequentes e raramente acontecem eventos culturais na região disponibilizados para o público.

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viverem áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos[...] (FREIRE, 1996, p.32).

Foi pensando no que propõe Paulo Freire que me veio a ideia de provocar estes alunos e estimulá-los a observarem a realidade do seu bairro, analisarem a sua condição de vida atual e buscarem dialogar sobre isso com o poder público representado pela Câmara dos Vereadores, na pessoa de um vereador ou uma vereadora através de uma entrevista e também conhecer o papel deste tipo de parlamentar. Esta era uma das propostas de trabalho colocada no projeto 5Rs – projeto apresentado pela Escola Integrada em 2018 e que é

extensivo a todos os setores e segmentos da escola. Pensei: Por que não desenvolver esta ação com os estudantes da EJA, uma vez que muitos destes estudantes são parentes, vizinhos e até pais dos estudantes do PEI e da Escola Regular? Vou propor à escola– Decidi e assim o fiz.

Pensei nesta ação pedagógica porque acreditava que ela poderia ser muito significativa para os estudantes na medida em que os estimularia a observarem o seu entorno com mais atenção e criticidade, ao mesmo tempo em que favoreceria um diálogo dos mesmos com um representante direto do poder público, quando iriam poder falar da sua realidade e da sua expectativa com relação a possíveis intervenções deste na solução dos seus problemas cotidianos, ou mesmo que seus anseios e/ou indignações fossem ouvidos por alguém que se propõe a representá-los no cumprimento do seu dever de parlamentar municipal. Acreditei também que ela poderia ter relevância para a escola como um todo e até vir a contribuir para a construção do Projeto Político Pedagógico desta que, até então, não foi concluído.

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. (FREIRE, 1996, p. 111).

“O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como conclusão em permanente movimento na história.” (idem, p. 133).

O objetivo geral foi então promover uma situação de interlocução entre os estudantes da EJA da Escola Municipal Honorina Rabello e um vereador ou uma vereadora, através de uma entrevista. Para a construção deste empreendimento final, tracei também objetivos bastante específicos, a saber:

1. Estimular os estudantes a observarem o ambiente no entorno da escola, refletirem e discutirem sobre as condições em que este se encontra;
2. Propor uma ação diferenciada, a fim de que os estudantes estabeleçam uma boa relação com a escola enquanto espaço acadêmico;
3. Encorajar os estudantes a questionarem um parlamentar;
4. Produzir um roteiro de entrevista que seria feita com um vereador ou uma vereadora de Belo Horizonte;

5. Promover o contato destes estudantes com o poder público, mais especificamente, a câmara dos vereadores de Belo Horizonte;

6. Promover o encontro dos estudantes com um vereador ou uma vereadora na própria escola a fim de que possam fazer a entrevista e conhecer mais sobre o papel que este parlamentar desenvolve na cidade e que possam falar sobre sua vida cotidiana e as condições em que vivem.

Pensei nesta ação pedagógica porque acredito que os estudantes, ao observarem, analisarem e discutirem sua realidade, as condições em que vivem; poderiam se reconhecer como sujeitos de direito e também de dever. E que ousassem falar disso no diálogo com o poder público através da câmara dos vereadores da cidade de Belo Horizonte representada por um vereador.

Uma ação desta natureza pode ter significado importante na vida destes estudantes e pode mobilizá-los a buscarem mudanças reais e positivas em suas vidas e de seus companheiros de comunidade. Ainda que não se opere mudanças imediatas no ambiente em que vivem, ficaria a experiência e talvez, em maior ou menor medida, de acordo como cada um vivenciou o trabalho desenvolvido, ficaria plantada a semente do envolvimento, do sentido de alteridade e do engajamento nas causas coletivas, assim como também o exercício da cidadania na busca por seus direitos e no cumprimento dos seus deveres. Nos termos de (FREIRE, 2014 *apud* BIFFI, 2017, p.157), “[...] a cidadania é uma produção, uma criação política [...]”

Sobre Paulo Freire, Patricia Biffi afirma: “... para o autor, a cidadania só existirá de fato no momento em que o indivíduo passar a se manifestar politicamente e interagir com a sociedade em que vive” (idem, p. 25).

Finalmente, Patrícia Biffi acredita que as transformações têm uma grande probabilidade de sucesso quando os cidadãos fazem parte do processo. O dinamismo da sociedade implica um processo transformador com o cidadão desempenhando seu papel bem definido e assumido. ( idem, p. 27).

É, por concordar com ambos, que usei este movimento junto aos estudantes da EJA da EMHR, começando em 2018 e dando continuidade em 2019. É também por acreditar que posso fazer a diferença na vida das pessoas que me são confiadas para trabalhar com elas um processo educativo, é por estar atravessando com elas a contemporaneidade e por não conseguir me manter

indiferente ao que vejo e vivencio todos os dias junto a esta comunidade, é por acreditar na força que uma ação coletiva pode ter, e na força positiva que a educação de qualidade pode ter na vida das pessoas que eu ousei este movimento. No meu entendimento, elas terem suas vozes representadas e ouvidas era uma forma de protagonizarem, ainda que muito longe do ideal , a história a que têm o direito de escrever . Eu não poderia deixar escapar a oportunidade, eu quis muito desenvolver com a EJA da Escola Municipal Honorina Rabello, esta ação pedagógica coletiva, envolvendo todas as turmas da sede e o máximo de profissionais atuantes neste turno que se interessasse em participar dela.

Realizar a mediação cultural na escola é essencialmente fazer escolhas. A mediação cultural supõe, pois primeiramente, construir um amplo conhecimento sobre culturas. [...] Essa não é uma escolha que cada um faz só e arbitrariamente, mas é uma escolha inserida num debate coletivo. (SOUZA, João Valdir Alves de ; DINIZ, Margareth e OLIVEIRA, Miria G., 2014, p. 12)

Escolho terminar este capítulo com a letra de uma canção da qual gosto muito e me inspirou para esta escolha que fiz:

### **Prelúdio**

Raul Seixas

Sonho que se sonha só  
 É só um sonho que se sonha só  
 Mas sonho que se sonha junto é realidade  
 Sonho que se sonha só  
 É só um sonho que se sonha só  
 Mas sonho que se sonha junto é realidade  
 Sonho que se sonha só  
 É só um sonho que se sonha só  
 Mas sonho que se sonha junto é realidade

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

De saída, é importante tecer algumas considerações sobre o conceito de cidadania. Ao longo da história da humanidade, desde a Idade Antiga e Idade Média, foram vários os entendimentos construídos sobre este termo, porém o conceito de cidadania como hoje conhecemos, insere-se no contexto do surgimento da Modernidade e da estruturação Estado-Nação.

Em sua origem etimológica, cidadania vem do latim *civitas*, que significa "cidade". Estabelece um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada (país) e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de uma Constituição. Neste caso, ao contrário dos direitos humanos, que tendem à universalidade dos direitos do *ser humano* na sua dignidade, a cidadania moderna, embora influenciada por concepções mais antigas, possui um caráter próprio e possui duas categorias: formal e substantiva.

A cidadania formal é, conforme o direito internacional, indicativo de nacionalidade, de pertencimento a um Estado-Nação, por exemplo, uma pessoa portadora da cidadania brasileira. Na Ciência Política e Sociologia, o termo adquire sentido mais amplo, sendo assim, a cidadania substantiva é definida como a posse de direitos civis, políticos e sociais.

Segundo Camargo, a compreensão e ampliação da cidadania substantiva ocorrem a partir do estudo clássico de T.H. Marshall – *Cidadania e classe social*, de 1950 –, que descreve a extensão dos direitos civis, políticos e sociais para toda a população de uma nação. Esses direitos tomaram corpo com o fim da 2ª Guerra Mundial, após 1945, com o aumento substancial dos direitos sociais por meio da criação do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), que estabeleceu princípios mais coletivistas e igualitários. Os movimentos sociais e a efetiva participação da população em geral foram fundamentais para que houvesse uma ampliação significativa dos direitos políticos, sociais e civis, alçando um nível geral suficiente de bem-estar econômico, lazer, educação e político.

Ainda segundo o autor, T. H. Marshall afirma que a cidadania só é plena se dotada de todos os três tipos de direitos que são:

1. Civil: direitos inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; direito de propriedade e de conclusão de contratos; direito à justiça; que foi instituída no século 18;

2. Política: direito de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor, no conjunto das instituições de autoridade pública, constituída no século 19;

3. Social: conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, desde a segurança até ao direito de partilhar do nível de vida, segundo os padrões prevaletentes na sociedade, que são conquistas do século 20.

Carvalho ( 2001) *apud* Camargo, afirma que, no Brasil, a trajetória dos direitos seguiu uma lógica inversa da descrita nos estudos feitos por T.H. Marshall – *Cidadania e classe social*, de 1950 –, quando ele descreve a extensão dos direitos civis, políticos e sociais para toda a população de uma nação. Esses direitos tomaram corpo com o fim da 2ª Guerra Mundial, após 1945, com o aumento substancial dos direitos sociais por meio da criação do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), que estabeleceu princípios mais coletivistas e igualitários. Os movimentos sociais e a efetiva participação da população em geral foram fundamentais para que houvesse uma ampliação significativa dos direitos políticos, sociais e civis, alçando um nível geral suficiente de bem-estar econômico, lazer, educação e político. No Brasil, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular (Getúlio Vargas). Depois vieram os direitos políticos. A expansão do direito do voto deu-se em outro período, no final da ditadura militar, período compreendido entre 1964 e 1985.

No Brasil, ainda há muito que se fazer em relação à questão da cidadania, apesar das significativas conquistas dos direitos após o fim do regime militar . Mesmo com tais conquistas, a cidadania está muito distante de muitos brasileiros, pois a conquista dos direitos políticos, sociais e civis não consegue ocultar o drama de milhões de pessoas em situação de miséria, altos índices de desemprego, taxa significativa de analfabetos e semianalfabetos, as doenças sociais tais como racismo, homofobia, misoginia cada vez mais explicitadas nas atitudes de muitos brasileiros pelo país afora sem falar do drama nacional das vítimas da violência particular e oficial.

A cidadania esteve e está em permanente construção. É um referencial de conquista da humanidade por meio daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, não se conformando frente às dominações, seja do próprio Estado, seja de outras instituições. Ao longo da história da humanidade, desde a Idade Antiga e Idade Média, foram vários os entendimentos construídos sobre cidadania, porém o conceito de cidadania como hoje conhecemos, insere-se no contexto do surgimento da Modernidade e da estruturação Estado-Nação.

Em sua origem etimológica cidadania vem do latim *civitas*, que significa "cidade". Estabelece um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada (país) e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de uma Constituição. Neste caso, ao contrário dos direitos humanos, que tendem à universalidade dos direitos do *ser humano* na sua dignidade, a cidadania moderna, embora influenciada por concepções mais antigas, possui um caráter próprio e possui duas categorias: formal e substantiva.

A cidadania formal é, conforme o direito internacional, indicativo de nacionalidade, de pertencimento a um Estado-Nação, por exemplo, uma pessoa portadora da cidadania brasileira. Na Ciência Política e Sociologia, o termo adquire sentido mais amplo, sendo assim, a cidadania substantiva é definida como a posse de direitos civis, políticos e sociais.

A compreensão e ampliação da cidadania substantiva ocorrem a partir do estudo clássico de T.H. Marshall – *Cidadania e classe social*, de 1950 –, que descreve a extensão dos direitos civis, políticos e sociais para toda a população de uma nação. Esses direitos tomaram corpo com o fim da 2ª Guerra Mundial, após 1945, com o aumento substancial dos direitos sociais por meio da criação do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), que estabeleceu princípios mais coletivistas e igualitários. Os movimentos sociais e a efetiva participação da população em geral foram fundamentais para que houvesse uma ampliação significativa dos direitos políticos, sociais e civis, alcançando um nível geral suficiente de bem-estar econômico, lazer, educação e político.

Nos países ocidentais, a cidadania moderna constituiu-se por etapas. T. H. Marshall afirma que a cidadania só é plena se dotada de todos os três tipos de direitos que são:

1. Civil: direitos inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; direito de propriedade e de conclusão de contratos; direito à justiça; que foi instituída no século 18;

2. Política: direito de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor, no conjunto das instituições de autoridade pública, constituída no século 19;

3. Social: conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, desde a segurança até ao direito de partilhar do nível de vida, segundo os padrões prevaletentes na sociedade, que são conquistas do século 20.

Carvalho ( 2001) *apud* Camargo, afirma que, no Brasil, a trajetória dos direitos seguiu uma lógica inversa da descrita nos estudos feitos por T.H. Marshall – *Cidadania e classe social*, de 1950 –, quando ele descreve a extensão dos direitos civis, políticos e sociais para toda a população de uma nação. Esses direitos tomaram corpo com o fim da 2ª Guerra Mundial, após 1945, com o aumento substancial dos direitos sociais por meio da criação do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), que estabeleceu princípios mais coletivistas e igualitários. Os movimentos sociais e a efetiva participação da população em geral foram fundamentais para que houvesse uma ampliação significativa dos direitos políticos, sociais e civis, alçando um nível geral suficiente de bem-estar econômico, lazer, educação e político. No Brasil, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular (Getúlio Vargas). Depois vieram os direitos políticos. A expansão do direito do voto deu-se em outro período, no final da ditadura militar, período compreendido entre 1964 e 1985.

No Brasil, ainda há muito que se fazer em relação à questão da cidadania, apesar das significativas conquistas dos direitos após o fim do regime militar . Mesmo com tais conquistas, a cidadania está muito distante de muitos brasileiros, pois a conquista dos direitos políticos, sociais e civis não consegue ocultar o drama de milhões de pessoas em situação de miséria, altos índices de desemprego, taxa significativa de analfabetos e semianalfabetos, as doenças sociais tais como racismo, homofobia, misoginia cada vez mais explicitadas nas atitudes de muitos brasileiros pelo país afora sem falar do drama nacional das vítimas da violência particular e oficial.

A cidadania esteve e está em permanente construção. É um referencial de conquista da humanidade por meio daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, não se conformando frente às dominações, seja do próprio Estado, seja de outras instituições.

Porém, falar de cidadania apenas não seria o bastante, portanto optamos por analisar a prática pedagógica também e principalmente a partir do conceito de cultura política, que abarca termos como cidadania, democracia, autoritarismo, instituições de representações populares e fiscalização e outros afins. Ler sobre estas questões, além de me fazer compreender um pouco melhor o comportamento dos estudantes da EJA no decorrer do trabalho, me fez compreender também o que tem se passado no Brasil nos últimos 18 anos e especialmente de 2013 até aqui.

Almond (1990) *apud* Rennó(1998), diz que os conceitos e as categorias da teoria da cultura política tais como subculturas políticas, cultura política das elites, socialização política e mudança de cultura estão presentes desde os primórdios da ciência política. Outros autores como Maquiavel, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville, Platão e Aristóteles trataram do assunto em seus escritos. Vale lembrar que a política surgiu na Grécia antiga, especialmente pela necessidade de administrar as cidades. De pólis, nasceu a política que foi se reestruturando e ganhando novas nuances na medida em que o mundo foi mudando, foi sendo povoado e as relações entre as pessoas, bem como as relações das pessoas com o mundo do trabalho e com as instituições foram se modificando.

Cultura política é definida, segundo Almond, como um conjunto de orientações subjetivas de determinada população (1990, p.144). Inclui, conhecimentos, crenças e sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é o resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, das experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país.( RENNÓ, 1998, p. 71).

O primeiro momento dos estudos de cultura política tem como representante o livro *The Civic Culture* de 1963 de Gabriel Almond e Sidney Verba. Os temas definidos nessa obra e a problemática sobre a possibilidade de mudança na cultura política influenciaram os enfoques atuais da teoria da cultura política. No texto, Almond e Verba examinam os sistemas democráticos em cinco

países, Estados Unidos, Alemanha, México, Itália e Reino Unido através de entrevistas e se deram conta de que a cultura política não é estática e suas variações estão sujeitas a vários fatores como os meios de comunicação, por exemplo.

Foi nos anos 60 que a principal corrente do estudo da cultura política, na sua perspectiva contemporânea nasceu estando isso atribuído a dois fatores: a desilusão com as expectativas iluministas e liberais e o avanço de técnicas que permitiam tratar questões dessa natureza com mais objetividade, como é o caso das surveys. Na contemporaneidade são vários autores que se dedicam a estudar cultura política e os temas centrais desses estudos são a importância de valores, sentimentos crenças e conhecimentos na explicação do comportamento político.

A fase posterior da história da teoria política foi marcada pela crítica e pelo desinteresse dos movimentos acadêmicos tanto da esquerda quanto da direita, na década de 60 e 70, que viam os estudos sobre cultura política como desnecessários e dispendiosos. Esta crítica se deu por intermédio da onda de críticas radicais ao sistema capitalista e as universidades e escolas específicas do pensamento foram denunciadas como representantes declaradas do capitalismo. Segundo os críticos da época havia uma preponderância dos aspectos materiais sobre atitudes e valores, ou seja, a classe social ou status étnico determinariam as atitudes e os valores de um grupo social.

(Almond 1994 *apud* Rennó, 1998, p. 71), aponta o próximo período caracterizado pelo renascimento da teoria da cultura política e ilustrado pelo número significativo de publicações sobre o tema. O ambiente acadêmico tornou-se novamente propício ao ecletismo metodológico, com o refluxo das abordagens racionalistas e marxistas nas ciências sociais. Max Weber foi a principal influência para a revitalização do conceito de cultura política neste momento. Valores, atitudes e sentimentos são variáveis independentes centrais na sua análise. Ele defende a importância das orientações subjetivas para as mudanças estruturais.

Os tipos de dominação apontados por esse autor são modos de legitimação de regimes políticos baseados em valores, assim como a filiação partidária é fruto da opção subjetiva". (Almond, 1980, p. 11, *apud* Rennó, 1998, p.73).

Em um trabalho importante, "A política como vocação", Max Weber apresenta uma definição do conceito de Estado que se tornou referência para o

pensamento político ocidental influenciando o Direito, a Sociologia, as Ciências Políticas e as teorias sobre as relações internacionais. Segundo o autor, o Estado se caracteriza pelo exercício do monopólio legítimo da violência sobre um determinado território.<sup>1</sup>

O modelo de cidadania adotado em *The Civic Culture* foi um modelo liberal democrático; no qual o cidadão é envolvido e ativo na vida política, com uma participação informada e racional, e ao mesmo tempo, propenso à passividade, confiança e deferência à autoridade. A pesquisa tinha objetivo avaliar a distribuição desse protótipo de cidadão pelos vários países e assim contribuir para uma teoria científica de democracia, além de difundir uma cultura democrática (Kavanagh, 1980, p.26, *apud* Rennó, 1998, p.74).

Nos últimos anos, as principais causas de polêmica em torno dos estudos sobre cultura política são definições sobre os conteúdos das culturas políticas; controvérsias sobre a separação entre cultura política e estrutura política; e dúvidas sobre o caráter causal dessa relação. As três questões intimamente relacionadas entre si. (Almond, 1980, p.26, *apud* Rennó, 1998, p. 74).

Alguns outros autores críticos de *The Civic Culture* como Street (1993), Chilcote (1994) se debruçam especialmente sobre a clareza do que venha a ser cultura política, estrutura política, em que as duas coisas se relacionam e de que forma isso se dá. Há também defensores de Almond e Verba, como Lijphart, segundo o qual, há uma relação de mão dupla e de causalidade cruzada entre essas duas dimensões. “*A estrutura política, em outras palavras, é causa e efeito da cultura política*” (Street, 1993, pp 100-1001; *apud* Rennó, 1999, p.76.). Isto me faz pensar no caso do Brasil quando comportamentos indevidos de indivíduos da sociedade suscitam a criação de certas leis toscas e o cidadão, por sua vez, cria estratégias escusas para se defender destas. O estado, por sua vez, trata de buscar outra forma de cercear este indivíduo pela mesma via: a da lei.

Street propõe uma adoção de uma abordagem interpretativa baseada na interconexão entre estrutura política e cultura política, na qual essa última assume uma posição constitutiva da ação política, e não meramente instrumental, visto ser essa uma parte central da vida do cidadão e não apenas uma disposição frente a políticas públicas (idem, p. 76).

---

<sup>1</sup> Disponível em: ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Max\\_Weber](https://pt.wikipedia.org/wiki/Max_Weber). Acesso em 16/10/2019)

Nos anos 1980 e 1990, as definições de cultura política foram se ampliando, se referindo a muitos itens da política. A cultura política é definida como um componente integral da ação política. É o meio pelo qual se criam as preferências. O resultado geral da perspectiva contemporânea é uma teoria culturalista da política, na qual as preferências são ensinadas e criadas. A cultura condiciona as escolhas políticas e a ação política. (idem, p. 76).

Em verdade, segundo Rennó (1998), o conceito de cultura política não é simples e nem de fácil compreensão, porém, o conceito de racionalidade cultural contribui para aumentar a capacidade explicativa do que venha a ser cultura política. A esfera cultural é um valioso instrumento de análise da realidade política, quando ligada ao comportamento político do cidadão.

Inseridos na cultura política estão o conjunto de atitudes, normas, crenças e valores distribuídos ou partilhados pelos membros de uma sociedade ou nação e as maneiras como este conjunto de orientações subjetiva afeta a ação política desse cidadão e o funcionamento de todo o sistema político. São vários os fatores que integram a cultura política tais como o comportamento de apatia ou alienação dos cidadãos; os graus de confiança e de tolerância; a adesão ou recusa a determinadas formas de ação política e instituições, em detrimento de outras; as configurações das forças políticas atuante; as identidades partidárias; e os modos como os conflitos políticos que surgem no sistema são percebidos e solucionados.<sup>2</sup>

Assim, quando falarmos da cultura política de uma nação, estaremos nos referindo à forma a qual o sistema político é interiorizado e expresso nas cognições, nos sentimentos e nas avaliações dos membros da sociedade. Não é aceitável a ideia de padronizar um tipo de cultura política como ideal e, a partir dela, classificar outras.

Há que se cuidar também de, ao usar a teoria da cultura política, destacar alguns conceitos desse arcabouço, que sejam capazes de enfrentar as dificuldades referentes à definição do tipo de relação entre cultura e estrutura política e também descartar o viés democrático liberal que, ao invés de analisar culturas existentes, busca compará-las com um modelo ideal, sendo este o da

---

<sup>2</sup> Disponível em: Cancian, Renato. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/cultura-politicaabordagem-culturalista-estudos-foram-influenciados-pelo-determinismo.htm>. Acesso em 15/10/2019)

democracia liberal. Também necessário se faz o reconhecimento da heterogeneidade cultural, mesmo dentro de uma mesma nação, referente a um mesmo povo, e a mudança na cultura política quando se quer fazer uma análise mais precisa. A cultura política é um campo de pesquisa bastante complexo, porque os padrões de crenças e valores políticos não são fenômenos estáticos. Ou seja, como eles mudam a cultura política também pode sofrer transformações ao longo do tempo.

Esclarecer o tipo de relação existente entre a cultura política e a estrutura política aumenta a precisão nos estudos sobre cultura política e isto pressupõe o reconhecimento da existência de subculturas políticas, fato relevante para a melhor caracterização da cultura política de uma sociedade. O fato de uma nação ter um padrão cultural geral não torna impossível a convivência de subculturas nesse ambiente” (Diamond, 1994 , p. 8 *apud* Rennó, 1998, p. 82).

As culturas políticas são de fato, culturas mistas, formadas a partir das distintas interpretações e percepções dos vários períodos históricos. As diferenças entre elite e massa, regiões, etnias , religiões, os distintos ambientes institucionais- como os militares, a burocracia e a universidade -- podem ser fontes de diferenciações internas em uma cultura política (idem). Importante também atentar para a convivência de valores novos com antigos, pois a persistência de certos valores em meio a mudanças está associada à preocupação com o tipo de regime que pode resultar de uma situação como essa. O estudo da formação de subculturas pode revelar quais grupos são mais afetados com as mudanças culturais e estruturais.

O estudo das relações dos indivíduos entre si e com o sistema político-social implica a articulação imediata entre contexto cultural e estrutural. A atuação do cidadão fica mais compreensível quando se conhece suas motivações interiores as quais também são influenciadas por valores culturais.

A racionalidade cultural, consciência crítica do indivíduo no tocante à vivência cultural, colabora no entendimento da teoria da cultura política. A análise das interações individuais com o sistema político-social e com os outros cidadãos, proposto pela racionalidade cultural, torna fundamental a articulação entre contexto cultural e estrutural. Desta forma, o principal definidor da racionalidade da ação é o contexto mais amplo de inserção do indivíduo.

Com relação à cultura política no Brasil, desenvolvemos também algumas questões acerca das instituições e da democracia. Moisés (2009) descreve e analisa as orientações dos cidadãos brasileiros a respeito da democracia e suas instituições, baseando na sua experiência com a democracia nos últimos anos. A análise testa a influência de dois tipos de variáveis explicativas da adesão à democracia: de um lado as relativas à cultura política e de outro as de avaliação do desempenho das instituições democráticas. O teste distingue as posturas autoritárias das democráticas e as contrasta com a posição de ambivalência política dos indivíduos diante dos regimes democrático e autoritário, e foi realizado com variáveis utilizadas para medir tanto a satisfação com a democracia quanto a confiança dos cidadãos nas suas instituições. Assim, considera-se que a mescla entre orientações valorativas e orientações pragmáticas – derivadas do julgamento do desempenho das instituições – cria o ambiente em que se definem as atitudes e as percepções intersubjetivas dos indivíduos quanto ao regime político. Outro fato relevante é o de que a qualidade da democracia influencia a relação que as pessoas estabelecem com as instituições democráticas, e no caso do Brasil, pode reforçar tendências da cultura política de desvalorizar, por exemplo, as instituições de representação política como partidos e parlamentos.

O resultado da pesquisa aponta para o fato de que a adesão à democracia depende tanto da cultura política quanto do funcionamento das instituições democráticas, porém o mais importante dessas descobertas indica que uma parcela significativa de brasileiros prefere um modelo de democracia que descarta as instituições de representação, por meio das quais, além do direito de escolher seus governantes, os eleitores podem fiscalizá-los e controlar a atuação deles.

Embora muitos países tenham se tornado democráticos em todo o mundo desde 1974 a 1990, isso não garantiu a todos eles a instauração de um regime democrático pleno, com o respeito aos direitos dos cidadãos, o primado da lei, o controle e a fiscalização dos governos. Tanto no leste europeu, na Ásia e na América Latina, há países que, embora tenham se tornado democráticos, convivem com governos que violam os princípios da igualdade perante a lei, usam a corrupção para o mau uso dos recursos públicos, para realizar seus objetivos e impedem ou dificultam o funcionamento dos mecanismos de accountability. Não

havendo uma palavra para traduzir este termo, poder-se-ia dizer que trata-se de controle, fiscalização, responsabilização, prestação de contas, compromisso, proatividade e transparência (DO NASCIMENTO, Ulisses Alves . O que é Accountability e como fortalece a democracia?)<sup>3</sup>. É um termo da língua inglesa que pode ser traduzido para o português como responsabilidade com ética e remete à obrigação, à transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. A accountability vertical é realizada em instância de poderes diferentes. Uma vertente de grande impacto é accountability societal ou social: nesse caso é a sociedade que individualmente ou em grupos realiza pressão para que os poderes públicos esclareçam políticas, gastos e (in)eficiências da máquina pública. E é aqui, que o engajamento do cidadão e sua organização coletiva pode operar transformações significativas no país.( idem)

A accountability social, que é uma vertente da accountability vertical, é composta pelos cidadãos, seja individualmente, em grupos populares ou na participação de conselhos. É o constante contato, fiscalização, exposição e a denúncia de atos ilegais que o cidadão faz aos agentes públicos.

Essa fiscalização acontece além do período das eleições, e aproxima a população dos servidores e representantes públicos, fortalecendo a democracia no país. A constante vigilância por parte da população faz com que os agentes públicos - eleitos ou não - se sintam ainda mais responsabilizados pelo exercício da sua função, com isso diminuindo as ineficiências, corrupções .

Um aspecto muito poderoso da accountability social é que ela pode dar voz e poder a minorias marginalizadas e causas sociais importantes que não são amplamente representadas no período das eleições e que com isso acabam por ser pouco ou não representadas na esfera do legislativo e executivo. Essas minorias podem verificar e buscar ausências e ineficiências de políticas que as representem, mapeando, expondo e procurando meios de punições para essa situação, dando voz social a questões que são levadas em “segundo plano” muitas das vezes por falta de representação.

Assim sendo é perceptível o alto tom democrático que a accountability social tem. Ela dá ao cidadão o poder de fiscalizar, medir e punir - se for o caso - políticas e gestores ineficientes. Com essa cultura de pedir prestação de contas e

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.clp.org.br/o-que-e-accountability/> Acesso em 16/10/2019)

a constante fiscalização, um dos maiores males da nossa política - que é a corrupção e políticas muito mal desenvolvidas no nosso país, estado e município - irá se findar, afinal, os donos estão de perto, olhando e punindo desperdícios e serviços mal feitos. (idem). Nos casos de democratização citados, o que está em questão não é se a democracia existe, mas a sua qualidade. (Shin, 2005; Morlino, 2002; Diamond, 2002; Diamond e Morlino, 2004; O'Donnell, Cullell e Lazetta, 2004; Schmitter, 2005; Lipjhart, 1999, *apud* Moisés, p. 13).

Segundo Moisés (2008), o estabelecimento de um regime verdadeiramente democrático implicaria nas seguintes condições: direito dos cidadãos escolherem governos por meio de eleições com a participação de todos os membros adultos da comunidade política; eleições regulares, livres, competitivas e abertas; liberdade de expressão, reunião e organização, em especial, de partidos políticos para competir pelo poder; e acesso a fontes alternativas de informação sobre a ação de governos e a política em geral. Essa definição tem a vantagem de deixar claro que qualquer sistema político que não se baseie em processos competitivos de escolha de autoridades, capazes de torná-las dependentes do voto da massa de cidadãos – isto é, do mecanismo por excelência de accountability vertical –, não pode ser definido como uma democracia.

Porém a tendência de supervalorizar apenas o aspecto da eleição em detrimento de outros aspectos da democracia põe em jogo a eficácia do sistema e corre o risco de não ter resultados reais e indubitáveis nos seus processos eleitorais. Além disso, pode acontecer de instituições como o Parlamento, a Polícia ou o Judiciário não funcionarem de forma efetiva ou compatível com a doutrina da separação de poderes, mesmo convivendo com o sistema de regras

O processo de democratização é gradativo e não linear, pois uma vez alcançadas a legalidade das instituições e dos movimentos dos cidadãos dentro de uma constituição aceita pela maioria, a adoção de princípios de boa governança tais como legalidade, universalidade, transparência e responsabilização dos governantes às vezes aparece como complementares e não como essenciais na agenda de democratização. Uma conquista em uma instância da democracia não é pré-requisito para outra e nem a garante. Fica assim impossível garantir que democracias que nasçam deficitárias, venham a se aperfeiçoar, pode ser que estas sigam assim por longo tempo, incapazes de

assegurar o governo da lei e não dos homens, a competição política e a responsabilização dos governos.

Em diferentes casos de democratização, o que está faltando para que estas condições sejam alcançadas, são as instituições básicas do Estado moderno: elas podem não ter se formado adequadamente nas etapas iniciais do processo ou podem estar operando com base em distorções de seus objetivos. Além de não respeitar de modo completo princípios como o primado da lei ou a obrigação dos governantes de prestarem contas aos eleitores de suas ações, algumas democracias eleitorais convivem com deficits de representação e com a existência de sistemas partidários incapazes de servir de referência para as escolhas políticas de seus eleitores, elas também operam de forma ambígua entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. (idem, p.15)

Tal desajuste leva as pessoas a se desiludirem com o sistema e com as instituições o que gera um clima de desconfiança, descrença, insatisfação política e produz críticas . Para que o regime democrático seja implantado na sua integralidade e funcione adequadamente é necessário que o sistema político e suas instituições sejam aceitos incondicionalmente tanto pelas elites quanto pelas massas.

A experiência do cidadão, seja ela boa ou ruim, com a estrutura política aquilo que forma, sustenta e que vai determinar práticas e padrões de um grupo: família, ministério, agência econômica, igreja, partido etc.), conjugada com seus valores individuais vai moldando suas preferências políticas bem como a sua atitude no campo da política, e isso é um processo contínuo , podendo gerar dúvidas, ambivalências e transformações ao longo do caminho.

No processo de democratização, a adesão do cidadão ao regime democrático está relacionada com o seus ideais derivados da cultura política ou com a sua expectativa de que os problemas da sociedade sejam resolvidos através das instituições, o que lhe desperta confiança. Porém existe um vão, uma fissura, entre essas duas dimensões porque, nas novas democracias, além de uma influência de seu passado autoritário, `as vezes duradoura , os cidadãos têm limitada experiência de participação política, e a sua capacidade de compreender e acompanhar o complexo funcionamento de instituições voltadas a assegurar princípios como primados da lei, a separação de poderes e a obrigação dos governos de prestar contas, depende por uma parte, de sua formação política

pregressa e de fatores que afetam a sua cognição política, como a escolaridade, e, por outra, da sua avaliação das instituições democráticas. O passado sob o domínio de regimes autoritários deixa marcas que orientam de certa forma as decisões e escolhas políticas das pessoas e isto gera dúvidas ou ambivalência política e os seus efeitos podem influenciar os níveis de adesão

No caso do Brasil, a democratização resultou de iniciativas de liberalização de dirigentes do antigo regime militar que era ditatorial, de negociações com as lideranças democráticas, mas o primeiro presidente foi escolhido pelo Congresso Nacional a partir de regras e concessões estabelecidas pelos militares. E foi nesse clima de ambiguidade que finalizou-se a transição entre os dois regimes e foi votada a Constituição de 1988, também influenciada por um presidente vindo do autoritarismo e por pressões dos militares sobre o que viria a ser o novo governo. Isso gerou várias interpretações sobre o que seria o novo sistema. A principal interpretação sustentou que embora tenha assegurado importantes avanços quanto aos direitos individuais e sociais, a nova constituição brasileira teria um sistema político frágil, tendente a colocar em risco a sua governabilidade.

O chamado presidencialismo de coalizão que, associando poderes presidenciais herdados do período autoritário a algumas características consociativas, a uma legislação eleitoral que combina a representação proporcional com lista aberta de candidatos e a um sistema multipartidário frágil e fragmentado, se caracterizaria por um padrão de qualidade institucional de baixa intensidade (Abranches, 1988, 2001, apud Moisés, 1998, p.19),

Tal fragilidade do novo regime político se deveria baixa capacidade do Congresso para fiscalizar e controlar plenamente as ações do Executivo, à fragilização da relação entre representados e representantes (Mainwaring e Welna, 2005, apud Moisés, 1998, p. 19), com o conseqüente estímulo à continuidade de relações de patronagem e clientelismo, e às dificuldades de se assegurar de forma adequada os meios de controle e de punição da corrupção e de crimes contra o patrimônio público (Ames, 2001, apud Moisés, 1998, p. 19).

Marcelo Tas reafirma isso quando diz:

[...] A crise brasileira é uma crise de identidade na medida em que é uma democracia jovem, frágil e fruto de ideais das social-democracias sobre um chassi mais antigo, que vem dos tempos da ditadura (CORTELLA,

Mario Sérgio e TAS , Marcelo. Basta de cidadania obscena!. São Paulo: Papyrus 7 Mares, 2017, PP 10, 11).

Segundo MOISÉS (2017), dados obtidos por pesquisas de opinião da Corporação Latinobarômetro feita na América Latina entre 2002 e 2004, em 18 países latino-americanos, confirmam a hipótese central da pesquisa de que a variação dos índices de adesão à democracia e de confiança política no Brasil depende tanto da cultura política como do funcionamento das instituições democráticas. Porém cita como aspecto relevante das descobertas o fato de que esses fatores acabam por estimular a preferência de significativas parcelas e cidadãos brasileiros por modelos de democracia que primam apenas pelo voto e descartam a vital importância de os eleitores fiscalizarem e exercerem o controle sobre a atuação dos governos. A falta de confiança na democracia vigente, nos representantes políticos, nas prestações de conta, os constantes episódios de corrupção, ou seja, a má qualidade da democracia acaba fomentando nas pessoas a adoção de posturas ambivalentes do tipo. “ eu prefiro a democracia, porém , às vezes, ela não é o melhor caminho.!” e este tipo de cidadão, na hora de tomar decisões, acaba optando por posições autoritárias. Neste caso, o que se poderia entender por democracia? Gosto do que CORTELLA propõe a respeito:

O obsceno nessa história é imaginarmos que sendo uma democracia, tudo é permitido. Não! A democracia não é ausência de regras; ela é a ausência da opressão. Só que a opressão não é feita só por outro ser humano, mas também o é pela s circunstâncias. A pessoa é oprimida pela ausência de moradia saudável, pela ausência de escolaridade, pela ausência de repartição aquilo que é produção coletiva... (CORTELLA e TAS , 2017, p. 75)

É muito comum no Brasil a cultura política estar atrelada à ideia de política partidária e, talvez por isso, as pessoas, para não se desgastarem emocionalmente nem nas suas relações, dizerem que "política não se discute" e também o fazem quando não querem ser confrontadas em suas crenças e decisões , especialmente em véspera de eleições. Restringem também sua participação política ao ato de votar e neste ato escolher um candidato, votar nulo, em branco ou ainda abster-se. Após votar, não há um interesse ou talvez as pessoas não conheçam os instrumentos que têm para acompanhar o trabalho daquele político que ela escolheu para representá-la.

Não é incomum encontrar pelo Brasil afora pessoas que não entendem que seu engajamento nas questões políticas da sua casa, do seu bairro, da sua igreja, da sua cidade, do seu estado ou país seja de extrema importância e necessidade.

E que apenas reclamar, verbalmente ou nas redes sociais contra o governo e das autoridades sejam elas locais ou não, é insuficiente para que a realidade mude para melhor ou que isto as desloque do lugar de subalternidade ou abandono em que muitas vezes se encontram, especialmente quando se trata das camadas menos favorecidas. Engajar-se pressupõe envolver-se ativamente, ouvir e dialogar com quem apresenta ideias oponentes, analisar criticamente a realidade e participar das decisões coletivas, especialmente as que envolvem o destino próximo e/ou remoto da população brasileira, do coletivo. Esta é uma habilidade essencial para o exercício de uma boa política.

Não discutir política é tudo que a parcela de políticos descomprometida com seu povo quer, pois assim as pessoas são mais manipuladas, menos críticas e aceitam a má atuação dos líderes e dirigentes como algo contra o qual não vale a pena lutar porque “não adianta.” As pessoas costumam dizer que “políticos são todos iguais, não há um que preste” ou ainda que “se no Brasil há corrupção é porque cada brasileiro carrega em si um corrupto”. Tas (2017) , chama a atenção para o fato de muitas vezes, na era das redes sociais, a responsabilidade por atos ilícitos , corruptos e/ou imorais ser diluída no coletivo e, com isso, os verdadeiros responsáveis não serem apontados, responsabilizados, e muito menos cobrados.

A impunidade reina e tudo parece estar certo e natural, como afirma Marcelo Tas: “De certa maneira, a coletividade é convenientemente usada para acobertar os problemas. Percebo que no Brasil temos muita dificuldade de encarar a autoria.” (CORTELLA e TAS , 2017, p. 9)

A questão da representatividade também é bastante complicada, porque nem sempre os eleitores se preocupam em eleger alguém que de fato os represente, e muitas vezes, como voto de protesto, por não querer que determinado partido assuma a governança seja ela em nível municipal, estadual ou federal, optam por votar em candidatos declaradamente homofóbicos, misóginos, anti-ambientalista, perseguidor de índios e de sem-terra, defensor do armamento e da militarização de todos os espaços, inclusive das escolas, avesso ao diálogo, para assumir a presidência de um país, como aconteceu no Brasil em

2018. E as pessoas, sejam elas a favor ou não deste candidato, também se revelam avessas ao diálogo. Não toleram dialogar. Agem como se este parlamentar tivesse surgido do nada, como um passe de mágica e com uma varinha mágica para extirpar o mal do país – ou para desgraçá-lo de vez - é como se ele não tivesse história pregressa ( ou ela não importa, desde que ele retire do poder o partido ou as pessoas que não desejam), porque acreditam piamente que elas são ruins e seu governo foi catastrófico, embora fatos e mais fatos revelam que, embora problemático sob alguns aspectos, foi um governo progressista e fez o país avançar, embora a mídia alternativa avisasse o tempo todo quem era ele, e o que tinha feito durante seus quase trinta anos na política. Se um candidato representa milhares ou milhões, é necessário o diálogo, senão não se faz a escolha com a devida consciência, embora todos acreditem que estejam votando conscientemente para melhorar o país. TAS (2017) aponta a inclusão digital como uma oportunidade de cada indivíduo participar no coletivo de forma mais transparente, sincera e criativa. E coloca como entrave para que isso aconteça a incapacidade das pessoas de dialogarem com quem discordam. E cita como exemplo:

[...] Um exemplo claro disso são os deputados homofóbicos, que viraram figuras proeminentes na mídia. Muitas pessoas que criticam a maneira violenta, às vezes até criminosa e racista, que esses ilustres deputados têm de se colocar não querem admitir que eles existam. Apontam o dedo cheio de ódio para eles querendo que desapareçam o mesmo modo como aqueles meninos do arrastão que você mencionou. Não olham para eles e veem o que realmente são; representantes de milhares, se não milhões de eleitores com quem precisamos dialogar. ( TAS, 2017, p. 11).

Cortella (2017, p. 12) adverte para o risco que se corre ao considerar essa postura exótica, porque o exótico na verdade não o é, pois suas ideias vêm de dentro de si e não de fora. Tratá-lo como exótico é como tirar a nossa responsabilidade, é camuflar ou embaçar o que é real. Estes parlamentares que são homofóbicos, numa época em que o acolhimento afetivo tem que ter força, racistas quando a alteridade e o respeito ao outro na sua diferença se faz necessário para uma possível convivência de dignidade e paz, que defende a ditadura em tempos e democracia, traz consigo milhares de pessoas que apoiam esta percepção. Portanto o problema não está no pastor , no parlamentar, no padre, no conselheiro tutelar ou no líder comunitário. O problema está num âmbito muito maior, porque tais figuras públicas representam uma população que as escolheu ou votando nelas ou tornando sua seguidora.

Ao tratarem da comunicação a serviço da cidadania, TAS e CORTELA (2017) se envolvem em interessante diálogo no qual concordam e discordam ao mesmo tempo, relativamente, de alguns aspectos da comunicação, especialmente aquela veiculada via internet. Marcelo Tas relembra dos tempos de quando a televisão era o principal meio de comunicação de rápido alcance, junto com o rádio e cita como seus filhos são hoje mais atentos do ele na mesma idade. “Eu engolia, sem questionar, a televisão aberta, a principal mídia da minha infância, que era autoritária, com uma grade de horários rígidos, que só falava sem me ouvir.” (TAS, 2017, p. 28). Além disso, cita os consumidores de hoje como portadores de ferramentas e formas mais eficientes de desmascarar eventuais obscenidades dos seus próprios influenciadores da internet, como os youtubers, por exemplo. CORTELA (2017, p.29) contra-argumenta que “vivemos hoje uma democracia mascarada de participação ativa, uma cidadania que não partilha aquilo que é recurso coletivamente construído, do que decorre um nível de privilégio para alguns que é fortíssimo.” E continua: “O desnudamento possível obtido hoje com a internet não resolve ainda esse problema. Ele pode produzir revolta, indignação, mas não necessariamente mudanças”(idem).

Ainda sobre a influência da mídia e da imprensa na consciência política do cidadão, CORTELLA (2016, p. 30) aponta que o mundo digital consegue oferecer fontes múltiplas, diversificadas, algumas delas com garantia de confiabilidade quando suas informações são cruzadas com outras redes. E, segundo ele, se isso for estendido para o mundo da ação política no cotidiano, aumenta, multiplica por mil a condição de uma intervenção. “*O nosso país só vive hoje uma um movimento de limpeza ética por conta da imprensa livre, plataformas digitais e capacidade de informação*” (CORTELLA, 2017, p. 31).

Se analisarmos bem a situação atual, não será difícil perceber que a informação chega muito rápido e em grande quantidade às pessoas que têm acesso à tecnologia, especialmente ao celular e à internet móvel, porém, esta não é devidamente processada devido ao volume e à velocidade com que chegam até nós. Zigmunt Bauman, 2016, em entrevista a Marcelo Lins, pela Globo News, adverte: “Como E. O. Wilson, o grande biólogo, expressou de forma muito sucinta e correta: ‘Estamos nos afogando em informações e famintos por sabedoria’ Não temos tempo de transformar e reciclar fragmentos de informações variadas numa visão, em algo que podemos chamar de sabedoria. A sabedoria nos mostra como

prosseguir. Como o grande filósofo Ludwig Wittgenstein dizia: 'Compreender é saber como seguir adiante.' E é isso que estamos perdendo. Não sabemos como prosseguir."<sup>4</sup>

Algumas pessoas de baixa renda, como é o caso de muitos estudantes da EJA, até conseguem este acesso tanto aos aparelhos tecnológicos quanto à internet móvel, a questão, porém o que marca a desigualdade são as condições que uns têm para lidar com estas informações de forma crítica e outros não, condições estas que são construídas, especialmente via educação, uma vez que a velocidade e o volume com que chegam é o mesmo para quaisquer um de seus usuários. Analisando por este viés, eu arriscaria dizer que Mário Sérgio Cortella e Marcelo Tas estavam otimistas em 2017, pois o Brasil elegeu um presidente em 2018, pautando sua escolha, em fakenews, meticulosa e especialmente forjadas para tal fim.

Com relação à cultura política no Brasil, além dos já citados, há alguns aspectos que eu gostaria de trazer à baila. Muitas vezes os políticos são tratados como seres especiais, dignos de todo mimo e toda regalia o que faz desta atividade um objeto de desejo e quando as pessoas chegam lá, assumem um cargo político, dificilmente o deixam. Seria leviano afirmar que todas são assim, porque há políticos que levam a sério seu trabalho e o fazem com dignidade, porém a realidade contemporânea e a história têm nos mostrado que ser tratado como um ser superior, com tantas regalias e tantos privilégios, vira um vício do qual certos políticos não querem se "libertar". Ainda que as pessoas digam que vereadores, deputados, prefeitos são funcionários públicos e devem trabalhar para e pelo bem do povo, no momento de um contato mais próximo com estes que são por dever, representantes do povo, mas que nem sempre o são de fato, tratam-nos quase como divindades o que acaba, de certa forma, alimentando neles o vício pelas regalias e muitas vezes, estimulando atos de corrupção com o propósito de acúmulo de riquezas e manutenção do seu status no mundo da política.

O presente trabalho não se trata de um estudo quantitativo, como é o caso das surveys, portanto, não tem a intenção de apresentar dados quantificados. O presente estudo, de caráter qualitativo, não tem a intenção de falar especificamente e nem profundamente de cultura política, mas nos revelou

---

<sup>4</sup> (Zigmunt Bauman, 2016, )

dados importantes, apesar da curta temporalidade em que foi executado, a respeito da postura política dos estudantes da EJA no seu papel de cidadão tanto no que diz respeito ao reconhecimento do seu direito `a vida digna, à educação, aos equipamentos da cidade, aos bens culturais e à participação e representatividade na política seja no que diz respeito ao reconhecimento do seu dever para consigo mesmo, para com a comunidade onde vive, para com a cidade , o estado, o país, enfim, para com a coletividade. Um trabalho desta natureza é de muito valor para os estudantes , para a comunidade escolar como um todo e muito tem a contribuir para a formação do/da professor/a de educação básica, especialmente de EJA que por este estudo se interessar. Segundo Freire (1996), o conhecimento é algo construído ou produzido pelo sujeito aprendiz, ainda que faça parte de um arcabouço já constituído e sistematizado socialmente, pois acontece somente se o educando se implica na situação de ensino/aprendizagem.

Eu diria que aprendizagem é um processo endógeno. Freire (1996) afirma que formar não é transferir saberes, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção. Vale lembrar que numa prática educativa fecunda, ambos os sujeitos, educador e educando, aprendem. O educando precisa se tornar consciente da sua essência curiosa e da sua vocação ontológica para ser mais e cabe ao educador promover situações para que esta conscientização ocorra. Antagônica à educação bancária, a educação libertadora proposta por Paulo Freire promove autonomia e estimula o educando a transformar-se e transformar a realidade em que vive. É preciso estar atento ao que estes estudantes dizem de suas vidas e como fazem uso dos equipamentos da cidade para se manterem vivos, cultivarem sonhos, planejarem seu futuro, inclusive o futuro imediato, crescerem como pessoas e protagonizarem a sua história, uma história de felicidades pelo caminho, ainda que adversidades as atravessem, porque isto também faz parte da vida.

A preocupação de Paulo Freire com a cultura popular, muito presente em sua obra, é uma abordagem sociocultural da educação e um viés do qual quem trabalha com EJA jamais deve ignorar. É vasta a bibliografia deste autor, porém elegi para ajudar a nortear Este trabalho, o livro Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à prática educativa - porque ele traz a essência do que quero discutir aqui. Para Freire (1996), há alguns saberes necessários à prática

educativa e para o estudo do presente trabalho, cito alguns de especial relevância para o trabalho que desenvolvemos, sem desmerecer a importância dos outros citados na obra:

Respeito ao saber dos educandos. É necessário a todo ser humano indagar-se constantemente e buscar respostas para suas indagações. É necessário então que quem se propõe a educar esteja atento aos saberes que os estudantes da EJA trazem consigo, pois é partir do que já sabem é que conseguirão formular perguntas, sejam elas de que natureza forem. Ajudá-los a reconhecerem seus próprios saberes e fazer perguntas, não só dos conteúdos do currículo formal, mas também perguntas sobre o mundo em que estão inseridos e no qual interagem todo o tempo.

Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação: Não é possível uma prática educativa fecunda que se faça fora do viés da dialogicidade. Ensinar não é um ato de doação ou transferência de conhecimento, mas um convite a pensar e construir junto. Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática: A revisão do seu fazer pedagógico tanto no que diz respeito à teoria quanto à prática deve ser uma constante na jornada do educador porque é assim que ele irá se firmar como tal. Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural: É necessário que educador e educandos tenham consciência de quem são e de que lugares falam. A partir da assunção da sua identidade cultural, compreender e reconhecer também a identidade do outro. Este sentido de alteridade deve ser construído inclusive na própria ação de educar, pois o estudante que se percebe e se sente reconhecido, considerado e respeitado por quem o educa, estabelece o que na Psicanálise, chama-se relação transferencial, de uma forma positiva.

Reconhecimento de ser condicionado: Estar sujeito a certas condições não significa estar absolutamente determinado por elas. O ser humano, na sua vocação ontológica de ser mais. Segundo coloca Freire (1996), pode e deve se movimentar e romper barreiras, realizar conquistas significativas, ainda que as condições materiais, sociais nas quais nasça sejam precárias. Por isso, é que programas sociais que promovam a equidade, que ofereçam oportunidades a todas as pessoas, observando a sua necessidade, são necessários. A cada ser humano deve ser dada a oportunidade necessária para que ele construa em si a

consciência de que pode e deve se inscrever na história como objeto, mas também como sujeito dela.

**Apreender a realidade:** Para intervir numa realidade e transformá-la é necessário conhecê-la e para tanto preciso me aproximar dela e com ela interagir. A educação se dá na interlocução entre os sujeitos e seus saberes, portanto é dialógica. Professor e estudante devem se aproximar, vencer barreiras, romper ou contornar bloqueios, devem fazer uma imersão no próprio universo e no universo do outro.

**Ter alegria e esperança:** Apostar na capacidade do ser humano de se tornar mais e melhor, lutar contra as injustiças, acolher o novo seja para aceitá-lo ou recusá-lo, agir dentro de uma ética libertadora e defensora do direito humano exige do educador alegria e esperança. Sem esperança, não há resiliência e sem resiliência, não há conquistas efetivas. O educador lida com o fato de que o resultado palpável do seu trabalho pode vir a se manifestar num momento da vida em que os dois, educador e educando, não estejam mais juntos, podem inclusive estar em planos diferentes da vida, ou seja, podem não estar atravessando mais a contemporaneidade juntos. É necessário ter esta consciência. Ainda assim é necessário continuar insistindo em fazer educação de boa qualidade, problematizar o futuro e mover-se ética e esteticamente no agora para que não se adoeça por falta de alegria e esperança.

**Entender que a educação é uma forma de intervenção no mundo:** Não somos, educadores e educandos, na nossa infinita diversidade étnica, cultural, de gênero, geográfica e tantas outras, fadados a um fim determinado. Creio que a única coisa a que estamos realmente fadados é evoluirmos como seres humanos, é crescermos em espiral, continuamente, expandindo, é nos tornarmos melhores. A educação não pode perder isto de vista porque é muito saudável e necessário que cada ser humano, dentro da sua atual possibilidade, compreenda e assuma a sua responsabilidade na construção de uma realidade que seja melhor para todos.

**Ensinar exige saber escutar:** Dialogicidade não quer dizer simplesmente alguém falar e outro ouvir. No caso da relação educador-educando, Paulo Freire nos adverte para a diferença entre “falar aos estudantes” (diálogo socrático) e “falar com eles” (diálogo freiriano). A interlocução deve ser entre sujeitos e seus saberes, portanto o direito a voz tem que ser de todos e a escuta que, no meu

entendimento, tem que ser amorosa, também deve ser estendida a todos. Para se chegar a esta escuta é necessário estar atento ao estudante da EJA e suas especificidades, especialmente os jovens. As juventudes na EJA, tão diferenciadas, tão diversas e que, sem dúvida, são um grande desafio para quem educa também precisam ser incentivadas a falarem e precisam ser ouvidas. CORTELLA (2017) fala da erotização do ensino, na possibilidade de conquistarmos novas gerações por causas mais amplas como por exemplo, a ecologia, a desigualdade, a convivência e a propriedade. Tais temas, segundo ele, ainda não são um desejo porque estão no futuro – e a perspectiva de futuro para os jovens é algo de difícil apreensão mesmo porque eles estão mergulhados numa sociedade do imediatismo e cada um reage a isso de modo diferente.

[...] Nós erotizamos uma calça jeans , um carro, um par de tênis, mas quando dizemos: 'estudo, filho, porque daqui a vinte anos você vai ser alguém, isso não emociona.' Numa sociedade do imediato, do instantâneo como a nossa – e aí é o contributo negativo do mundo digital – anunciar um tempo futuro, em que as coisas podem acontecer, é absolutamente esotérico ( CORTELLA, TAS, 2017, p. 34-35).

Paradoxalmente, é também uma era em que estes mesmos jovens ou qualquer pessoa que tiver acesso às tecnologias digitais pode ser um consumidor e ao mesmo tempo, produzir conteúdo autoral próprio, sem necessidade de trabalhar em meios de comunicação. É este mais um motivo para a escola se reinventar e lidar com estas mentes inquietas e, às vezes, sem direção.

Outro paradoxo, triste, aliás, é que num país que tanto valoriza o mundo digital e fala o tempo todo em alfabetização digital, ainda haja 11,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler (PNAD, 2018)<sup>5</sup>, nem mesmo a inscrição presente na bandeira nacional brasileira: ORDEM E PROGRESSO. *“Nós somos um dos poucos povos que têm uma inscrição alfabética na bandeira, no entanto este lema não é lido por, pelo menos, 8% da população do país.”* (CORTELLA, 2017, p. 43)

Querer bem aos estudantes: Ser rigorosamente metódico, ser objetivo na intervenção e ter noção de onde vai partir, por onde vai transitar e onde se quer chegar não é ser triste, melancólico, sombrio. Educar com maestria é também educar com alegria, é como navegar num caminho que traz surpresas, mas

---

<sup>5</sup> - atualizado em julho

também recursos para se lidar com elas. Amar nestes termos nem é sentimento, é ação. É no modo como o professor educa que ele revela até onde quer bem ou sequer reconhece os seres humanos que recebe da vida, por um período da sua, para ajudar na caminhada, ombro a ombro, lado a lado.

Freire (1996) também faz apontamentos com relação à construção do conhecimento em uma perspectiva interacionista. Nessa perspectiva, ele está ligado ao processo de conscientização que é inacabado, contínuo e progressivo, é uma forma de aproximação da realidade que vai das formas mais primitivas até a mais crítica e problematizadora e, conseqüentemente, criadora. Transcende a simples apreensão da realidade para chegar a uma esfera crítica, na qual o ser humano assume uma posição epistemológica: a realidade se dá como um objeto cognoscível. Atinge um grau elevado de consciência e esta nos orienta, nos inquieta, nos faz decidir e sustenta nossa decisão. “(...)quanto mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomenológica do objeto que se pretende analisar.” (FREUD, 1997a, p.30, apud MIZUKAMI, 1992, p. 91).

MIZUKAMI (1992, ps.91-92) apresenta algumas características definidoras de cada tipo de consciência e para isso baseia-se em A. V. Pinto (1960). São as seguintes:

#### Consciência Intransitiva:

A Consciência Intransitiva encontra-se nos homens acríticos e em comunidades pouco desenvolvidas. Caracteriza-se por uma centralização nos interesses e estímulos que estejam dentro da esfera do biologicamente vital (alimentar-se, subsistir, imunizar-se contra tudo o que possa atentar contra a própria vida do homem ou da comunidade); pela quase ausência da consciência histórica; e por uma captação e uma compreensão principalmente mágica da realidade o que o faz explicá-la também de forma mágica. O homem não percebe, por não ter ainda condições para isso, os condicionantes da ação humana em resposta aos desafios que a vida lhe apresenta. No entanto, não corresponde a um fechamento absoluto e irreversível do homem, esmagado por espaço e tempo todo poderosos. O homem, em qualquer estágio que esteja, é sempre ontologicamente aberto.

### Consciência Transitiva Ingênua:

Continuam presentes neste nível, as explicações mágicas fornecidas em relação à transferência da responsabilidade e da autoridade, é a subestimação do homem comum. Este tipo de consciência se caracteriza por forte inclinação ao gregarismo - pertinente à massificação- pela impermeabilidade à investigação, pelo gosto por explicações fabulosas e pela fragilidade de argumentação. O indivíduo atém-se ao passado e exhibe saudosismo, prestando pouca atenção ao presente, por ele considerado sempre como uma época inferior, medíocre e vulgar. Alega que o período atual é caracterizado pela dissolução de valores e instituições. Manifesta pessimismo e visão catastrófica do presente, assume atitude de resistência a todos os projetos modificadores da realidade e expõe-se, conseqüentemente , a uma contradição: declara que as condições do presente são miseráveis, mas se opõe a qualquer modificação que ofereça condições inéditas de existência. Uma das modalidades deste tipo de consciência é a atitude reacionária, cujos elementos principais implicam: defender as regalias de grupos sociais ou de situações econômicas privilegiadas, em ser cega em relação a esses condicionamentos, - julga estar falando em nome da verdade, sem compreender que erigiu em ideologia sua própria condição privilegiada - e em absolutizar esta situação, fazendo dela um paradigma lógico e moral.

### Consciência Transitiva:

Caracteriza-se por manifestar consciência de sua dependência, indagando sobre os fatores de que depende, como estes, não se dá a conhecer à primeira vista, exigindo uma análise epistemológica. É uma forma crítica de pensar, pois que busca identificar e compreender os motivos e procedimentos pelos quais a representação do real de um país é produzido e o faz, não apenas para apreciar a gênese psicológica de tal representação, mas principalmente para descobrir a natureza e a extensão das ações que sobre exercem os fatores que a condicionam. Está permanentemente atenta para denunciar as influências a que está submetida e para criticá-las. Interessa--se em descobrir os determinantes de seu conteúdo, pois sabe que eles existem, e tem por tarefa lógica distingui-los e

avaliá-los. Realiza tal empreendimento indagando sobre a legitimidade de seus enunciados e procurando as influências que os expliquem. A finalidade que impõe a si própria é a de revelação consciente destas influências. É uma consciência dirigida à objetividade, aberta às coisas e aos acontecimentos e voltada para a consciência entre os homens. Vê a si própria em função do mundo, explica-se em termos de dependência histórica, sente-se condicionada pelo processo social e justifica-se como variável no processo social, de acordo com as alterações da realidade. Caracteriza-se igualmente por não renegar a noção de liberdade individual e por tentar conciliá-la com os fatores que sobre ela atuam, restringindo-a e condicionando-a. É necessário que se diga que a consciência que investiga a si própria, como é o caso desta modalidade de consciência, tem como núcleo de todas as suas estruturas e reações, a propriedade de ser uma consciência histórica. Sua representação do real é condicionada por objetividade relativa, não possuindo o caráter de verdade eterna e refletindo, pois, o momento que lhe dá origem. É sensível ao ritmo das transformações do mundo, à compreensão da queda e do aparecimento de valores que proponham modificar as condições de vida. Consequentemente, é uma consciência anti reacionária e antecipadora.

A passagem da consciência predominantemente intransitiva para a predominantemente transitiva ingênua se faz segundo Paulo Freire, de forma paralela à promoção dos padrões econômicos da comunidade. Esta promoção é automática; no entanto, a promoção da consciência transitivo ingênua para a predominantemente transitivo crítica não se dá automaticamente, mas apenas quando inserida num trabalho educativo com esta destinação. A criticidade implicará, portanto, uma crescente apropriação, pelo homem, do seu contexto.

Os professores são inevitavelmente mediadores das culturas nas escolas (SOUZA, 2014), portanto, devem considerar elementos importantes para que isto de fato ocorra. Tais elementos são, em primeiro lugar, estranhar o familiar e familiarizar o estranho, pois assim é que se desenvolve o pensamento crítico, inclusive a autocrítica a fim de que se faça a leitura adequada da realidade e faça também escolhas mais assertivas e acertadas. Em segundo lugar, é necessário trazer o mundo pra dentro da escola, não o mundo todo o que é da ordem do impossível, mas o mundo do estudante para que ele possa falar dele, compreendê-lo e escolher de forma crítica, o que vai fazer com isso.

Ao se alcançar este último nível de consciência, a pessoa se livra da ignorância e dá um passo adiante, se inscreve na história com mais protagonismo.

Marx fez uma diferença entre “liberdade de” e “liberdade para”. Alguém só é “livre para” quando é “livre de”. Isto é, se a pessoa for livre de fome, livre da ausência de escolaridade, livre da doença sem alternativa, então ela é livre para escolher, livre para navegar, livre para interromper a ação, livre para refletir, livre para procurar.[...](CORTELLA e TASS, 2017, P. 31)

Finalizo este capítulo com uma breve citação: “*A formação de uma cidadania consciente e autônoma é parte fundamental do processo de democratização da cultura cívica.*” (PATEMAN, 1980, p.97 *apud* RENNÓ, 1998, p.90)

### 3 METODOLOGIA

Antes de me debruçar sobre a metodologia utilizada neste trabalho, vou me dedicar a caracterizar a EJA. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade a seus estudos e para aqueles que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio quando crianças ou adolescentes. Em Belo Horizonte, quase que na sua totalidade, as escolas de EJA oferecem o Ensino Fundamental, uma vez que o Ensino Médio é, na atualidade, de responsabilidade do Estado. A EJA em Belo Horizonte foi regulamentada como modalidade de ensino pelo Conselho Municipal de Educação, por meio do parecer número 093-02 , aprovado em 07/11/2002.

Assim, a educação de jovens e adultos nas escolas municipais tem por objetivo assegurar o direito à educação escolar a jovens e adultos que, pelas razões mais diversas, não tiveram a oportunidade de frequentar ou de concluir a educação básica. A oferta da Educação de Jovens e Adultos nas escolas municipais representa, portanto, o dever do poder público na garantia do direito dos cidadãos à educação básica de qualidade, independentemente de suas idades. O modelo é presencial e é oferecida nos turnos matutino, vespertino e noturno, em turmas que funcionam na sede ou em turmas externas que funcionam em outros ambientes como outras escolas, igrejas, centros comunitários, atendendo à demanda e especificidade de cada público de cada região.

Os sujeitos da EJA são homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias, favelas e vilas. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais efetiva no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não-qualificadas. Trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais.

São sujeitos, ainda excluídos do Sistema Municipal de Ensino. Em geral, apresentam um tempo maior de escolaridade, com repetências acumuladas

e interrupções na vida escolar. Muitos, nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas.

São jovens e adultos que, quando retornam à escola, o fazem guiados pelo desejo manifesto de melhorar de vida, de viver um presente melhor. Retornam também por exigências ligadas ao mundo do trabalho. Para muitos, o certificado de conclusão do ensino fundamental é condição para permanecer no emprego.

São sujeitos de direitos, trabalhadores/as que participam, concretamente, da garantia da sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem e que possuem responsabilidades sociais já determinadas, trazendo consigo especificidades sociais, culturais e etárias que os/as tornam diferentes dos sujeitos do ensino fundamental oferecido a crianças e adolescentes até quinze anos. À formação desses sujeitos destinam-se as ações educativas da EJA.

Na proposta de EJA busca-se romper com a ideia de educação compensatória de um tempo que teria se perdido no passado, de uma educação que tenha sido de má qualidade na infância ou na adolescência e com a ideia de que os educandos da EJA são aqueles que não aprenderam na idade apropriada, ou seja, a infância e a adolescência seriam os tempos adequados à aprendizagem.

Na EJA a educação é concebida como direito humano que se afirma independente do limite de idade. A EJA traz na sua essência uma tradição de lutas pedagógicas enraizadas na educação popular em que a experiência de vida dos sujeitos traz conhecimento, memória, relações sociais e culturais, religiosidade, trabalho, família, política e afetividade. Essas dimensões do mundo jovem e adulto, quando incorporadas ao saber escolar podem potencializar a essência educativa das práticas sociais e da prática educativa escolar. Tornam-se instrumentos dos quais a sociedade pode dispor para estimular a participação popular ampliando a cidadania desses setores da população. A EJA se apresenta, então, como um momento de humanização do sujeito, como um espaço de estimulação da autonomia, como tempo de aprendizagem, como movimento de vida, como possibilidade de concretização de um direito.

Uma vez traçado o perfil da EJA em Belo Horizonte, passamos agora aqui à apresentação deste trabalho que é de caráter qualitativo, produzido através

da observação participante e tendo como recursos, assembleias, uso de vídeos, conversas coletivas, produção individual de texto escrito individual, pesquisas no laboratório de informática, produção coletiva de texto - no caso, entrevista - equipamentos de som e vídeo e sobretudo, o discurso que os estudantes traziam seja através da linguagem oral, seja na produção de desenhos, fotos e vídeos. O que eles disseram foi a base para o desenvolvimento do trabalho e para a elaboração do empreendimento final, a entrevista.

Os espaços utilizados foram os mais variados possíveis, pois para nós a sala de aula é onde pudermos ensinar. Usamos as salas de aula propriamente ditas, o auditório, a quadra da escola, a Câmara dos Vereadores e o próprio entorno da escola, objeto de observação pelos estudantes da EJA.

A despeito do reconhecimento de que determinadas aulas têm certas exigências de introspecção que somente o ambiente limitado das quatro paredes permite, defende-se aqui que salas de aula são todos os espaços de cultivo de saber e o que conta como seu distintivo de outros espaços é a intencionalidade que sustenta as relações de ensino e aprendizagem ( SOUZA e DINIZ, 2014. p. 2)

Sendo um trabalho qualitativo não tive a pretensão de controlar os dados coletados durante a realização do mesmo, mas imergi num processo que estava em curso e tive meus olhos, meus ouvidos, minha atenção, minha crítica como importantes instrumentos de trabalho. A proposta era que os estudantes da EJA observassem seu ambiente, o analisassem com a condição crítica que lhes fosse possível naquele momento, se preparassem construindo conhecimento, produzissem um roteiro coletivo de entrevista e, ao final, entrevistassem um vereador local, expondo a ele realidade local e questionando-o enquanto representante do poder público naquilo que fosse do seu desejo questionar. Embora o trabalho tivesse como empreendimento final, a entrevista, eu estava muito interessada no que aconteceria no intervalo, ou seja, como este processo se daria; o que ele traria à baila.

Para mim era muito importante tratar com os estudantes sobre questões verdadeiramente relacionadas com a vida deles e , mesmo que a princípio, eles não julgassem que aquelas questões trazidas representassem um problema na vida deles, meu dever como educadora é suscitar a curiosidade e o olhar investigativo, questionador.

Paulo Freire (1996) nos propõe que estranhemos o familiar e acolhamos o estranho, que nos esforcemos para pensar e agir com bom senso, isto é, estar atento à lógica do senso comum que costuma atender aos apelos do capitalismo, do neoliberalismo e não leva em conta as pessoas como sujeitos de direito e portadoras de conhecimentos valiosos. Ela quer nos fazer acreditar que as injustiças devem permanecer e que o lugar dos injustiçados é o do conformismo e o da passividade. Devemos, como cidadãos e educadores, rejeitar com veemência esta postura, pois ela é destrutiva e desumaniza.

[...] o currículo deve buscar desenvolver valores, conhecimentos e habilidades que ajudem os alunos a interpretar , de maneira crítica , a realidade em que vivem e nela inserir-se de forma mais consciente e participativa. O objetivo é aprimorar as concepções dos alunos sobre si mesmos, sua participação na e sobre a sociedade e integrar-se progressivamente ( Brasil, 2001)( VILAR, Joelma Carvalho e ANJOS, Isa Regina Santos . Currículo e Prática Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos)

[...] qual a função da escola perante a vida , senão os processos de humanização, tornar as pessoas mais humanas , mais felizes e sintonizadas com a vida na sociedade contemporânea? Essa perspectiva de humanização preconizada por FREIRE ( 1967, 1987) pressupõe uma outra maneira de pensar a escola e o currículo. ( VILAR, Joelma Carvalho e ANJOS, Isa Regina Santos Currículo e Prática Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos -ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.7, n.1, p.86-96, Janeiro a Abril de 2014 )

O ser humano, por não estar fadado a permanecer para sempre na condição atual, é capaz de reinventar a realidade, recriar seu ambiente e o faz constantemente, isto porque tem a potencialidade da cultura. Então, por que não buscar instrumentalizá-los a fim de que operem mudanças positivas na sua vida e também da coletividade? “[...] *o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última: a educação não é nada fora da cultura e sem ela*” (FORQUIN,1993, p.12 apud SOUSA E DINIZ, 2014 p. 9)

Esta ação pedagógica começou em 2018 com uma turma de continuidade, ou seja, uma turma cujos estudantes provavelmente continuariam seus estudos na EJA em 2019 a fim de se certificarem. Para realizar o meu plano de intervenção, pensei em seguir as seguintes etapas:

1. Conversar com a Direção, a equipe docente, e a coordenação da EJA da Escola Municipal Honorina Rabello sobre a proposta de ação

pedagógica, sua pertinência e sondar os interesses do grupo de educadores em participarem comigo da mesma. Se a proposta fosse aprovada, definir junto à coordenação e equipe docente, qual turma participaria da ação.

2. Procurar um vereador ou uma vereadora que aceitasse ir à escola para ser entrevistado uma vez que o trabalho seria desenvolvido com uma turma de EJA do noturno e a Câmara dos Vereadores não tinha naquele momento nenhum trabalho de visitação e diálogo com vereadores que funcionasse   noite. Havia as audiências públicas que, às vezes, aconteciam   noite, mas não serviriam para o trabalho em questão.

3. Resolvidos os pontos 1 e 2, promover uma roda de conversa com os estudantes para sensibiliza o e convite   participa o da a o. Neste primeiro contato já convidá-los a observarem o entorno da escola, o percurso que fazem para irem   escola ou mesmo no seu trânsito cotidiano pela região e registrarem aquilo que considerassem um problema para aquela comunidade, seja para crianças, adultos, estudantes da EJA ou não, enfim, para os moradores da região.

4. Após colocar para eles a proposta de trabalho, provoc -los oralmente com questões que poderiam orientá-los e instrumentalizá-los tanto para fazer uma observa o mais apurada e crítica do ambiente físico do bairro e do entorno da escola quanto para elaborar perguntas assertivas e ricas de sentido ao vereador. Tais questões foram:

- Se eles sabiam o que eram os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e se sabiam as diferenças entre eles. Se sabiam o que era um vereador e qual o trabalho do mesmo.
- Se sabiam como fiscalizamos o trabalho do vereador que elegemos.
- Que problemas percebiam no seu bairro.
- Como os problemas do ambiente os afetavam.
- O que eles poderiam fazer para melhorar o seu ambiente.
- Qual é o significado de eles estudarem na escola algo que estivesse diretamente ligado à sua vida cotidiana.
- Que sentido fazia conversar com um vereador sobre os problemas cotidianos do bairro e da região.

Depois desta conversa, os passos seguintes seriam:

5. Promover um breve trabalho de pesquisa no laboratório de Informática sobre o papel do vereador e sobre o que seja cidadania;
6. Elaborar com os estudantes um roteiro coletivo de entrevista;
7. Definir quais estudantes fariam as perguntas ao entrevistado ou qual o estudante faria a entrevista servindo como porta-voz do grupo;
8. Entrevistar o vereador;
9. Analisar com o grupo a ação desenvolvida. Avaliar com eles em que medida tal ação contribuiu para a sua formação enquanto cidadão ou o que ela representou para eles na sua vida pessoal.
10. Entregar uma cópia do roteiro da entrevista ao vereador em texto impresso ou digital.

A proposta de ação foi bem recebida pela equipe pedagógica, então, com a ajuda dos docentes e da coordenadora da EJA, a turma FJEAMIND/2018 foi escolhida e o trabalho começou. Era uma turma do noturno, de continuidade, composta por estudantes com idade entre 15 e 59 anos. A mesma foi escolhida pelo corpo docente e pela coordenação porque supomos, professores, a coordenação e eu, que ela continuaria em 2019 para a certificação, assim o trabalho poderia seguir com boa parte daqueles estudantes. Havia uma advertência colocada pelo Laseb de que a ação fosse aplicada o quanto antes. No mês de novembro, quando iniciei meu contato com a turma, a lista do diário constava de 48 nomes, sendo que 13 apareciam como transferidos ou que abandonaram os estudos ou ainda que se afastaram. A ação não pôde ser concluída em 2018 por não haver tempo hábil para isso.

Segundo relato da equipe docente e coordenação pedagógica que atendia a turma FJEAMIND/2018, ela era bastante heterogênea quanto ao nível de habilidades e de aprendizagem do conteúdo escolar. A maioria trabalhava de forma mais independente com textos curtos e simples, porém apresentava muita dificuldade em trabalhar com textos mais extensos ou de conteúdo mais complexo e pouco se expressavam oralmente. Apresentavam também dificuldades expressivas com a resolução de problemas lógico-matemáticos, especialmente com os registros e com o algoritmo. A frequência, segundo os docentes que atendiam à EJA na escola, era bastante flutuante, o que pôde ser verificado na

observação do diário de classe e também nas visitas que fiz à turma. Segundo a equipe docente e de coordenação, a infrequência é um dos problemas que afeta bastante o trabalho na EJA em qualquer época.

Em 2019, quando voltei à escola em fevereiro, tudo havia mudado. O professor com quem eu havia feito parceria no ano de 2018, não seria mais o professor responsável pela turma na qual a ação seria desenvolvida e a turma já não era mais a mesma, praticamente não existia mais. Muitos estudantes mudaram de escola, outros certificaram e chegaram alunos novos. Mas a professora de Língua Portuguesa, Gislaine Aparecida, que estava regressando à EJA após quatro anos trabalhando com o sexto ano no diurno, se interessou muito pela ação e me disse que a mesma estava totalmente consonante com as intenções de trabalho que ela tinha para suas turmas de EJA em 2019. No seu relato, as turmas ainda não estavam formadas, estavam chegando novos alunos e com um perfil muito diverso. Havia adultos interessados nas propostas de trabalho que ela trazia, porém os mais jovens “pareciam” não querer nada. Nada que ela trazia despertava o interesse deles e, segundo ela, isso a angustiava bastante, pois gosta de realizar com seus alunos projetos que tenham sentido para eles e também para ela, que gosta de vê-los envolvidos. Disse ainda que aceitaria fazer aquela parceria comigo, mas gostaria de realizar a ação com as quatro turmas por onde ela passava ministrando a disciplina de Língua Portuguesa. Segundo ela, eram turmas nas quais os estudantes já tinham uma escrita mais independente. Aceitei, embora estivesse certa de que o trabalho seria bem maior. Segundo ela, todos os estudantes escreviam com independência e dariam conta de fazer pesquisas no laboratório de Informática. Fiquei ao mesmo tempo, feliz e ansiosa. Visitou-me aquela dúvida: “Será que vamos conseguir?”

Respirei fundo e procurei me acalmar, num diálogo íntimo: “Nós já caminhamos até aqui. Vamos seguir mais uns passos.” A postura da professora em questão me encorajou, pois ela demonstrou verdadeiro interesse no trabalho e se colocou à disposição, disse que faria de tudo para que a ação acontecesse até o final.

Seguimos programando juntas, os próximos passos do trabalho pedagógico.

As turmas com as quais a ação foi desenvolvida em 2019 são três turmas de certificação, uma turma de continuidade – com estas fizemos o trabalho

em todas as etapas – e uma turma de alfabetização que preferiu participar dos momentos coletivos, sem ter que fazer registros. Foi um pedido deles e assim foi feito, sendo que, especialmente neste caso, a linguagem oral foi a mais valorizada e considerada. Há mais idosos na turma de alfabetização do que nas outras quatro turmas, porém nela há também adolescentes, jovens e pessoas portadoras de deficiência intelectual. As outras quatro turmas têm a seguinte configuração: uma com apenas adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos, outra com alunos entre 16 e 39 anos, uma terceira turma com alunos na faixa etária entre 17 e 49 anos e a última com alunos entre 15 e 60 anos. Alguns trabalham de carteira assinada e muitos deles, entre jovens e adultos, trabalham no mercado informal. Outros estão desempregados e uma pessoa desta turma é aposentada. Estas são as cinco turmas de EJA da sede. A escola tem mais sete turmas que funcionam em outros locais do bairro, sendo uma matutina e as outras seis noturnas. Alguns estudantes estudaram nesta escola em 2018 e outros são novatos nesta instituição. Segundo relato dos professores e a partir da minha observação, há muitos alunos participativos nas salas, que se interessam pelas atividades propostas e se envolvem ativamente nas mesmas e há também, especialmente entre os mais jovens, estudantes que não se envolvem muito ativamente com as atividades escolares propostas. A frequência das turmas é bastante oscilante e nas suas justificativas, os estudantes apresentam motivos tais como: faltam para irem ao culto na igreja, porque arrumam emprego temporário no meio do processo, um aluno portador do espectro autista, parou de frequentar a escola para assistir à novela “As aventuras de Poliana”, outra aluna falta para ir à aula de zumba, às vezes faltam pra os preparativos do próprio casamento, para cuidar de um ente que adoeceu, porque o próprio estudante adoeceu, porque ficam muito cansados após o trabalho, há uma jovem inclusive que é mãe e depende de familiares que fiquem com o bebê para que ela venha à escola.

Importante ressaltar que essa ação aconteceu junto com o trabalho pedagógico cotidiano que já estava planejado e em curso na escola, o que envolvia muitas e variadas atividades, portanto, embora não perdesse a seriedade e o significado do que estava proposto, tive que ser bastante versátil para lidar com imprevistos, em alguns dias com a baixa frequência dos alunos, com o desinteresse de alguns, isto sem perder o entusiasmo e a vontade de continuar, acreditando na sua validade e importância. Voltei à escola mais vezes do que o

previsto e isto foi muito bom porque cada vez que eu aparecia na escola à noite, vinha sempre algum aluno ou aluna perguntar se eu iria “dar aula” naquele dia, se o vereador iria mesmo aparecer, contar que tiraram fotos, que pesquisaram sobre o parlamentar em questão. Isso me animava porque eu percebia que, ainda que de forma reticente, tímida, discreta, o trabalho estava fazendo sentido para eles, mobilizando-os e eles estavam ficando cada vez mais próximos de mim e da proposta de trabalho. Isto aumentava a confiança de ambos os lados.

Como observadora e participante do processo, vivi todas as alegrias, frustrações, emoções e ansiedades que o mesmo gerou em mim. A inserção desta ação pedagógica num trabalho que já estava em curso, de certa forma, exigiu tanto de mim quanto da professora que aceitou o desafio de levar a ação adiante em 2019, resiliência, fé no que estávamos fazendo e nas intenções pedagógicas do que propúnhamos. Isto nos fez respirar fundo diante dos desafios e obstáculos e seguir adiante com fé e muita confiança uma na outra.

O professor, como mediador cultural, tem como ofício professar uma crença, um conhecimento relativo a algum assunto sobre o qual deve se constituir como autoridade, portanto nenhuma ação pedagógica deve ser pensada de modo ingênuo, na base do espontaneísmo, sem o devido preparo, sem a devida intenção educativa, sem a devida responsabilidade. O professor deve acreditar em si mesmo e também naquilo que se propõe a ensinar ou no que pretende abordar com seus alunos, na validade da ação que pretende desenvolver, isto porque a planeja e executa seu trabalho com toda a rigorosidade metódica que se faz necessária, considerando que rigor não quer dizer falta de versatilidade, mas responsabilidade e coerência. *“Ninguém pode ensinar verdadeiramente se não ensina alguma coisa que seja verdadeira ou válida a seus próprios olhos.”* (FORQUIN, 1993, p.9 apud SOUSA E DINIZ, 2014 p. 4)

Gislaine e eu procuramos, neste trabalho, valorizar também outras modalidades de linguagens que se diferenciavam da grafocêntrica, não porque esta não seja importante, mas porque o conhecimento e a cultura popular não são expressos apenas através dela. O uso da linguagem oral e da linguagem imagética foram recursos que desde o início procuramos valorizar e até incentivar o uso, pois entendemos que, de certa forma, isso além de tornar o trabalho mais rico, favoreceu a inclusão daqueles estudantes que não têm tanta independência com a escrita, mas que gostariam de participar do processo e que teriam muito a

dizer. A ideia de fazer uma entrevista coletiva, mediada por um educador, que contemplasse o máximo possível, os estudantes, nas suas dúvidas e nos seus anseios foi pensada não apenas por uma questão de logística – assim seria mais prático, mais funcional– mas foi também pensando na diversidade de atividades e oportunidades que devemos, enquanto educadores, ofertar aos estudantes da EJA.

Procuramos evitar o artificialismo exacerbado na escolarização da intervenção pedagógica em questão, pois procuramos tratar de questões da vida real dos estudantes e procuramos também trabalhar e desenvolver situações comunicativas reais, através das rodas de conversa, das assembleias, no uso de vídeos, da leitura e apreciação coletiva de textos produzidos por eles. Porém, o fato de não concentrarmos nosso trabalho no grafocentrismo, este circulou por outros gêneros textuais tais como verbetes enciclopédicos, biografias, verbete de dicionário, texto descritivo e entrevista. Afinal, escola é lugar de produção de conhecimento e é direito do estudante da EJA ter acesso a toda a variedade de gênero textual disponível e que circula na sociedade em que ele vive.

No trabalho pedagógico desenvolvido com a EJA são muitas as situações em que os estudantes se deparam com textos variados e essas situações podem ser desencadeadas pelas circunstâncias da vida dessas pessoas e de suas famílias, mesmo quando o ambiente em que vivem, aparentemente lhes proporcione poucas oportunidades de participar de práticas letradas. Assim é de vital importância ouvir esses educandos, abrindo espaço para que narrem, problematizem, na sala de aula, aquilo que vivenciam em sua vida prática, em sua vida social, procurando fazer dessas vivências temas a serem contemplados na ação pedagógica desenvolvida cotidianamente.

[...] é importante que o professor procure sempre articular debates orais a alguma atividade escrita, por exemplo, sintetizando informações ou opiniões em pequenos textos ou esquemas, que podem ser elaborados coletivamente, com sua ajuda. ( VILAR, Joelma Carvalho e ANJOS, Isa Regina Santos Currículo e Prática Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos -ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.7, n.1, p.86-96, Janeiro a Abril de 2014 )

A escola, nas pessoas de professores, coordenadoras, da agente de informática que atende no noturno, das diretoras, dos estudantes da EJA, abraçou este plano de ação com muito boa vontade, bom ânimo e interesse. Ao longo do desenvolvimento 2018/2019 pude contar com a colaboração de cada

uma delas de modo muito especial. Isto foi muito importante para mim e me encorajou bastante porque percebi que o trabalho estava ganhando uma dimensão cada vez mais coletiva, o que, sem dúvida, o enriqueceria muito. Assim, neste sistema de colaboração interinstitucional, a ação foi desenvolvida e isto contribuiu de forma decisiva para que ela desse certo, no sentido de acontecer de fato.

Quanto aos estudantes, no início do trabalho ficaram reticentes, pareciam duvidosos de que algo pudesse mesmo acontecer. Não demonstraram muito entusiasmo, mas também não demonstraram rechaço ou recusa à ideia. Ficaram me perguntando: “Mas o vereador vem aqui mesmo?” “Ah, sei não, viu...” Eu então respondia que ele havia prometido vir e que nós iríamos nos preparar para recebê-lo.

Já em 2019, a princípio pensamos, minha colega Gislaine Aparecida e eu, que em uns quatro ou cinco encontros com os estudantes, nós conseguiríamos desenvolver a ação e que esta, aparentemente, seria simples, mas a realidade nos mostrou que mais encontros seriam necessários; e que cada próximo encontro teria que ser pensado com o devido cuidado. Daí a importância de concebermos o currículo como algo dinâmico, construído no cotidiano e passível de mudanças. Aliás, ao longo do trabalho, vários redirecionamentos foram feitos, não por inadequação do planejamento, mas pela necessidade de “navegar” nas circunstâncias em determinados momentos, para garantir a efetividade da ação.

[...] Assim, tomando por fundamento a concepção de que o direito de aprender por toda a vida, bem como as aprendizagens culturais cotidianas e a reflexão curricular se articulam em redes de conhecimento e valores forjados na criação curricular cotidiana e na produção de aprendizagens significativas. [...] (Oliveira, Paiva, e Passos (2016))

Ao procurar um vereador local, este se prontificou a comparecer à escola para ser entrevistado pelos estudantes uma vez que o trabalho a ser desenvolvido seria com a EJA do noturno. A escolha deste vereador não foi aleatória. Procurei um que estivesse alinhado com um pensamento mais democrático, progressista, que demonstrasse interesse e que lutasse pela Educação e pela EJA em especial, pois penso que assim poderíamos ter com ele um encontro sincero. Para minha satisfação, ao ter contato com o mesmo na visita que fizemos à Câmara dos Vereadores com o grupo de estudantes da EJA em

2018, evento sobre o qual falarei mais à frente, ao ouvi-lo conversar com estes estudantes, pude perceber que ele já tinha bastante conhecimento sobre a região onde a escola está situada e já vinha fazendo um trabalho de visitação e com sua intervenção, algumas coisas já estavam acontecendo como, por exemplo, mudança de ponto de ônibus de lugar, intervenção no "lixão" presente na região, palestras em algumas escolas da região sobre Reforma da Previdência, encontro com lideranças do bairro, fatos que eu, sinceramente, desconhecia.

Logo no início do trabalho e durante toda a realização do mesmo, deixei claro para os estudantes que este seria um trabalho em que eu contaria com a adesão espontânea deles e que ninguém seria obrigado a fazer nada que não quisesse. É claro que a participação de cada um e cada uma seria preciosíssima, por isso mesmo ela precisava ser verdadeiramente espontânea. Quem quisesse abraçar a ideia conosco seria bem-vindo em qualquer etapa do trabalho e a participação de cada um seria de muita importância. Afinal, se estava falando de cidadania, de cultura política, não haveria porque obrigar nenhum estudante a participar, mas o convite foi sempre feito e a acolhida sempre ativa e real.

E assim dei início ao meu plano de ação pedagógica e, ao ouvir do vereador que ele viria à escola, respirei aliviada, pois um dos meus maiores temores era não conseguir algum parlamentar municipal que se dispusesse a vir à escola. Eu já estava tão envolvida com a proposta que, se não resolvesse este problema teria que redirecionar todo o meu trabalho, o que eu certamente faria, mas ficaria ali com aquele desejo pulsante, latente, esperando outro momento propício para agir.

A ideia de desenvolver a ação pedagógica planejada utilizando múltiplos recursos e espaços também foi pensada porque isso dinamizaria as aulas e contribuiria para deixar o trabalho leve e ao mesmo tempo, instigante, interessante. Independente do lugar em que se situa a "sala de aula de aula" e do modo como ela é estruturada, nela atuam os profissionais do ensino e uma situação de ensino/aprendizagem pode ocorrer de forma eficiente.

(...) a aula se inscreve numa relação pedagógica estabelecida entre profissionais especialmente formados para o ofício cujo foco é ensinar e os públicos escolares cujo foco é – ou deveria ser – aprender. . ( SOUZA e DINIZ, 2014. p. 3)

A despeito do reconhecimento de que determinadas aulas têm certas exigências de introspecção que somente o ambiente limitado das quatro

paredes permite, defende-se aqui que salas de aula são todos os espaços de cultivo de saber e o que conta como seu distintivo de outros espaços é a intencionalidade que sustenta as relações de ensino e aprendizagem. ( SOUZA e DINIZ, 2014. p. 2)

Todo o trabalho foi realizado em 11 encontros formais com os estudantes e outros informais, quando eu ficava até um pouco mais tarde na escola para resolver questões da Escola Integrada e acabava encontrando-me com os colegas da EJA, e sempre trocávamos ideias sobre a ação em desenvolvimento.

Ele está apresentado neste documento em cinco capítulos por meio dos quais procuro esclarecer desde o nascimento da ideia desta ação pedagógica até a finalização da sua execução e um capítulo diferenciado por meio do qual dou notícias pós intervenção.

#### 4 ANÁLISE CRÍTICA DA AÇÃO PEDAGÓGICA

Ao ler o livro *Pedagogia da Autonomia*, ainda no prefácio, quando Edna de Castro, autora do mesmo, se diz movida por uma das exigências da ação educativa crítica defendida por Paulo Freire: o fato de estar disponível à vida e aos seus chamamentos, me vi ali colocada, Foi isso o que ocorreu comigo. Convivendo há anos com a comunidade da Escola Municipal Honorina Rabello, trabalhando como coordenadora pedagógica com as crianças e pré adolescentes por quatro anos, e nos últimos dois anos coordenando a Escola Integrada, estando portanto ainda mais próxima dessas pessoas, vi na exigência do Laseb para a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso, executar uma ação pedagógica com a turma de EJA, uma oportunidade de ouro para poder fazer um trabalho que já era um sonho antigo e, a meu ver, algo necessário, e que pudesse ser significativo para as pessoas daquela comunidade escolar.

Quando comentei com uma colega de profissão que me incomodava o fato de as pessoas (crianças, adolescentes, jovens, adultos) viverem em condições tão precárias e dizerem para mim que aquilo estava bom, que não havia problemas no bairro delas, ela me disse: “Mas isso é um problema pra você! Não é para elas.” Calei-me, ela tinha razão. Mas Paulo Freire me salvou:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viverem áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? [...]” (FREIRE, 1996, p.32).

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta, [...] a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? [...] (IDEM)

Segui em frente. Mais tarde, durante o curso do Laseb, um professor muito especial me animou e me fez reafirmar minha escolha, quando comentei

com ele sobre a fala da minha colega de profissão, citada anteriormente, e ele me disse sem titubear e até um pouco exaltado:

Ora, mas nada impede que você faça essas pessoas enxergarem o que isso representa de fato na vida delas! Que existe uma vida melhor do que aquela que elas estão levando e que é direito humano levar uma vida digna. Nós educadores estamos aqui é pra isso mesmo! Então vamos deixar tudo como está? Não vamos provocá-los em nada? Afinal qual é nosso papel na vida desses estudantes?

Gratidão a todos os meus professores do Laseb, e uma gratidão bem especial a Paulo Freire e ao meu estimado professor Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves que, sem saber, me deu ali naquele momento, uma injeção de ânimo fenomenal!

Segundo FREIRE (1996), ter a convicção de que a mudança é possível, é um dos saberes necessários a quem educa. Ensinar ao educando a ler o mundo, antes de ler a palavra. Isso dará a ele a condição necessária para ler a palavra e estar atento ao engodo que ela, às vezes, traz. Vivemos numa sociedade que oprime o mais fraco e exalta o mais rico e poderoso e, pior ainda, faz com que o oprimido se sinta responsável pela situação inadequada em que vive, muitas vezes até culpado. Isto é fatalismo; é cruel e degradante. Para que possa agir em oposição a estas ideias tão aviltantes ao ser humano é necessário que tenhamos fé no futuro e a certeza de que ele está sendo construído aqui, agora.

No dia 28/11/2018, numa quarta-feira, foi o meu primeiro contato com a turma na sala de aula. Fui apresentada pelo professor de Geografia, responsável pela turma e, após expor a proposta e fazer o convite, os estudantes aceitaram participar da tarefa, mas não demonstraram muito entusiasmo. Apenas disseram que aceitariam participar da ação e se dispuseram a observar o ambiente no entorno da escola e também no trajeto de suas casas até a escola, mas disseram que não viam muitos problemas não. Pedi então que observassem durante uma semana.

No dia 05/12/2018, na quarta-feira seguinte, voltei à escola para conversar mais uma vez com a turma e ver o que eles tinham a dizer. No segundo encontro, os alunos já mais desinibidos, citaram algumas situações que julgavam como problemas ambientais que afetavam negativamente a vida dos moradores do bairro. Falaram sobre o mau estado de conservação das ruas, da

falta de iluminação (postes sem luz), mato alto nos passeios, alagamentos constantes no aglomerado mais próximo da escola, carro abandonado na rua há meses, falta de passarela para atravessar a BR, os acidentes frequentes na região, a maioria com morte, falta de passeio em algumas ruas, falta de praças e de aparelhos de ginástica para a população, queima urbana muito frequente e falta de escola de Ensino Médio. Convidei-os então a fotografarem essas situações citadas, senão todas, mas algumas, aquelas que suscitassem mais seu desejo de registrá-la.

No primeiro encontro a coordenadora da EJA havia me perguntado se eu conseguiria uma visita à Câmara dos Vereadores para os estudantes. No dia seguinte entrei em contato com a Câmara e consegui uma visita numa manhã do dia 06/12/2018. A maioria dos estudantes presentes na turma alegou que trabalhava, portanto não poderia ir, já que a visita seria de dia. Outros não demonstraram interesse na atividade, porém um grupo de cinco adolescentes demonstrou interesse em fazer a visita. Um deles - AF- comentou: "Detesto acordar cedo, mas essa daí eu quero ir. Pode me esperar amanhã." Diante do fato mantivemos a visita agendada e ainda que esta atividade não estivesse prevista no projeto, entendemos que ela poderia ser enriquecedora e poderia contribuir positivamente para o sucesso da ação. Achamos importante contemplar aqueles cinco jovens que demonstraram interesse em visitar a câmara.

No dia 06/12/2018 os cinco adolescentes, quatro meninos e uma menina estavam presentes na escola às sete horas para a visita à Câmara dos Vereadores. Os jovens lancharam na escola e fomos no meu carro e no da coordenadora da EJA para o nosso destino. Ao chegarmos à Câmara, antes de adentrarmos ao prédio, tivemos que passar por um guarda e por uma porta detectora de metais. Um dos adolescentes agiu de forma curiosa. Parou de súbito um pouco antes da porta, deu um passo para trás e questionou baixinho: "Será que vão deixar a gente entrar?" O guarda sorriu para ele e, gentilmente, fez um gesto chamando-o a prosseguir. Fomos encaminhados a um dos auditórios e recebidos por um estagiário de forma cordial e simpática.

O estagiário da Câmara a quem, neste trabalho, chamarei de RO, cumprimentou a todos e pediu que cada um se apresentasse dizendo seu nome, em que estágio nos estudos estava e por que estava presente na câmara naquele dia. Timidamente os alunos se apresentaram, disseram que tinham ido lá para

conhecer o lugar e RO continuou a conversa questionando a eles o significado da sigla EJA ao que eles responderam prontamente: “Educação de Jovens e Adultos”.

RO perguntou aos alunos se eles trabalhavam, se conheciam o programa Jovem Aprendiz e a Asprom e **K**, uma adolescente, a única mulher no grupo de cinco, explicou aos colegas o que eram os dois programas.

**RO** perguntou ainda se eles sabiam que na câmara eles poderiam fazer seus documentos, ao que eles responderam não saber. A mesma jovem porém se manifestou dizendo que tirou todos os seu documentos no UAI- Unidade de Atendimento Integrado- posto de identificação e que pagou apenas pelo CPF.

Um dos jovens, **A F**, comentou que não tirou seus documentos ainda porque a sua irmã lhe disse que ele só poderia fazer isso com a presença da mãe. **K** afirmou ter tirado seus documentos sem a necessidade da presença da mãe. Afirmou ainda que estava fazendo um curso na casa de eventos infantis Casa do Sol para ser monitora nas festas e que se inscreveu no Asprom para uma nova formação. Explicou aos colegas que entrou na internet e fez seu cadastro, sozinha, sem a ajuda de ninguém.

O estagiário questionou o grupo sobre os critérios para aprovação na EJA e a coordenadora se incumbiu de explicar.

Depois dessa conversa inicial, **RO** contou aos jovens a sua trajetória acadêmica, que teve condições de estudar numa escola particular, e que sabe que estudantes de escola pública podem ter mais dificuldade de avançar na sua carreira acadêmica, mas têm esse direito, têm a possibilidade de frequentar uma universidade, assim como ele cursava a faculdade de Direito. Explicou que este é um direito de todo cidadão. Explicou que hoje ele é estagiário na Câmara dos Vereadores e que, era com muito prazer que os recebia ali naquele momento. . Em seguida exibiu dois vídeos de um antigo programa humorístico da televisão brasileira, **Custe o Que Custar** (mais conhecido pela sigla **CQC**) no qual a honestidade das pessoas é testada. Num dos vídeos há várias cenas e em todas elas alguém “perde” a carteira (deixa-a cair de propósito) e mostra a reação das pessoas. Em todas as cenas, quem vê a carteira caindo não vai atrás do dono. Fica com ela. No outro vídeo, um homem fingindo ser cego faz compras com vendedores ambulantes. A maioria age desonestamente com ele, apenas uma vendedora age corretamente com o “cego” devolvendo a ele o troco correto.

Após verem o vídeo, travou-se uma discussão entre o estagiário e os estudantes sobre o que eles pensavam sobre honestidade e sobre o que é ser honesto ou não, tomando como ponto de partida para a discussão, o comportamento das pessoas que participaram do vídeo, atores ou não. Acho importante citar aqui as falas deste momento:

**RO** lança então a pergunta: “Brasileiro é honesto?”

Os adolescentes responderam:

**A F**: “Os seguranças foram desonestos.”

**G** : “As pessoas foram desonestas com o cego.”

**J**: “Foram desonestos, pilantras.”

**RO** iniciou uma rodada de perguntas ao grupo:

**RO** .“Qual é a fama do brasileiro?”

**A F**. “Tem uns que são honestos. Outros não.”

**RO** .” Se algo não é meu,o que tenho que fazer?”

**G**. “Devolver.”

**RO**.”E se eu achar uma carteira com documentos?”

**A F**.”Se tiver telefone, eu ligo.”

**RO**: E se não tiver telefone?

**A F**.”Aí já era!”

**R**: “.E se for muita grana? Uns mil reais?”

**A F**: “Eu pediria 100 reais de recompensa”.

**RO**: “E se fosse a sua carteira?”

**A**: “Aí eu queria que me devolvesse”.

**RO**: “Como vocês se julgam? Honestos ou desonestos?”

Este momento ficou um silêncio no ar. Durante uns dez segundos aproximadamente ficaram calados, se entreolharam até que, um a um, os adolescentes foram se declarando honestos.

**RO**: “Como devo agir com o outro?”

**K**: “Como eu quero que façam comigo.”

O estagiário abordou a questão do cego e comentou: “ É mais fácil enganar alguém mais fraco do que eu. Mas é honesto fazer isso?” O grupo manteve-se em silêncio.

Depois passou para uma nova abordagem:

**RO:** “O que é política?”

**AF:** “O deputado, o presidente fala aquelas coisas lá, que vai mudar o Brasil.”

**G:** “É um negócio de governo lá.”

O estagiário explicou que a política nasceu na Grécia Antiga. Homens ricos, donos de propriedades se reuniam para discutirem e votarem; e assim decidiam. Aí assim foi feita uma ação política. E continuou questionando:

**RO:** “Hoje, tem como o povo fazer isso? Ir à “Praça do Postinho”, por exemplo, reunir-se com um grupo e decidir as ações do bairro, da comunidade?”

**J:** “Vai dar o maior barraco!”

**RO:** ‘Vai dar o maior barraco, né? Então hoje temos um sistema em que podemos fazer a intervenção direta também. É através das eleições. Elegemos quem acreditamos que vai nos representar. Quem são os políticos?’

**AF:** “Eu voto em qualquer um que me der um papelzinho. Vai dar no mesmo.”

**RO:** “Quem detém o poder?”

**W:** “Presidente”

**K:** “ Vice”

**G:** “Governador”

**G:** “Vice”

**K:** “Vereador”

**AF:** “Vereador deve ter.” **RO:** O povo tem poder?

**K:** “Tem, porque se ninguém votar, ninguém vai ser escolhido.”

**RO:** “Vou falar um pouco para vocês sobre como é a participação direta do povo nos dias atuais.

RO continuou mostrando o conteúdo de powerpoint da câmara disponível para este fim e explicou o que é Plebiscito – acontece antes de se fazer uma lei.; o que é um Referendo – acontece depois que a lei existe. É posterior à lei. Explicou que aqui no Brasil foi feito um referendo com relação ao desarmamento.

Usou um powerpoint disponível na Câmara para explicar sobre a especificidade dos três poderes e especialmente sobre o papel dos vereadores e dos outros legisladores nas esferas estadual e federal. Falou ainda sobre a necessidade e a importância de se votar com consciência, pois se trata de ser representado por alguém e sobre o importante papel fiscalizador que tem o vereador, uma vez que se trata de dinheiro público. Falou também da, nas palavras dele, “importantíssima” função de fiscalizar, pois se trata de dinheiro público – dinheiro do povo. Parte do grupo mostrou-se descrente quanto ao fato de escolherem bem o seu representante. A seguir, a conversa:

Legislativo – Explicou que faz as leis, que a sede em Belo Horizonte é a Câmara dos Vereadores e questionou:

**RO:** “Sendo assim posso votar em qualquer um?”

**K:** “Não! Tem que pesquisar direito antes de votar!”

Em seguida o estagiário explicou aos estudantes sobre os poderes:

Judiciário (juízes) – Julgam com base nas leis.

Executivo: executa as leis. Os representantes deste poder são:

O presidente da República- na esfera federal

O governador de estado- na esfera estadual

O prefeito – na esfera municipal

**AF:** “Mas teve fake news, e o presidente está defendendo arma.” **RO:** Vocês já viram uma arma?

Neste momento AF relatou que presenciou uma tentativa de assassinato no lugar onde vive. Viu um homem levando tiros, fugiu do local, mas depois ficou sabendo que este não morreu. Neste momento fez-se um silêncio mais prolongado. Em seguida, o estagiário seguiu explicando sobre o poder legislativo:

Senado e Câmara dos deputados

Explicou ainda que são 81 senadores e 513 deputados.

Um adolescente do grupo interveio:

**A F:** “Pra mim tanto faz. E se eu votar em um e ele não ganhar?”

**RO:** “E se a pessoa que ganhar não tiver ideias com as quais você não concorda, mesmo assim prefere que ela ganhe?”

(Silêncio no grupo. Olhares entre si, mas nenhuma resposta, nenhum comentário).

O estagiário seguiu falando das funções do poder legislativo: legislar, fiscalizar e representar.

**RO:** “Pra vocês, o que é mais importante? Legislar (fazer leis) ou fiscalizar?”

Os integrantes do grupo se manifestaram dizendo não saber o que seria mais importante.

**RO:**” Tudo é importante, mas é bom a gente saber que fiscalizar é muito importante porque trata-se de dinheiro público que precisa ser bem utilizado.’

**RO** explicou também, ainda usando o powerpoint, como uma lei é pensada, criada e promulgada.

Depois dessa parte, o vereador Gilson Reis veio estar com os jovens com quem conversou descontraidamente. Apresentou-se ao grupo, pediu que cada um se apresentasse, agradeceu a presença de todas e todos. Perguntou se eles sabiam o que ele fazia, qual era o seu trabalho. A turma reagiu timidamente, permanecendo em silêncio. Ele então se apresentou, perguntou o nome de cada um ,e em linhas gerais, disse que seu papel era criar, apreciar, alterar ou revogar as leis que fossem de interesse para a vida do município, fiscalizar o trabalho do prefeito e fiscalizar também o que é feito com o dinheiro público – explicou que dinheiro público era dinheiro do povo - e o que acontece na própria Câmara dos Vereadores. Falou também que seu papel é representar o povo, defendendo seus direitos e lutando para atender as suas necessidades.

Explicou aos estudantes que defende uma escola pública de qualidade, que os cidadãos devem resistir a toda forma de opressão e que os estudos são uma arma forte de resistência porque o conhecimento nos torna mais fortes. Falou sobre a necessidade de haver mais investimento na EJA porque ainda há muita gente analfabeta na região de Belo Horizonte e que o trabalhador tem o direito de continuar seus estudos até mesmo para defender melhor seus direitos.

Perguntou aos jovens se havia Associação de Bairro no bairro Goiânia e eles citaram que na Vila da Luz -um aglomerado vizinho à escola - há uma associação, mas que eles não costumam participar. Mas sabem que existe. O vereador afirmou que participar dessas associações pode colocá-los a par dos problemas que o bairro enfrenta e pode ajudar na busca da solução para os mesmos. Disse a eles que isso se chama engajamento. Perguntou se havia escola de Ensino Médio no bairro ao que obteve resposta negativa. Os jovens

responderam que as escolas de Ensino Médio ficam bem longe da região onde vivem. Relatou a eles que tem visitado a região onde eles vivem e que tem observado alguns problemas. Os jovens ouviram tudo atentamente, porém não fizeram intervenções espontâneas.

Ao final, o vereador perguntou ao grupo quais eram as três funções do vereador, pergunta à qual eles não responderam. Ele então, de forma descontraída, repetiu com o grupo: “Legislar, fiscalizar e representar”. Fez isso várias vezes até que o grupo desse conta de falar as três funções do vereador por si só. O vereador brincou com os jovens dizendo que ele era um professor insistente. Depois finalizou dizendo que era muito importante eles saberem sobre aquilo e que, com o tempo compreenderiam melhor e que teria o maior prazer em visitá-los na escola e continuar a conversa com eles e com quem mais quisesse participar.

Despedimo-nos e voltamos à escola, onde os jovens almoçaram e seguiram para seus destinos de interesse. Um deles comentou que voltaria à Câmara para tirar seus documentos, estava só esperando os quarenta reais que o Estado iria dar pra ele. “Tão falando aí que vai dar” - Ele arrematou a sua fala.

Figura 1 – Visita à câmara em 06/12/2018



Fonte: foto feita por um funcionário da Câmara dos Vereadores, a meu pedido

No dia 10/12/2018, encerraram-se as atividades da EJA na Escola Municipal e o restante da ação ficou para 2019 como já estava mesmo previsto.

Como eu disse na introdução, eu fui convidada para compor a turma de EJA, uma vez que não fui contemplada no sorteio para minha primeira escolha. Quando comecei o curso, já haviam acontecido dois encontros e um deles voltado

para a ação pedagógica a ser aplicada. Fui advertida pelos meus colegas de classe que eu deveria já pensar num plano de ação e, de preferência, executá-lo. Na minha ansiedade, comecei o trabalho em 2019 e hoje percebo que poderia tê-lo iniciado em fevereiro deste ano. Mas o fato de ter começado em 2018, na verdade, enriqueceu minha experiência e teve seu papel na ação como um todo.

Aqueles cinco adolescentes nunca tinham ido à Câmara dos Vereadores, nunca tinham tido um contato tão próximo com um parlamentar e, embora curta, essa parte da atividade foi bem rica.

Quando estivemos na Câmara dos Vereadores em 2018, um fato ocorrido ficou na minha memória desde então. Aquele adolescente que se deteve diante da porta detectora de metais e se questionou baixinho se eles nos deixariam entrar, na verdade, creio que ele estava se referindo apenas a ele e a seus outros quatro colegas. Fico me perguntando se estes nossos alunos que levamos para os espaços culturais da cidade para participarem das atividades às quais chamamos aulas passeio, seriam recebidos com a mesma atenção e cordialidade se estivessem sozinhos e buscassem por conta própria estes espaços como museus, escolas de músicas, conservatórios, teatros e outros. Não há uma cultura que incentiva o cidadão comum a desenvolver este sentimento de pertencimento à cidade e usar seus equipamentos com a naturalidade que deveria ser. Que eu saiba, aqui em Belo Horizonte, quem faz isso é a escola, quando este deveria ser um investimento de outros setores da sociedade e me refiro aqui tanto a instituições públicas quanto privadas. Para ser democrática a cidade precisa realmente pertencer a todos.

Achei também muito curiosas algumas colocações dos estudantes durante esta atividade desenvolvida na câmara. Embora eles sejam bem jovenzinhos - tinham na época entre 15 e 17 anos -, o que foi revelado em algumas falas é muito parecido com o que se ouve de muitas pessoas, até com mais idade e experiência, com relação à política, especialmente às eleições. Primeiro um desconhecimento dos candidatos e suas propostas, segundo, um não comprometimento com a própria escolha e em terceiro lugar uma desconfiança dos políticos e uma descrença de que haja alguém confiável nesse meio.

**AF:** “Eu voto em qualquer um que me der um papelzinho. Vai dar no mesmo.”

**A F:** “Pra mim tanto faz. [...]”

Isto também apareceu em falas posteriores, quando, por exemplo, questionei os estudantes sobre o que era um vereador e um dos estudantes presentes disse:

“Um ladrão. ”

Outra fala importante, reveladora desta posição de desconfiança foi quando no auditório, perguntei que sentido teria para eles conversarem com um vereador sobre os problemas do bairro e do entorno da escola, e uma senhora idosa comentou que “os vereadores trazem muita frustração porque são eleitos e esquecem seus eleitores. Não cumprem nada do que prometeram. ”

Um desalento, um desencanto aparece em outras falas posteriores, algumas, inclusive, na etapa final do trabalho, na avaliação:

“Por que os prefeitos estão roubando tanto assim? Entrando nesse negócio de corrupção? A gente vê na televisão... a gente tem família pra criar! Como a gente fica!”

“Eu acho que o vereador não fará nada pelo bairro. Acho que ele só falou aquilo porque tinha que falar. Eu vi na cara dele que ele não tá nem aí. Eu estava cuidando da minha filha, não sei direito o que ele falou não. ”

“Eu não acho que a gente deve discutir política. Este assunto não faz a gente evoluir. ”

“Eu não achei nada. Não fez diferença. ”

“Quero ver se o que ele falou, vai acontecer. ”

Isto vem confirmar o que os teóricos que se debruçam sobre a questão da cultura política dizem sobre a complexa relação entre cultura política, estrutura política e desempenho governamental, onde uma influencia diretamente a outra e vice-versa. O que temos hoje no Brasil, a meu ver, é uma democracia fragilizada já nasceu assim e não se fortaleceu ao longo do tempo, correndo hoje, sério perigo. O eleitorado brasileiro, independente de a sua linha ideológica ser mais progressista ou mais conservadora, tem sentido o peso da grave crise política, ideológica e de representação por que o país passa, especialmente depois dos acontecimentos que vêm ocorrendo quase em avalanche desde junho de 2013 e especialmente depois da tomada do governo pela direita em 31 de agosto de 2016, via impeachment da presidenta Dilma Roussef. A divulgação de repetidos casos de corrupção sem punição, sem os corruptos se retratarem com a sociedade e sem devolverem o dinheiro subtraído, a atuação do sistema judiciário

que se revelou parcial ao julgar vários casos de crimes desta e de outras naturezas ocorridos ou revelados neste período resultando na impunidade para uns e na punição sem justo julgamento para outros, os ataques aos povos indígenas resultando inclusive em muitas mortes de líderes indígenas, um total descaso com as causas ambientais e vários outros eventos que atentam contra a dignidade e contra a vida humana, assim como contra a democracia, são fatos que são noticiados cotidianamente desde 2016, tanto na mídia hegemônica quanto na mídia alternativa, claro cada uma delas dando a cada evento o enfoque que lhes convém. Tenho visto pessoas com formação acadêmica avançada se dizendo cansada, sem vontade de assistir a noticiários e absolutamente confusa com relação ao que ouve. Nunca sabe se o que ouve é verdade ou não.

A ineficiência da accountability no nosso país justifica o comportamento desconfiado do eleitor e seu desânimo em engajar na política a ponto de discuti-la no plano das ideias, sem querer anular a pessoa do seu opositor, o que se configuraria numa atitude absolutamente fascista. Os dados obtidos por pesquisas de opinião da Corporação Latinobarômetro, trabalho citado no meu referencial teórico, indicam que esta fragilidade do sistema democrático acaba produzindo nas pessoas um sentimento de ambivalência e, em momentos de insegurança, em que tiver que fazer uma escolha, as pessoas acabam optando por posturas mais autoritárias. Eu própria ouvi de uma colega que nasceu em classe pobre e conseguiu estudar, fez mestrado e depois doutorado e pós doutorado em Cuba afirmar: "Democracia em excesso faz mal.". Não consigo imaginar nenhum outro regime que possa ser melhor do que a democracia, porém vi o Brasil eleger um candidato que era explicitamente autoritário e vi também milhões de pessoas adotarem posturas autoritárias nas discussões com seus opositores nas redes sociais e fora delas. Talvez mais nas redes sociais, por se julgarem blindadas, como se não pudessem ser identificadas e cobradas por seus atos. É como a pessoa que na multidão é capaz de fazer coisas que sozinha jamais faria. Como eu disse antes, se isso abalou a crença e a coragem de pessoas com um bom cabedal de conhecimentos e com razoável experiência de vida, dá para imaginar o que aconteceu com as camadas mais pobres da população, com menos acesso à Educação, estando aí incluídos, nossos estudantes da EJA.

Programamos um encontro para 26/02/2019, com todos os alunos presentes das cinco turmas de EJA da sede naquele dia. No dia programado preparamos o auditório, o equipamento de som e recebemos os estudantes no segundo horário, logo após o jantar. Estavam também presentes os demais professores da EJA da sede, as coordenadoras da EJA e a diretora. Foi um encontro para apresentar a proposta, já que desta vez tratava-se de mais estudantes e muitos deles não tinham conhecimento da ação que havia se iniciado em 2018. A intenção era também sensibilizá-los e convidá-los a participarem da ação. Os adolescentes demoraram bastante para chegarem ao auditório, o que segundo a equipe docente que trabalhava com eles, era algo muito comum no cotidiano escolar. Subiram a escada fazendo uma tremenda algazarra e ao adentrarem no auditório assentaram-se ao fundo, diminuindo o tom de voz. Alguns foram se acomodando, outros ainda bem eufóricos se assentaram bem ao fundo do auditório. Convidei-os para chegarem mais perto, porém eles continuaram lá atrás. O auditório contava com aproximadamente 45 estudantes entre adolescentes, jovens, adultos e idosos.

A professora da turma começou a falar me apresentando e falando do seu interesse em desenvolver aquela ação este ano com eles e que ela, como moradora do bairro Goiânia percebe as deficiências do mesmo e acha importante que essas deficiências sejam levadas ao conhecimento do poder público. Em seguida me passou a palavra e eu então, cumprimentei-os, me apresentei, agradei a presença, fiz um breve relato do que já havia acontecido até então, citei os problemas que haviam sido apontados pelos estudantes consultados em 2018 e perguntei se eles concordavam com as colocações feitas ao que a maioria assentiu afirmativamente com a cabeça e alguns responderam “sim”. Uma garota interpelou dizendo, num tom de indignação, que ela mora na Vila da Luz e na rua dela não tem alagamento. Outros estudantes reagiram dizendo que em dias de chuva muito forte, a Vila sofre alagamento em alguns locais e muitas casas são invadidas pela água causando grandes perdas.

A turma dos mais jovens esteve dividida: uns ouviram atentamente embora não se manifestassem oralmente e outros aparentemente não demonstrou interesse ao que estava sendo dito, pois brincavam e falaram entre si todo o tempo ou mexiam no celular sem se preocuparem em minimizar o tom de voz, mesmo isto sendo pedido a eles várias vezes por professores e pela

coordenadora. Falei também que era uma oportunidade de eles discutirem na escola coisas que estivessem relacionadas com sua vida e de sua comunidade e levarem essa discussão até o poder público. Mas não posso garantir que eles não estavam me ouvindo, ainda que estivessem mexendo no celular. Preciso me aproximar mais ainda das juventudes para compreender melhor suas nuances, suas particularidades.

Fiz algumas perguntas ao grupo. Primeiro perguntei se eles sabiam o que eram os três poderes e quais as diferenças entre eles. Ninguém se arriscou a responder. Depois perguntei a eles o que era um vereador, ao que responderam dizendo: que era o “auxiliar do prefeito”, “um ladrão”, “uma pessoa de respeito”, “quem leva as propostas para o prefeito”, “um candidato eleito para administrar a cidade”, “representante do prefeito na cidade”.

Em seguida perguntei como podemos fiscalizar o trabalho do vereador que elegemos. A esta questão a maioria disse não saber, uma jovem senhora, bastante frequente pelo que pude observar, disse que seria pesquisando a vida dele na internet e indo a reuniões na Câmara dos Vereadores.

Perguntei o que eles apontariam como problemas da região, além dos que já haviam sido citados. Falaram da demora para indenizarem quem mora na região onde haverá duplicação da BR 381, do desconforto em não terem comprovante de endereço e dos constrangimentos que isto trazia a vida deles, da falta de saneamento básico, da falta de segurança para atravessar a BR, dos atropelamentos, da falta de médicos nos postos de saúde e do atendimento precário nestes estabelecimentos.

Perguntei como aqueles problemas os afetavam, ao que me responderam que eles sentem medo ao saírem de casa, têm muita insegurança, angústia, tristeza.

Ao serem questionados sobre como eles poderiam melhorar o seu ambiente, uma adolescente disse que precisavam ter mais cuidado com o lugar onde descartam o lixo porque dá rato, e que de pouco adianta uns fazerem e outros não, mas mesmo assim é preciso fazer cada um a sua parte. Perguntei qual o significado de eles estudarem na escola algo que estivesse relacionado com o cotidiano deles e responderam dizendo que é importante porque moram na BR. Uma pessoa disse que já caiu carro na casa dela por três vezes e que não morreu porque Deus não quis. Disseram que, às vezes, são muito discriminados e

que falar disto na escola faz sentido porque podem refletir sobre sua vida. Uma estudante adulta se manifestou dizendo que tinha que abrir mais espaço na escola para as pessoas falarem da vida delas e depois comentou em tom animado: “ Ôu, Angélica, se a escola soubesse como é importante esses meninos falarem da vida deles, ôu, até este problema com as drogas poderia diminuir. ” (sic) Perguntei a ela por quê. Ela respondeu: “Ah, sei lá, viu... só sei que tinha que ter este espaço para eles falarem, tinha que ter.” (sic)

Perguntei que sentido teria conversar com um vereador sobre os problemas cotidianos do bairro e da região vizinha e se isso era importante. Responderam que com certeza, era importante e que eles, estudantes, não podem cruzar os braços. Disseram que os vereadores trazem muita frustração porque são eleitos e esquecem seus eleitores. Não cumprem nada do que prometeram.

“O que é cidadania? ”- Perguntei. Uma pessoa disse que sabia o que era, mas não sabia explicar. Outra disse que é pagar impostos, é ter direitos. Outra disse que é ajudar uns aos outros.

Como o tempo destinado ao encontro já estava se esgotando e eles já tinham uma proposta de trabalho para logo depois com seus respectivos professores, fiz então o convite. Perguntei se eles aceitavam levar adiante aquela ação. Uma senhora idosa disse que os políticos nunca se importaram com aquela região, outra comentou que eles só pensam em si mesmos e um senhor declarou que ele sempre gosta de participar deste tipo de ação porque “precisamos lutar para melhorar cada vez mais o lugar onde a gente vive” - ele comentou. Uma senhora falou sobre o problema do lixo que é jogado nas ruas e vão se amontoando atraindo ratos, escorpiões, baratas, mosca. Outra falou do hábito que os moradores têm de por fogo em lixo, que além da fumaça, deixa fuligem por todo lugar. Naquele dia, falaram bastante dos problemas que os afetavam, porém nenhum estudante declarou explicitamente que queria participar da ação.

O professor responsável pela disciplina de Geografia deu o seu depoimento. Disse que nasceu perto da vila chamada “Poca Ôi” no bairro Vitória, vizinho do Goiânia. Relatou o quanto era difícil andar por aquela região quando ele era mais jovem, pois não havia ônibus. Foi por causa da resistência vigorosa daquela comunidade que a linha 5503C se mantém até os dias atuais fazendo o trajeto bairro/centro, porque os outros ônibus daquela região só vão até a estação

José Cândido da Silveira. Reforçou a necessidade de a comunidade se unir e lutar pelos interesses coletivos do lugar. Disse ainda que a prefeitura já até conhece a turma do Vitória e já nem menciona mais a possibilidade de retirar esta linha quando acontecem reuniões para reorganização de linhas de ônibus. De novo perguntei: E então, vamos levar adiante o trabalho? Vamos conversar com o vereador? Vocês querem? Neste momento muitos assentiram com a cabeça indicando um sim, uns mais jovens fizeram um sinal de “jóia” com a mão, outro comentou: “Já é!”. Outro disse: “Bora!” e outros não se manifestaram. Explicitei à assembleia ali presente que as reações da maioria indicavam um sim e que isso me deixava alegre e animada. Agradei a presença e participação e nosso encontro se encerrou assim. Compreendi que, mesmo diante de uma aparente apatia por parte dos jovens, eu deveria continuar insistindo e deveria me esforçar ao máximo para trazê-los para a discussão. Simplesmente aceitar a recusa deles seria uma forma de continuar o processo de exclusão pelo qual já passaram até aquele momento. Pensando nisso, pedi à professora um encontro só com os mais jovens. Eu buscava um novo contato, mais de perto, queria senti-los melhor.

Figura 2 - Primeiro encontro com os estudantes da EJA em 26/02/2019



Fonte: foto produzida por minha professora parceira Gislaine Aparecida

Assim, no dia 12/03/2019 tive este encontro apenas com os adolescentes da EJA no auditório e disse a eles sobre a importância da sua participação e como eles têm muita facilidade para manejar o celular, perguntei se eles aceitariam contribuir fazendo registros fotográficos, filmagens ou mesmo

desenhos dos problemas citados. Um grupo verbalizou que iria participar e outro não se manifestou. Conversaram comigo sobre outros assuntos: um me reconheceu como ex professora dele, outra adolescente, também minha ex-aluna me mostrou o retrato da filhinha dela de um ano. Disse que anda enjoadinha, pois estão nascendo os dentinhos e me mostrou a foto do bebê. Outra ex-aluna comentou:

“Professora, você tem cara de quem já fumou maconha, pois você é muito doidinha.” Os que estavam mais próximos da gente riram muito. Ri também, pois fui pega de chofre pela pergunta. Reagi perguntando: “Doidinha, como?” Ao que ela respondeu: “Ah, sei lá... alegre, animada, doidinha.” Agradei o elogio e falei de novo do meu interesse na participação deles. Uns disseram que iriam colaborar e outros não se manifestaram, e apesar de falantes e alguns até aparentemente debochados, todos foram cordiais comigo e não tive problemas disciplinares com eles. Acordei com eles que poderiam deixar o material ( fotos, vídeos ou desenhos ) com a agente de informática da escola e ela me passaria. Teriam também a possibilidade de mandarem para o email da professora Gislaine Aparecida. Foi um encontro breve, de aproximadamente quinze minutos e depois eles voltaram às suas turmas.

Convidar os estudantes a observarem seu entorno e identificarem ali coisas que representassem um problema para eles e para os seus companheiros de comunidade foi, de certa forma, “*seguir a regra básica do exercício antropológico: familiarizar o estranho e estranhar o familiar.*” (SOUZA, 2014, p.12). No caso foi um convite a que estranhassem o familiar. Logo no início os percebi bastante reticentes, me angustiei com isso, achei que não fosse conseguir com que eles se sentissem à vontade para falar. Depois, percebi o quanto eu estava sendo ingênua e, ao mesmo tempo arrogante, esperando que aquelas pessoas falassem comigo, logo de cara, sem ao menos me conhecer, de suas mazelas, suas dores, daquilo que as exclui, daquilo que as degrada como seres humanos. Claro que eles tinham mesmo que ficar reticentes, como ficaram no começo! Confiança é algo que se constrói, e confiança mútua se constrói junto. Foi isso que fomos fazendo no decorrer da ação. Ainda no meio da ação, percebi como isto é mesmo algo muito delicado, quando uma estudante disse no auditório, diante dos presentes, num tom de indignação, que ela mora na Vila da Luz e na rua dela não tem alagamento. É bom saber que quando lidamos com nosso aluno de EJA,

lidamos com o sujeito em todas as suas dimensões, principalmente a afetiva emocional. É preciso ter sensibilidade e levar isso em conta sempre.

Após este encontro, a professora Gislaine me disse que iria trabalhar com os estudantes um texto de Márcio Fabri dos Anjos, presente na revista *Aparecida* – uma revista católica – cujo título era “Agir cristão em políticas públicas” e o sub título , a frase “Serás libertado pelo direito e pela justiça”. A Campanha da Fraternidade de 2019 é sobre “fraternidade e políticas públicas”. O texto fala sobre a necessidade de em vez de apenas se esperar que surjam bons políticos, as pessoas devem se organizar e tomar iniciativas formando uma rede de atuação prática e construtiva onde elas próprias participam. Cita também que as políticas públicas nascem dessas organizações populares que solicitam medidas do governo federal, estadual ou local para problemas sociais, econômicos, administrativos ou setoriais. Ela programou este trabalho de leitura e debate nas turmas entre os dias 13 e 15 de fevereiro de 2019. Eu não participei desta atividade, mas segundo a professora Gislaine, foram momentos ricos de discussão. Achei a temática do texto importante, pois fala exatamente da necessidade de as pessoas se organizarem em ações coletivas , saírem do lugar de reclamar apenas e esperar do poder público a solução dos seus problemas. A mobilização é muito importante, pois nela as pessoas além de compreenderem melhor a questão em pauta, se encorajam e buscam transformar a realidade. Para mim, isto é ser pró-ativo, propositivo, é fazer revolução. O referido texto está em anexo neste trabalho.

A professora Gislaine se prontificou a fazer com a turma, no laboratório de informática, uma pesquisa sobre os três poderes, sobre as atribuições de um vereador e sobre o vereador que atendeu o grupo de 2018 na Câmara , e iria conversar com eles em 2019, o vereador Gilson Reis. Preparei também uma aula para ser dada no auditório utilizando três pequenos vídeos didáticos que falam sobre os três poderes nos âmbitos federal, estadual e municipal e sobre como uma lei municipal é criada. Tal atividade ficou programada para 19/03/2019.

No dia 19/03/2019, como estava previsto, nos reunimos no auditório para assistirmos aos vídeos. Estavam presentes os estudantes das quatro turmas com as quais eu desenvolveria a ação e a turma de alfabetização. Eu me apresentei novamente , fiz um breve relato da proposta e do trabalho feito até então. Fiz esta retomada porque , sabendo da frequência tão flutuante na EJA

com a qual estava trabalhando, poderia ter ali alguém que não estava a par do trabalho desenvolvido até então. Falei que eles teriam a oportunidade de estar com um vereador, especifiquei quem seria este vereador e que seria importante eles conhecerem bem o papel que ele desempenha na sociedade, especificamente na nossa cidade. Mais uma vez disse a eles o quanto a participação de cada um seria bem vinda e importante. Até então, ninguém havia apresentado fotos ou vídeos. Antes de começarmos a assistir aos vídeos, perguntei aos estudantes se eles sabiam a qual dos três poderes o vereador fazia parte, ao que responderam. Pelas respostas dadas, pude perceber que isto não estava claro para boa parte do público ali presente porque as respostas foram muito vagas, confusas, outras emitidas num tom de dúvida ou quase como um questionamento. Seguem as respostas:

1) “Eu acho que é Executivo.”

2) “Na minha opinião é Judiciário.”

3) “Ele faz lei?”

Respondi que sim.

3.1) “Então é executivo.”

4) “Eu acho que é Judiciário.”

5) “É legislativo.”

Ao final, após assistirmos aos vídeos, repeti a pergunta:

“E então? Vou repetir a pergunta. A qual dos três poderes o vereador faz parte?” A assembleia foi unânime ao responder: “Ao Legislativo.” Observei que os mais jovens que estavam ao fundo responderam com bastante veemência! Parabenizei ao grupo e encerramos o encontro daquele dia que durou aproximadamente trinta minutos. Após o encontro, cada turma voltou para sua sala e os trabalhos com cada professor foram retomados.

O fato de termos eleito a linguagem oral, a linguagem imagética e a audiovisual como as principais utilizadas neste trabalho, e termos também utilizado a linguagem escrita através de vários gêneros textuais tais como texto descritivo, verbete enciclopédico, roteiro de entrevista, enriqueceu o trabalho e respeitou o direito do estudante de EJA de ter acesso aos textos que circulam no ambiente escolar e também fora dele. Pra mim este foi um ponto importante do trabalho porque deu a ele um caráter inclusivo, alcançando e oportunizando também aqueles estudantes que não têm tanto domínio da língua escrita e, ao

mesmo tempo, usando linguagens poderosas do ponto de vista do seu alcance , como foi o caso dos vídeos, das fotos e das próprias rodas de conversas . Ou seja, saímos um pouco do viés grafocêntrico, porém, a linguagem escrita também se fez presente, pois ela não é algo absolutamente dispensável no mundo atual e quem escreve com mais autonomia pôde fazer este exercício.

Após este encontro, a professora Gislaine Aparecida me informou que iria pedir a eles que fizessem um texto descritivo contando sobre o que viam no caminho do lugar onde estavam – casa, trabalho ou outro local – até a escola. Segundo ela isto poderia estimulá-los a aguçarem mais o seu olhar ao fazerem o trajeto que faziam todo dia. Iriam olhar a mesma coisa com um olhar diferente. Eu gostei da ideia e me prontifiquei a estar em sala com eles no dia da leitura dos textos. Nos anexos temos alguns exemplares dos textos produzidos individualmente pelos estudantes.

Figuras 3 e 4 - Aula no auditório -três vídeos sobre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em 19/03/2019



Fonte: fotos feitas por um dos professores da EMHR.

No dia 20/03/19 voltei à escola e, neste dia, a professora Gislaine pediu aos estudantes que fizessem o texto descrevendo a vinda deles do lugar onde estavam até a escola, fosse sua casa ou o trabalho. E que também propusessem perguntas para serem feitas ao vereador. Deu como tarefa extraclasse. Eles poderiam escrever o texto em casa e trazê-lo para ela. Após isso, ela e os estudantes se dirigiram ao laboratório de informática onde estes pesquisariam sobre os três poderes e sobre o vereador que entrevistariam. Ela os deixou à vontade para pesquisarem da maneira que achassem melhor e anotarem

o que achassem importante, tanto com relação à pesquisa dos três poderes quanto à pesquisa sobre o vereador e seus mandatos. O laboratório tem quatorze computadores e uma moça, agente de informática, que fica à disposição de estudantes e professores em situações em que o laboratório de informática esteja sendo utilizado.

A primeira turma tinha adolescentes, jovens entre vinte e cinco e trinta anos e pessoas mais velhas. Percebi que as reações e os modos de interação com a proposta foram bem diferentes. Uns liam atentamente e não faziam registros, outros registravam parágrafos que achavam importantes. Houve também quem quis de fato ler e fazer pequenos resumos do que lia e houve ainda quem não se preocupou em fazer a pesquisa: viu vídeos, entrou no facebook, mesmo a professora incentivando-os a se dedicarem ao que havia sido proposto. Ela e eu estivemos no laboratório durante toda a pesquisa. Alguns solicitaram a nossa ajuda para encaminharem a pesquisa. Questionavam sobre o que digitar na área de busca, sobre qual site escolher, para confirmar se o nome do vereador e a foto eram mesmo o que eles tinham encontrado. Uma adolescente questionou: “O quê?! Esse moço foi eleito com este tanto de voto e eu não conheço ele? Como assim? De onde que ele saiu?” Outra disse: “ Me fale que dia ele vem aqui , que eu quero passar bem longe!” Perguntei por que e ela me disse: “ Porque quero.” Uma estudante, neste dia, já apresentou algumas fotos que ela produziu.

Depois do primeiro horário os estudantes foram para o intervalo quando jantaram e tiveram um tempo livre. Um grupo dos mais jovens foi jogar bola na quadra, outro foi para o totó e outros ficaram no pátio cantando alto e alegremente algumas músicas de funk. Os mais adultos e outros jovens, juntamente com idosos ficaram assentados num espaço de convivência que tem no pátio: algumas mesas de ardósia com banquinhos do mesmo material. Juntei-me a eles e ficamos ali conversando sobre assuntos informais como o dia que cada um havia experienciado, o cansaço ao fim do dia, a luta cotidiana, filhos... Alguns são pais ou avós de ex alunos meus e relembrou algumas passagens como passeios que os filhos fizeram e as reuniões de pais e mestres.

Após o intervalo voltamos ao laboratório de informática desta vez com outra turma formada só por estudantes mais jovens, na faixa etária entre 15 e 17 anos. Estes demonstraram mais habilidade para fazer as pesquisas na internet, porém insistiam em perguntar se tinham mesmo que escrever. A professora,

sempre muito amável e paciente, dizia que sim, teriam que anotar que era importante eles terem algum registro até mesmo para elaborarem suas perguntas para a entrevista. Uma jovem arrancou três folhas do caderno e a professora, sempre muito educada, imediatamente a atendeu, dizendo a ela que ficasse tranquila, que não ficasse tão ansiosa. Esta mesma adolescente disse que teria muitas perguntas para fazer ao vereador. Outro rapaz disse que se sentia muito cansado. A professora perguntou o que o tinha deixado cansado e ele então disse que trabalha com reciclagem de 8 às 17 horas e que quando chega a hora da aula, ele está bem cansado. Ele perguntou à professora se poderia contribuir só com fotos ao que ela disse que sim. Ele então disse que faria muitas fotos. A turma se animou e perguntou se poderia contribuir só com fotos ao que a professora respondeu que sim. Aceitaria as fotos e os desenhos e vídeos como produção, mas que o texto descritivo não estava descartado e nem as perguntas que gostariam de fazer ao vereador. Animados, seguiram lendo textos sobre os três poderes e sobre o vereador sem fazer anotações e, nos dez minutos finais, se dedicaram a ver videoclipes e alguns entraram nas redes sociais, mais especificamente, no facebook. Não sofreram nenhuma retaliação da professora por isto.

O terceiro grupo que entrou no laboratório para pesquisar tinha alunos das outras duas turmas, ambas de certificação com jovens e também pessoas adultas. Apesar de ser o último horário, estes se dedicaram à pesquisa num clima tranquilo, fizeram seus registros. Um rapaz, com idade próxima dos quarenta anos me chamou e disse: “Professora, eu não quero copiar nada! Eu quero ler, com calma, e anotar o que ficou na minha cabeça. Pode ser assim?” “Claro! Fique à vontade!” - Respondi. E ele continuou: “Mas não vai dar tempo de escrever tudo.” Esclareci que não haveria problema e que não se preocupasse com aquilo, que o que ele escrevesse seria de muito valor para ele mesmo. Disse-lhe ainda que se quisesse, poderia continuar a pesquisa por sua conta, de acordo com seu interesse. Ele me perguntou se podia gravar vídeo, porque segundo ele, mostra mais a realidade. Respondi que sim, poderia. Continuei do seu lado, ele agradeceu e voltou-se para o computador dando continuidade à pesquisa. Um rapaz esteve em silêncio todo o tempo, pesquisando sobre os temas propostos. A certa altura da aula ele me chamou e me disse: “ Eu conheço esse vereador. A uns tempos atrás ele tava ali no lixão. Eu quero falar pra ele sobre o meu bairro.

Há tempos que a prefeitura promete um posto pra nós, mas nunca dá. Tem o prédio e tudo, mas eles nunca que entregam o posto pra gente. A gente tem que ir longe, no bairro São Marcos pra conseguir um posto”. E seguiu relatando. “Tudo é longe! Escola é longe, tudo é longe.” A professora perguntou a ele de onde ele ia para a escola. Ele disse que ia direto do trabalho. Trabalhava no bairro Gutierrez como lavador de carros; saía de lá por volta das 17 horas e depois ia para a escola de moto. Ele não mora no bairro da escola, mora num aglomerado chamado Vila Ipê, um pouco afastado do bairro Goiânia. Outro jovem me chamou e disse que também queria produzir vídeo. A professora entrevistou me dizendo que ele gostava muito de desenhar e que desenha bem. Eu então disse a ele que poderia filmar, fotografar ou, se quisesse, também poderia fazer seu registro com desenho. O trabalho seguiu até as 21 horas e 30 minutos, momento em que se encerram as atividades da EJA noturna nesta escola.

Neste dia havia uma estagiária, estudante de Pedagogia, acompanhando o trabalho da professora Gislaine. Ela permaneceu todo o tempo fazendo suas anotações sem interferir diretamente no trabalho realizado. A pesquisa na internet foi intermediada pela professora Gislaine e eu.

Figura 5 Pesquisa feita na internet no dia por uma das turmas de EJA da EMHR no dia 20/04/2019



Fonte: fotos feitas pela agente de informática que então, atendia às turmas de EJA da sede da EMHR

Neste bloco, fica muito clara a condição de muitos estudantes da EJA, que é a do trabalhador que estuda. Ao final do dia, além do cansaço físico, muitos estudantes trazem também as emoções vividas e nestes casos, o cansaço é também de natureza psíquica, emocional. Daí a necessidade de pensar em aulas

que promovam a reflexão, mas também promovam a fruição, o deleite. Por que não? Outro dia, um colega de trabalho me disse uma coisa sobre a qual venho refletindo. Ele me disse que estudar é chato, mas aprender é gostoso. De fato, ele tem razão, pois aprender gera mesmo um prazer especial. Acredito que o fato de não termos endurecido com os estudantes com relação ao método de pesquisa e registro e também o fato de não haver retaliações com relação às brincadeiras que às vezes faziam entre eles, colaborou para que eles se interessassem realmente pelo que estavam lendo. Era algo novo o que estavam pesquisando, estavam lendo sobre coisas sobre as quais não estão habituados a ler. Por mais que não se interessassem pelo assunto, alguém do grupo sempre fazia uma pergunta relacionada o que acabava atraindo a atenção dos outros e convergindo a energia para o trabalho da pesquisa. De fato, um currículo dinâmico, que leve em conta esta condição especial de muitos estudantes da EJA, pode produzir um trabalho educativo fecundo. Freire está coberto de razão quando diz que quem ensina deve ter alegria e produzir alegria no que faz, bem como deve querer bem aos estudantes.

Ao confirmar a condição de muitos estudantes da EJA, que é a do trabalhador que estuda, não pude deixar de pensar também em algo muito grave que ocorreu no Brasil recentemente: O desmonte dos direitos trabalhistas conquistados ao longo de anos e através de duras lutas, que veio através da reforma trabalhista em 2017 e também através da reforma previdenciária agora em 2019, apesar das inúmeras manifestações populares contrárias. Está claro que as consequências negativas dessas reformas vão cair impiedosamente sobre os trabalhadores e as trabalhadoras do país, especialmente das camadas mais pobres da população, da qual faz parte o público da EJA. O impacto sobre a EJA, eu imagino, será avassalador e, muito em breve, poderá ser observado, se já não o é. Entre estudar e sobreviver, as pessoas escolherão sobreviver; e para sobreviver se sujeitarão a condições de trabalho cada vez mais opressoras, principalmente porque um dos pontos cruciais da reforma trabalhista é que se antes o legislado prevalecia sobre o acordado, atualmente é o contrário.

No dia 26/03/2019 voltei a escola para mais um bate-papo com os estudantes, desta vez, para apreciação e compartilhamento dos textos escritos por eles. Nesse dia já começaram a apresentar perguntas que gostariam de fazer ao vereador. Nem todos apresentaram o texto e, dos que apresentaram, não

podemos ouvir todos - a professora Gislaïne e eu - devido ao tempo que não foi suficiente. No momento em que apresentavam o desejo de ler seu texto, a vez lhe era dada. A princípio se mostraram constrangidos, envergonhados, mas aos poucos, na medida em que os colegas liam seus textos, iam se animando e se oferecendo para ler também. Após cada leitura, era aberto o espaço para discussão. Eu sempre tomava a iniciativa de agradecer a cada um que lia, pela gentileza de fazer a apresentação do texto. Este é um costume que tenho ao fazer roda de leitura de textos produzidos pelos alunos mais novos com quem tenho mais experiência, então achei que talvez pudesse surtir efeito positivo com os adultos. De fato surtiu porque os estudantes foram ficando mais à vontade para lerem seus textos. Durante os momentos de discussão nas turmas apareceram as seguintes questões:

1. “Há muito atropelamento nesta BR. Eu perdi meu marido atropelado aqui nessa BR. Meus filhos viram tudo.”

2. “Algumas pessoas já foram indenizadas, mas outras estão na fila há séculos. Minha irmã faz tempo que não sai do mesmo número na fila de espera. E ela mora em condições horríveis. A tubulação chega a levar esgoto para dentro da casa dela em período de chuva. Toda vez que chove, é preciso reunir gente lá para evitar morte porque a invasão de água e esgoto pra dentro da casa dela é certa.”

3. “Aqui na Vila falta lugar para lazer. Meus filhos ficam trancados em casa o dia inteiro. O único lazer é a escola que oferece no fim de semana com a Escola Aberta.”

4. “Aqui não tem comércio. Estamos ilhados. De um lado BR, do outro, BR.”

5. “Porque nossa vila é tão esquecida? Aqui não tem ONG...”

6. “As ruas são muito sujas.”

7. “Os menino da Intregada atravessa a rua e nem tem sinalização. Nem tem faixa de pedestre.” (sic)

8. “Eu gostaria de perguntar ao vereador o que está sendo feito na saúde, na área ambiental, pelo direito do trabalhador, pela segurança nos bairros.”

Um adolescente negro, de cabelo blackpower, pintado de ruivo, comentou:

9. “A polícia me para. Estou cansado de ser parado por eles. É o tempo de eu sair de casa e eles já me param. Deve ser por causa do meu jeito “lombrado” Perguntei o que seria “lombrado” e ele me respondeu: “Assim, do jeito que eu sou, que eu me visto.”

Outro adolescente, lá do fundo da sala, levantou o dedo e falou em tom baixo, claro e pausado:

10. “Ele é discriminado por causa da cor. Por isso ele é parado toda hora pela polícia.”

Neste momento intervi perguntando aos alunos que nome aquilo que acabara de ser citado tinha. A resposta veio dos mais jovens, especialmente dos adolescentes: “racismo.” Esta passagem mostra um problema gravíssimo que tem afetado a população negra, especialmente os jovens negros. Esta foi uma situação muito clara de que o racismo existe no Brasil e de como suas consequências são graves. Quando pergunto ao jovem negro o que significa ser lombrado, ele não consegue conceituar o termo, mas aponta para si mesmo e diz:

“Assim, do jeito que eu sou, que eu me visto.” Vale lembrar que na linguagem utilizada entre os jovens da periferia na atualidade , especialmente os estudantes da EJA, lombrar significa “dar errado”; lombrado é “aquilo que não deu certo.” Que autoimagem o nosso jovem estudante tem de si mesmo quando diz que ele tem um jeito “lombrado?” É aquele que não deu certo? O que significa dar certo para ele? Estamos vivendo um momento no Brasil em que a população jovem negra está sendo literalmente perseguida e exterminada, pois é a população que mais morre, especialmente o homem jovem negro. Embora muitas pessoas ainda insistam em dizer que não há racismo no Brasil, muitas pesquisas revelam que há. Para verificar este dado, uma rápida observação no atlas da violência 2019 publicado pelo Ipea já nos mostra os dados reveladores desta grave doença social. Impossível não pensar sobre isso. Na ocasião sugeri ao grupo que se debruçasse sobre este assunto, que valeria a pena, pois se tratava de suas vidas.

Seguiram-se os comentários:

11. “Acabou o Programa Jovem aprendiz? E a Asprom, não tem mais?”

12. Algumas pessoas comentaram que ainda existe o programa, mas ninguém entrou em maiores detalhes sobre a questão. Uma senhora comentou: “Meu sonho é ter um endereço, ter um CEP. Eu gostaria de ter minha conta de água e luz para pagar. Eu sou obrigada a fazer gato, mas eu não gosto.”

13. E seguiram-se as colocações:

14. “ Uma vez eu busquei uma advogada para mover uma ação,mas não pude porque não tenho endereço. Isso é muito triste, muito constrangedor. Outra vez quis abrir uma poupança para meu filho e também não pude porque não tenho endereço. Isso é triste demais!”

15. “Aqui no bairro não tem uma praça grande igual tem em outros lugares.”

16. “O posto de saúde deveria ser maior, ter mais médicos nas equipes. Na minha equipe, aliás, não tem médico.”

17. “Por que os prefeitos estão roubando tanto assim? Entrando nesse negócio de corrupção? A gente vê na televisão...a gente tem família pra criar! Como a gente fica!?”

18. “Só se a gente fizer um abaixo-assinado

19. Perguntei se eles sabiam o nome do prefeito de Belo Horizonte e muitos disseram não saber. Outros informaram que era Alexandre Kalil.

Neste dia as pessoas estavam bastante mobilizadas, pois no dia seguinte seria o “Jantar Com Poesia”, evento que reuniria todas as turmas de EJA – internas e externas. Este evento seria a culminância dos trabalhos desenvolvidos pela EJA em março, cujos temas eram a valorização da mulher; a mineração e suas consequências, em especial a ruptura da barreira em Brumadinho ocorrida em janeiro deste ano e o Dia da Poesia. Os estudantes participaram de atividades como visitas ao BBCC, visita ao Museu de Minas e Metal, palestras sobre a saúde da mulher promovida pela presidente da Associação de Moradores da Vila da Luz e agentes de saúde. A notícia que tive dos estudantes foi que o evento foi um sucesso! Teve sarau, violão e voz, um jantar especial e um bingo.

No dia 01/04/2019 voltei à escola, desta vez, para a elaboração do roteiro entrevista com o vereador. A professora Gislaine já havia feito uma pré-seleção das perguntas com os alunos e já havíamos combinado com eles que a

seleção final das perguntas seria feita com os/as representantes das turmas, os quais seriam escolhidos conforme se oferecessem ou se fossem eleitos por sua turma. Cada turma decidiria como isso seria feito. Na sala éramos dois senhores de aproximadamente 40 anos, dois adolescentes meninos, um de 15 e outro de 17 anos, uma senhora de 53 anos da turma de alfabetização, quatro meninas adolescentes entre 17 e 18 anos, três senhoras de trinta a quarenta anos, uma moça de 23 anos e eu. Antes de começarmos a discussão, uma das adolescentes, a mesma que disse anteriormente que faria muitas perguntas ao vereador, questionou se valia a pena estamos ali discutindo “coisa de política”. Confesso que fui pega de chofre, não esperava uma pergunta daquela, naquele momento. Eu então disse a ela que as pessoas são seres políticos e fazemos política o tempo todo. Ela me perguntou como. Perguntei a ela como era decidido o almoço do domingo na casa dela. Ela riu e respondeu: “Ah, sei lá!” Perguntei se era uma pessoa que decidia o que seria feito, cozinhava e servia o prato a todos. Ela então disse que não, disse que eles conversavam se era frango, se era carne, quantas pessoas iam ser, se tinha as coisas, se tinha que sair pra comprar, quem ia comprar... riu e alguém completou: “Ou se vai ser churrasco...”. Neste momento eu disse: “Então, tá vendo? Há um questionamento, planejamento, decisões são tomadas, pessoas são consultadas. Não é uma pessoa que decide. Isso é um ato político.” Mas tem casa que uma pessoa decide sozinha. Tem mãe que cria os filho sozinha, ela cozinha e os menino come.” - uma senhora comentou. Perguntei: “Vocês, que já são grandes, preferem que opção? ”Decidir junto ou alguém decidir por vocês? Uns disseram que nunca tinham pensado nisso, mas que era bom participar porque ninguém vai reclamar depois. Ajudou a escolher e foi combinado...” Repeti: “Estão vendo que fazemos política o tempo todo? Pensem um pouquinho aí...” Ficamos em silêncio por uns segundos, não sei quantos. Não controlei. Um rapaz mais velho comentou rindo: “O pior é que é verdade mesmo! Eu nunca tinha pensado nisso!”

Convidei então a passarmos para as perguntas a fim de decidirmos como iríamos agir. A partir daí, após lermos cada questão, discutíamos cada uma e a reelaborávamos conforme o grupo ou eu sugeríssemos. As quatro meninas não quiseram ficar. Assim que começamos a analisar as perguntas, elas começaram uma briga por causa de um pirulito e saíram da sala sem dizer nada a ninguém do grupo. Convidei-as a ficar, mas não me deram ouvidos. Continuamos

o trabalho. Um integrante adulto sugeriu que perguntássemos sobre as reformas trabalhistas e sobre a reforma da previdência, quando surgiu uma pergunta relativa a emprego e ao trabalhador. Quiseram também falar sobre a quantidade de pessoas em situação de rua atualmente em Belo Horizonte. Sugeriram também que perguntássemos sobre a EJA porque a oferta de escolas com EJA é pequena. Disseram que muita gente tem que vir de longe, até de outros bairros para estudar no Honorina Rabello. Ao lerem perguntas sobre a atuação do vereador nas questões do meio ambiente quiseram citar o Parque Belmont que está, segundo eles, abandonado. Disseram que este parque já foi um bom lugar para passear com os filhos, mas hoje está abandonado e é usado por usuários de droga. Este encontro durou aproximadamente 60 minutos.

Neste encontro, percebi muito empenho por parte dos estudantes, com exceção das quatro jovens meninas que abandonaram a sala. Depois de lermos cada pergunta, cada item, eles mesmos questionavam a elaboração da frase e, com minha ajuda e a intervenção ativa deles, as perguntas foram sendo reelaboradas. Uma a uma. Ali, naquele momento, eu fui a mediadora porque eles mesmos foram buscando uma elaboração mais rebuscada das frases. Aliás, isto foi uma coisa curiosa a meu ver. Os estudantes apresentam uma escrita e uma oralidade não muito rebuscadas no seu dia a dia, mas souberam reconhecer isso e reelaborar as perguntas coletivamente. Foi um momento bem interessante, de muitas idas e vindas, apaga, risca, remaneja trecho, inclui, tira... não foi à toa que durou 60 minutos. Fiquei constrangida pelo abandono daquelas quatro jovens, mas não tive como evitar. Desde o começo foi dito aos estudantes que nada seria obrigatório. Não consegui seduzi-las o bastante. Percebo que trabalhar com EJA exige, entre outras habilidades, muita versatilidade e paciência. Este tipo de situação acontece no cotidiano dos professores e é uma situação bem desconfortável. Tudo o que um professor quer é ensinar e , o que acontece muitas vezes, é ele ser impedido, por circunstâncias como esta, de fazer aquilo que mais deseja. No momento não retomei com elas, mas fiquei pensando: Como eu agiria se estivesse com elas todos os dias? Como eu faria para suscitar nelas o desejo de estar na escola e querer estudar?

Antes de definirmos que aquele seria o roteiro final, passei em todas as turmas envolvidas e li todo o roteiro para eles, pausando entre uma pergunta e outra e perguntando se estavam de acordo. Em nenhuma das turmas houve

desacordo e em todas elas, alguns estudantes até demonstraram satisfação com o roteiro.

Comentaram:

1. “Nossa, ficou muito bom!”
2. “Da hora!”
3. “Ficou bom mesmo!”
4. “Eu gostei. Ficou legal.”
5. “Eu achei que ficou muito bom.”

Em todas as turmas também houve estudante que não se manifestou a respeito e outros que apenas assentiram com a cabeça indicando um sim. O trabalho coletivo, além de ter vigor, de certa forma contemplou uma maioria que se viu ali representada. Compreendi que a satisfação com o trabalho final foi maior do que uma suposta indiferença de alguns, que não se manifestaram. O que foi observável foi o bom ânimo de muitos na sua fala, num balançar de cabeça num gesto afirmativo, num sinal de “muito bom” com o polegar levantado.

No dia marcado para a entrevista, 03/04/2019, por volta das 16 h e 30 m recebi um telefonema do assessor do vereador dizendo que este não poderia vir, pois havia feito uma cirurgia na boca e a situação se complicara mais do que o previsto, este não estava conseguindo falar devido ao inchaço e às dores na boca. Perguntou ainda se poderia vir no dia seguinte, 04/04/2019, no mesmo horário. Conversei com a equipe pedagógica – Diretoras, coordenadora geral, coordenadoras da EJA e professores. Não consultei os estudantes infelizmente, porque precisava acertar a agenda naquele instante e eles ainda não haviam chegado para a aula. Claro que ficamos todos frustrados e eu, fiquei muito nervosa, mais do que já estava até aquele momento. Acordamos então que ele viesse no dia seguinte, embora a escola já tivesse programado uma reunião com os pais dos estudantes da EJA, menores de idade. Telefonei então para o assessor e este passou o telefone para o vereador que conversou comigo e prometeu estar lá no dia seguinte para a entrevista. Fui para casa e, naquela noite não dormi. Não consegui relaxar. Segundo a professora Gislaine, ela ouviu muitas reclamações e muito deboche na quarta-feira, dia 03/04/2019, por parte dos

estudantes. Uns diziam que “tinham certeza de ele não viria”, que “aquela ausência não era novidade”, que “o vereador não tava aí pra eles não...”

Na noite seguinte, 04/04/2019, por volta das 18h e 30 min., começaram os preparativos para a entrevista. Alguns jovens da EJA se ofereceram para ajudar, então desceram com mesas e cadeiras para a quadra e aí foi instalado todo o aparato para a entrevista: computador, equipamento de som, data show, microfones, foi improvisada uma mesa longa com forro branco, um enfeite com flores, água, as cadeiras e os microfones. Um outro estudante foi convidado a ocupar o lugar de entrevistador porque **E**, a estudante que havia se disposto a ocupar este lugar, ainda não havia chegado. Caso ela não viesse, ele faria a entrevista. Ele então começou a treinar a leitura das perguntas. A equipe docente e a direção já haviam me advertido de que a frequência na quinta-feira é muito baixa e eu, que já estava nervosa, fiquei mais ainda. Aos poucos, os estudantes começaram a chegar e o vereador me telefonou avisando que teria um pequeno atraso. Os estudantes jantaram, uns foram se acomodando na arquibancada enquanto outros ficaram no jogo de totó. As moças adolescentes aproveitaram o momento para se apossarem do microfone: cantaram, fingiram estar entrevistando alguém e começaram até uma discussão com outras que estavam na arquibancada. Neste momento a coordenadora entreviu e disse que elas deveriam deixar o microfone e se assentarem na arquibancada. Após espera de alguns minutos que para mim, pareceram longas horas, o vereador chegou e começamos a atividade. Estavam presentes na quadra estudantes da EJA – sede, o corpo docente da sede, a diretora, a vice-diretora, pais de estudantes da EJA e dois assessores do vereador. O professor **RI** já havia sido convidado para mediar a mesa ao que atendeu prontamente. Fiz este convite por já conhecer a competência do professor e por entender que eu precisaria ficar mais livre para fazer os registros da atividade e ajudar também na condução da entrevista, uma vez que, àquela altura já havia compreendido que não poderia fazer todas as perguntas programadas devido ao tempo que seria curto, pois já haviam outras atividades programadas para aquela quinta-feira. Professor **RI** cumprimentou a todos, fez um breve resumo do trabalho que havia sido feito desde 2018 até então e convidou o aluno **R** para ocupar a mesa no lugar de entrevistador e o vereador **Gilson Reis** para ocupá-la no lugar de entrevistado.

O professor **RI** prosseguiu convidando o vereador a se apresentar aos presentes e fazer um breve resumo da sua trajetória . O vereador cumprimentou a todos, disse que era um prazer estar ali naquele momento e se referiu a mim como companheira de longa data e de muitas lutas. Convidou o público jovem a se aproximar mais dele para aquela conversa, apresentou-se como professor de Biologia, com especialização em Economia Brasileira e também como preocupado e engajado em questões ambientais. Foi presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais-Sinpro Minas e é atual presidente da Contee – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. Disse estar no segundo mandato como vereador de Belo Horizonte pelo partido PCdoB e se colocou à disposição de todos, principalmente no que tange à Educação. Parabenizou a Escola Municipal Honorina Rabello pela iniciativa e disse que, na experiência dele como vereador, percebe que, muitas vezes, a escola é o único espaço que se coloca à disposição da população para que sejam debatidas questões sociais e que, portanto, a dimensão desta é muito maior do que geralmente se pensa.

Neste momento o mediador da mesa convidou a todos os presentes a verem no telão, algumas fotos que foram produzidas pelos estudantes da EJA durante o trabalho realizado e também a assistirem a um vídeo produzido por estes. Neste momento foram exibidas imagens de problemas com resíduos – lixo espalhados pelas ruas do bairro e também pelas ruelas de uma das vilas próximas, queima urbana, os estudantes realizando a pesquisa no laboratório de informática, estudantes atravessando a BR a caminho da escola, moradias muito próximas da BR, sem mesmo a barreira de uma calçada ,esgoto a céu aberto, mato alto, sem poda, nas beiradas de calçadas, estudantes da Escola Integrada se deslocando para o local onde as atividades do programa acontecem, sem a devida sinalização( faixa de pedestre, placa...). Depois foi exibido um vídeo também produzido pelos estudantes no qual estes problematizam a construção de uma passarela em andamento. Esta passarela tem o objetivo de ligar os dois lados da BR para fazer mais segura a travessia de pedestres no local.

Logo depois o mediador da mesa convidou a todos a assistirem a um vídeo que explica, de forma didática, o que vem a ser cidadania.

Logo após começou a entrevista.

Ficou acordado entre a professora Gislaine e eu que não seria possível fazer todas as perguntas por que teríamos menos tempo uma vez que já havia uma outra atividade programada para aquela noite, que seria a reunião com os familiares. A partir de então as coordenadas eram dadas por nós ao mediador, através de sinais, que as passava para o entrevistador. **R** começou a entrevista com os cumprimentos ao vereador, conforme estava no texto.

As perguntas escolhidas por nós duas foram a um, a dois, a dez, a três, a cinco, a sete, a onze e a doze, nesta ordem.

O mediador da mesa cumprimentou os presentes, fez um breve relato do trabalho realizado e em seguida pediu ao vereador que se apresentasse e falasse um pouco da sua trajetória na vida profissional e de político.

Após a apresentação, começou a entrevista em si que durou cerca de trinta a quarenta minutos.

Ao final, o mediador encerrou: “Gente, infelizmente já chegou ao final o tempo programado para a entrevista com o vereador Gilson Reis, temos uma outra atividade acontecendo na escola que é a reunião com os familiares dos nossos estudantes de EJA ainda menores de idade, a qual precisamos também nos dedicar.

Gostaríamos de agradecer tanto a mesa nas pessoas do Rodrigo, representando os estudantes da EJA e do vereador Gilson Reis. Agradecer à professora Angélica pela proposta de trabalho e à professora Gislaine que tanto colaborou na execução do mesmo, à coordenação, à direção e aos estudantes da EJA que se propuseram a compartilhar seus conhecimentos e os problemas vivenciados nesta comunidade... enfim, agradecer a todos os envolvidos.”

A diretora também pediu a palavra:

“Bom, então podemos aplaudir a todos pela participação neste trabalho e, como o professor **RI** falou no início, o Gilson abraçou a proposta da nossa escola porque o Gilson é uma pessoa muito aberta, sabe gente? Sempre na câmara e por onde ele vai, está sempre pronto a nos receber, a nos atender e... achei muito bacana quando ele começou falando da importância que tem a escola e o quanto é importante ela estar de portas abertas para a comunidade e também abrindo este espaço para o debate, para a discussão. E vocês têm noção disso,

porque isso é de fato uma realidade próxima de vocês. Aqui na comunidade nós não temos uma praça boa, grande, um parquinho para as crianças brincarem, um lugar onde as pessoas possam se reunir em família e entre amigos... e a nossa escola tem cumprido este papel. Tem sido este espaço.

Hoje o vereador pôde ver um pouco do que é o nosso público da EJA, o que tem sido um grande desafio para nós. Sabemos que hoje é quinta-feira, um dia de baixa frequência, mas fico feliz com a presença de você, estudante, que veio, e fico pensando que muitos estudantes perderam a oportunidade de estarem aqui hoje discutindo as questões relativas às suas vidas e à sua comunidade.

Queria também dizer, principalmente aos jovens presentes, que o futuro começa agora, no instante em que estamos. É agora que começamos a construí-lo. Vamos agradecer a todos pelo envolvimento, à Angélica, que nas suas ações está sempre envolvida e empenhada com esta comunidade, à professora Gislaine que apostou na ideia e a todas as pessoas que colaboraram para que tudo acontecesse.

Que este momento seja para todos nós pensarmos no que podemos fazer para melhorarmos esta comunidade, nossa atuação, nossa vida. Tanto nós quanto o vereador. Boa noite, muito obrigada e um abraço a todos.”

Após a entrevista e os cumprimentos, um estudante procurou o Vereador e teve com ele uma conversa particular. Não ouvi toda a conversa, mas como eu estava perto, pude ver que ele conversava com o vereador sobre as vezes que ele o tinha visto no bairro ou nas proximidades, inclusive no dia da visita ao lixão. Logo depois o vereador foi convidado para um lanche na sala dos professores e lá conversou informalmente com os colegas presentes e com a diretora. Explicamos a ele que estava prevista uma pergunta sobre a reforma da previdência, mas achamos melhor deixá-la por causa do tempo, explicamos que nós estávamos dando o comando ao entrevistador sobre quais perguntas fazer, uma vez que o tempo que teríamos seria mais curto do que o previsto para o dia anterior. Ele então se prontificou a vir à escola num outro momento falar com a comunidade sobre a Reforma da Previdência e Trabalhista que é um assunto importante e que demanda mais tempo para falar dele. A diretora aceitou e ficou de marcar um outro dia para esta atividade. Na ocasião o vereador falou novamente sobre a homenagem à EJA que seria realizada no dia 31 na Câmara dos Vereadores e reiterou o convite. A diretora contou um pouco sobre como

funciona a EJA na sede e as salas externas, falou um pouco das nossas conquistas e também das nossas dificuldades. Depois o vereador foi embora e os professores e coordenadores passaram à segunda atividade que era a reunião com os familiares dos estudantes da EJA que eram menores de idade.

Eu enviei para o vereador, através do whatsapp do seu assessor o roteiro de perguntas. Mandeí o primeiro (sem a revisão) e mandei o segundo também. Mandeí os dois porque o vereador, poderia talvez, perceber coisas no primeiro roteiro que não foram faladas no segundo, mas que podem ser importantes para a realização do seu trabalho como vereador e que talvez, assim, pudesse de alguma forma atender às necessidades e aos anseios dos estudantes a EJA da EMHR- sede. A entrevista está na íntegra nos anexos deste trabalho.

No dia 16/04/2019 voltei à escola para avaliarmos a ação desenvolvida. A estratégia que usei foi deixar os estudantes se manifestarem livremente porque eu não queria exercer nenhuma influência no que eles iriam dizer. Nas quatro turmas por onde passei, fiz a mesma pergunta: "O que vocês acharam desta ação desenvolvida aqui na escola e que culminou na visita do vereador à Escola Municipal Honorina Rabello pra ser entrevistado pela EJA? Vocês podem comentar livremente. Eu não vou comentar nada, só vou fazer as inscrições para garantir que fale uma pessoa de cada vez e para que possamos ouvir bem todos que se manifestaram. Está bem assim?" Em todas as turmas houve concordância.

Alguns comentários aqui apresentados já foram citados antes, em momentos em que analiso alguns deles.

#### **Primeira turma:**

"Lei é importante pra colocar ordem na cidade."

1. "É importante ter regras pra ter disciplina."
2. "Os pontos de ônibus mais próximos da escola. Foi bom."
3. "Nunca foi desenvolvido esse tipo de trabalho na escola."
4. "Foi importante porque os alunos puderam falar dos problemas do bairro."
5. "Os alunos adquiriram novos conhecimentos."

6. “O prefeito não tem atendido as necessidades da nossa comunidade.”

7. Cadê o Kalil? Cadê o Bolsonaro?”

8. “Eu vi que a gente deve discutir política sim...”

9. “O Brasil precisa da união do povo para cobrar ações do governo.”

10. “Nas paralisações todos tinham que ir para as ruas.”

11. “Eu nunca gostei de política. Não sei por que... agora na escola é que eu fiquei assim.”

12. “Eu vi que tem como fiscalizar o trabalho dos vereadores. Tem a internet, a gente pode ir nas reuniões na câmara.” (sic)

### **Segunda turma:**

1. “Eu considero que foi bom, pois tem uma chance de ter melhorias no bairro.”

2. “Eu acho que o vereador não fará nada pelo bairro. Acho que ele só falou aquilo porque tinha que falar. Eu vi na cara dele que ele não tá nem aí. Eu estava cuidando da minha filha, não sei direito o que ele falou não.”

3. “Eu gostei. Achei bem interessante.”

### **Terceira turma:**

1. “Quero ser surpreendida pelas boas ações do vereador.”

2. “Podemos discutir política para termos melhorias.”

3. “Eu não acho que a gente deve discutir política. Este assunto não faz a gente evoluir.”

4. “É bom a gente mudar de assunto às vezes, estudar outras coisas diferentes na escola. Achei que foi bom”

### **Quarta turma:**

1. “Achei interessante. Despertou minha curiosidade.”

2. “Despertou a minha curiosidade.”

3. “Estudamos o que a gente não está acostumada a estudar no dia a dia.”

4. “Pela expressão do vereador, ele é verdadeiro.”

5. “Só dele vim e pôr a cara à prova, já prova que ele não mente.” (sic)

6. “Eu fui incentivado pelo meu colega a ser o entrevistador. Eu achei muito bom. Eu estava nervoso.”

7. “Achei importante. O vereador pareceu que ele é competente.” (sic)

8. “Eu não achei nada. Não fez diferença.”

9. “Foi importante o vereador vim para o vereador ver os problemas e tentar melhorar a cidade.” (sic)

10. “Por não ser da região, ele se demonstrou que tem um conhecimento mais amplo da cidade. Ele falou da nossa região sabendo. Algumas pessoas não se interessam por política, mas eu tô vendo que é bom interessar.” (sic)

11. “Política precisa ser discutida.”

#### **Quinta turma ( de alfabetização):**

1. “Foi bom; assim... Porque o vereador ficou sabendo do que acontece com a gente. E eu tive algumas respostas que eu esperava.”

2. “Foi bom porque eu gostei.”

3. Podia ter mais vezes porque eu achei bom. Uma palestra de vez em quanto é bom!” (sic)

4. “Quero ver se o que ele falou vai acontecer.”

Hoje penso que política deveria ser matéria obrigatória nas escolas e o desenvolvimento do pensamento crítico investigativo um dos principais compromissos da educação. Mas com relação a isso temos problemas também porque depois de 13 dias de obstrução pela bancada de esquerda, o Projeto de Lei 274/17, apelidado de "Escola Sem Partido", foi aprovado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte no dia 14/10/2019, em primeiro turno. Foram 25 votos favoráveis, 8 contrários e nenhuma abstenção. O evento ocorreu a portas fechadas, sem a permissão da entrada de professores e demais cidadãos interessados no assunto. A cidade é a primeira capital do Brasil a aprovar o

projeto. Está aí, mais um problema que a Educação terá que enfrentar e com o qual a sociedade, mais cedo ou mais tarde, terá que se haver, porque muitos cidadãos, em nome da moral e dos bons costumes, orientados por líderes políticos neoliberais, muitas vezes travestidos de líderes religiosos, apoiaram ambas as reformas e as propostas do Escola Sem Partido. Vale lembrar que muitos destes cidadãos são também do público da EJA, são estudantes desta modalidade que, por falta de uma consciência crítica vigorosa acabaram por apoiar seus algozes. Às vezes a falta de conhecimento, de capacidade crítica, de força argumentativa para discutir política com o devido respeito à pessoa do antagonista, deixa a pessoa desanimada para imergir neste terreno e ela prefere, muitas vezes, se refugiar no jargão - utilíssimo para os calhordas do meio político, - “Política não se discute.” este tipo de pessoa é facilmente capturada pelas forças neoliberalistas, através dos seus representantes, devidamente treinados e estrategicamente colocados em nichos onde poderão atuar com eficiência.

No meu referencial teórico trabalho os conceitos de consciência intransitiva, consciência transitiva ingênua e consciência transitiva crítica apresentados por MIZUKANI (1992). Em várias situações, inclusive nas citadas anteriormente neste capítulo, pude perceber em que ponto da construção da consciência o estudante da EJA da EMHR – sede se situava no momento em que certos assuntos foram abordados na execução da ação pedagógica.

Freire (1996) coloca como um saber indispensável a quem educa, o respeito à autonomia do ser do educando: Todo ser humano deve ser educado para se tornar autônomo – capaz de decidir e de assumir suas decisões. Isto é algo que me preocupa, pois percebo que muita gente ainda não saiu da fase da heteronomia na medida em que se envolve nas decisões políticas de forma às vezes infantilizada. Ainda querem que alguém assuma um cargo de liderança, como a presidência da república, por exemplo, e resolva os problemas do país como uma fada madrinha ou como um mago, ou seja, não querem se implicar no processo como corresponsáveis. Acho preocupante o fato de que milhões de brasileiros tenham escolhido como presidente do Brasil um candidato a quem muitos se referiam como o “mito” – vale lembrar que a humanidade se valeu da mitologia para explicar o mundo, mas isso já passou. Passamos pelo dogma, pela hegemonia da ciência e hoje estamos num momento no qual a subjetividade, a

espiritualidade tem sido levada em conta e que, mais do que nunca, exige de nós autonomia para decidirmos de que lado estamos e assumirmos nossa decisão.

As crianças, quando bem pequeninas, também explicam o mundo mitologicamente, mas seu pensamento evolui! Confesso que isto tem me inquietado muito. Em que ponto da educação falhamos? O que não foi feito em favor da construção da autonomia dos brasileiros para que hoje, eles tenham escolhido para presidência da república um homem declaradamente favorável à tortura, ao estupro, à morte de índios e sem terra, ao armamento da população, à guerra civil e outros absurdos? Como ponderam muito bem Marcelo Tas e Mário Sérgio Cortella (2017), o eleitorado que o escolheu, tem de fato ideias que se alinham com as dele. E ele, de certa forma, representa mesmo algo do conjunto de ideias e sentimentos que pessoas trazem em si, seja de forma consciente ou talvez, até inconsciente. Uma coisa é votar num chimpanzé como voto de protesto, como ocorreu nas eleições para prefeito do Rio de Janeiro, em 1988 quando um chimpanzé muito famoso chamado Tião teve 400 mil votos, outra coisa<sup>6</sup> é votar num candidato real como forma de protestar contra outro, ou o partido do qual ele faz parte. Essa pessoa, se eleita, vai mesmo ocupar o cargo ao qual concorreu e vai colocar suas ideias em prática. Vejo hoje muitos brasileiros, portadores às vezes, de muito conhecimento acadêmico, mas a meu ver, com pouca autonomia moral, ética e uma enorme dificuldade de assunção de si mesmo e de suas escolhas.

Ademais, estou segura disso, diante do fracasso deste candidato estas mesmas pessoas podem ser capazes de usar uma camiseta com os dizeres: “A culpa não é minha.”. Ou seja, é como dizerem: “Eu escolhi, mas não tenho nenhuma responsabilidade nisso”. Portanto todo movimento que um educador puder fazer para ajudar seu estudante de EJA a fazer o deslocamento da consciência ingênua para a crítica será válido. Creio que este trabalho cumpriu este papel em parte e podemos perceber isso em algumas falas dos estudantes que participaram dele.

Na Câmara, com os adolescentes:

**RO:** O povo tem poder?

---

<sup>6</sup> (7)Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/09/folhinha/10.html>. Acesso em 28/09/2019

**K:** “Tem, porque se ninguém votar, ninguém vai ser escolhido.” Em outro momento, com este mesmo grupo:

**RO:** “Sendo assim posso votar em qualquer um?”

**K:** “Não! Tem que pesquisar direito antes de votar!”

Neste momento, o trabalho estava começando, portanto o que se pode ver, neste momento é já havia nesta adolescente citada, um despertar para certas questões políticas e certo senso de responsabilidade para com as escolhas, o que não se percebe em outros integrantes daquele mesmo grupo naquele momento, quando um deles, por exemplo, declara que, tanto faz, vota em qualquer um que lhe der o papel (propaganda eleitoral) porque para ele dá no mesmo, não faz diferença escolher entre um e outro.

O desenvolver desta consciência crítica não acontece em bloco, ou seja, não acontece para todas as pessoas igualmente e ao mesmo tempo, assim como não acontece com a pessoa de uma hora para outra, por isso a nossa responsabilidade enquanto educadores: o compromisso de promover situações educativas que promovam o deslocamento de uma situação de ingenuidade para outra mais avançada no que diz respeito à criticidade, à construção do conhecimento e ao posicionamento frente a ele. Tarefa trabalhosa que exige de nós uma revisão constante da nossa prática pedagógica.

No auditório, quando questionei sobre o que eles, estudantes, poderiam fazer para melhorarem o seu ambiente, uma adolescente disse que “precisavam ter mais cuidado com o lugar onde põem o lixo porque dá rato, e que de pouco adianta uns fazerem e outros não, mas mesmo assim é preciso fazer cada um a sua parte”. Ela revelou a clara noção do cuidado com a higiene local, do valor da ação coletiva e da resiliência que cada um deve ter quando toma consciência de algo. Mesmo que uns não façam, eu vou continuar fazendo, porque sei que é assim que deve ser. Isto é ter consciência crítica, isto é ter autonomia. Acho muito interessante quando este tipo de comentário vem de pessoas tão jovens porque alguns adultos costumam achar que a juventude não sabe de nada, quando é possível verificar que o que existem são juventudes e que cada jovem tem o seu jeito peculiar de ser e mesmo quando se juntam em grupos ou “tribos” como eles mesmos costumam denominar, ou mesmo quando compõem o corpo discente da EJA é um erro fazer generalizações achando que o que caracteriza um, caracteriza todos.

Ainda falando sobre evolução do pensamento e construção da consciência crítica, um senhor declarou que ele sempre gosta de participar deste tipo de ação porque, nas palavras dele, “precisamos lutar para melhorar cada vez mais o lugar onde a gente vive”

No dia da elaboração do roteiro final da entrevista, quando fui questionada sobre por que estávamos discutindo política e, ao final, da discussão um rapaz mais velho comentou rindo: “O pior é que é verdade mesmo! Eu nunca tinha pensado nisso!”, percebe-se que se instaurou ali uma dúvida ou um ponto de curiosidade, de questionamento que ele ainda não havia feito, embora já seja um senhor casado, pai e já passe dos quarenta anos, segundo ele mesmo me disse. Esta dimensão do sujeito da EJA e de qualquer outro educando, de ser condicionado, ou seja, estar sujeito a certas condições e não estar absolutamente determinado por elas, precisa ser levada em conta sempre, sempre! O ser humano, na sua vocação ontológica de ser mais, segundo coloca o Freire (1996), pode e deve se movimentar e romper barreiras, realizar conquistas significativas, ainda que as condições materiais, sociais nas quais nasça sejam precárias. A vida é uma oportunidade constante de aprendizagem e o educador que trabalha com EJA precisa ter este entendimento na sua mente e no seu coração.

Na avaliação final, em alguns depoimentos pude ver mais amadurecimento, por parte de alguns estudantes. Apresento aqui alguns depoimentos que me permitem fazer esta afirmação:

1. “Eu vi que a gente deve discutir política sim...”
2. “O Brasil precisa da união do povo para cobrar ações do governo.”
3. “Nas paralisações todos tinham que ir para as ruas.”
4. “Eu nunca gostei de política. Não sei por quê ... agora na escola é que eu fiquei assim.”
5. “Eu vi que tem como fiscalizar o trabalho dos vereadores. Tem a internet, a gente pode ir às reuniões na câmara.”

É claro que não tenho aqui a pretensão de achar que os estudantes da EJA chegaram ao final deste trabalho preparadíssimos para enfrentarem a vida, especialmente no que diz respeito à consciência crítica. O tempo foi curtíssimo. O trabalho foi breve. E esta consciência não se faz assim de um dia para o outro e em alguns casos, ela já estava desencadeada. Alguns estudantes revelaram isso logo no começo da ação, porém na atividade final, na avaliação da ação foi

possível observar por meio de algumas falas, a postura ainda descomprometida ou desinteressada, por que não dizer, ingênua, de alguns estudantes:

1. “Cadê o Kalil? Cadê o Bolsonaro?”
2. “Eu acho que o vereador não fará nada pelo bairro. Acho que ele só falou aquilo porque tinha que falar. Eu vi na cara dele que ele não tá nem aí. Eu estava cuidando da minha filha, não sei direito o que ele falou não.”
3. “Eu não achei nada. Não fez diferença.”
4. “Quero ver se o que ele falou vai acontecer.”
5. “Foi bom porque eu gostei.”

A clareza de que a escola deve acolher as histórias e o conhecimento de seus estudantes também se revela nesta fala de uma estudante de quarenta e poucos anos, mãe de duas filhas adolescentes:

“Ôu, Angélica, se a escola soubesse como é importante esses meninos falarem da vida deles, ôu, até este problema com as drogas poderia diminuir.”(sic)

Perguntei a ela por quê. Ela respondeu: “Ah, sei lá, viu... só sei que tinha que ter este espaço para eles falarem, tinha que ter.”(sic)

Isto se revela também quando algumas mulheres, arrimos de família, se dizem envergonhadas e tristes por serem obrigadas a fazerem ligações ilegais para ter o fornecimento de água e energia elétrica, que se sentem muito mal por não terem endereço, seu sonho é ter um CEP e pagar suas contas de água e luz. Geralmente este tipo de situação é duramente criticada pelas pessoas de modo geral que dizem pagar a conta para quem faz “gato”, que fazer gato é um ato de corrupção. Embora eu não discorde disso, não pude deixar de ficar enternecida pela fala dessas mulheres e como isso rouba a dignidade delas. Outro dia, conversando com um funcionário da defesa civil, ele ficou surpreso e disse que nunca havia escutado um depoimento assim. Conversamos sobre algumas parcerias e ações possíveis, mas não é o caso de citá-las aqui. Muitas vezes, o que aparece para o senso comum, esconde outro algo que só a intimidade do sujeito pode dizer.

Nós educadores precisamos ter a consciência de que os resultados da nossa intervenção junto ao aluno, nem sempre aparecem quando estamos com ele a caminho. Aliás, muitos destes resultados não chegaremos a presenciar porque professores e estudantes permanecem juntos por um tempo e depois a vida de cada um continua, no seu fluxo. Mas isso não nos impede de promover

situações que dêem conta de promover conhecimento, autoconhecimento, autonomia, protagonismo ao nosso educando. Para mim, isto é um imperativo ético.

Para dizer a verdade, assim como Marcelo Tas, conforme ele mesmo coloca, eu também passei muitos anos da minha vida adormecida no que diz respeito a envolvimento ou engajamento nas questões políticas do meu país. Meu despertar não tem mais de 15 anos. Eu também já disse muitas vezes:

“Política não se discute” e muitas vezes votei no candidato que a mídia hegemônica me fez crer ser o mais confiável, usando os recursos que ela sabe usar muito bem para atingir as consciências ingênuas como a minha naquela época. Meu despertar ainda está em curso; aliás, agradeço muito à vida por esta oportunidade de realização deste trabalho. Aprendi muito com ele! Mas tenho a confiança de que também para alguns estudantes surtiu um efeito positivo, pelo menos houve um “abalo” no esquema mental de alguns deles, creio que alguns já não têm algumas ideias nocivas e reacionárias tais como : “ Política não se discute.”, “Não há nada que o povo possa fazer para mudar” como verdades absolutas, indubitáveis. A dúvida já é um bom caminho. Melhor do que a crença cega.

Achei muito interessante as questões levantadas pelos estudantes. Eles demonstraram conhecimento, crítica, coragem para questionar o parlamentar. Eu não sabia como o vereador as responderia; se seria mais objetivo ou se discorreria mais longamente sobre o assunto. Mesmo assim, eu não quis retirar nenhuma pergunta, pois achei todas muito importantes e como elas seriam repassadas a ele depois da entrevista, mais um motivo para que permanecessem.

Achei interessante quando o vereador, ao responder a pergunta 1 começa agradecendo pelo convite e pela parceria. Chamá-los de parceiros já os coloca em posição diferenciada, de pró-atividade e já aponta para a importância da ação coletiva. Ao responder esta questão o vereador colocou como dever de todo vereador conhecer a cidade, especialmente as comunidades mais carentes, e para isso deve visitá-las, o que, segundo ele, faz permanentemente.

Ao responder a pergunta 2, o vereador explicou a amplitude do fenômeno das ocupações desordenadas por toda a região metropolitana de Belo Horizonte e dos problemas que isto acarreta para os próprios moradores , explicou o processo de duplicação da BR, da morosidade do mesmo e das

responsabilidades dos governos Municipal, Estadual e Federal neste processo. Categorizou as ocupações como legítimas e explicou que por hora, o que pode se tomar são medidas paliativas como a construção de uma passarela, por exemplo. Explicou que há um projeto de solução em curso, mas não sabe quando ele vai se concretizar.

Na sequência respondeu a questão 10 e explicou que a falta de uma política pública de moradia é uma das causas da quantidade de pessoas hoje em Belo Horizonte, vivendo em situação de rua. Ao responder o que está sendo feito por elas, não foi claro e falou mais uma vez das medidas paliativas que são tomadas para melhorar pelo menos um pouco, a vida de moradores das vilas e dos aglomerados, comumente chamados de favelas, e disse mais uma vez que são medidas paliativas como melhorar a questão da iluminação, da segurança até que medidas mais definitivas sejam tomadas.

Ao responder a questão 3, o vereador valorizou a cultura produzida na periferia e a colocou não somente como uma expressão artística, mas também a possibilidade de vir a se tornar um meio de garantir a sobrevivência. Explicou que vários artistas do grafite de Belo Horizonte fazem sucesso no Brasil e no mundo e que assim como o grafite, a periferia produz cultura e deveria haver uma política pública para fomentar a cultura e que isso precisa chegar às comunidades da periferia. Criticou a postura do governo estadual que está aglutinado secretarias de esporte, cultura e turismo numa só. Mostrou-se feliz com a recriação da Secretaria de Cultura em Belo Horizonte, que havia sido extinta no governo Márcio Lacerda e contou sobre sua participação ativa no processo de reivindicação da recriação desta secretaria. **Falou** da necessidade de aproximação da comunidade para se descobrir ali as diversas manifestações artístico culturais existentes e reforçou a necessidade de o Estado fornecer recursos financeiros para que isso se efetive. Falou também da importância de escola e comunidade se manterem em constante diálogo.

Ao responder a questão 5, que fala especificamente sobre o analfabetismo e sobre a EJA em Belo Horizonte, o vereador se demorou mais. Começou convidando os presentes e toda a escola à comparecerem à Câmara dos Vereadores no dia 31 de abril, quando seria feita uma homenagem à EJA de Belo Horizonte por uma iniciativa dele. (Aliás, eu estive lá e pude compreender um pouco mais sobre o que é a EJA, através do depoimento dos próprios estudantes.

Fiquei muito emocionada!). Colocou a EJA como um grande desafio para educadores e também educandos. Deixou claro que educação de boa qualidade se faz com muito dinheiro e denunciou os cortes de verba que a Educação vem sofrendo, e sobre suas ações neste sentido, esclareceu que a EJA tem sido tema de constantes debates na Câmara.

Ao responder a questão 7, que fala sobre a área da saúde, o vereador explicou o que está ocorrendo no sistema de saúde em Belo Horizonte, porém creio que se perdeu no seu discurso porque não respondeu a pergunta. Creio que faltou alguém, alertá-lo para isso porque ele está engajado em várias ações na cidade voltadas para a saúde da população, porém não citou nenhuma.

Ao responder a pergunta 11, que fala do papel do vereador, especificamente o papel de fiscalizar o trabalho do prefeito, o vereador citou as CPIs que instaurou para fiscalizar o trabalho do prefeito anterior e também do atual e citou a criação de comissões para o mesmo fim. Explicou o que é uma CPI. Explicou sobre a lei Kandir, denunciou que há dinheiro da prefeitura de Belo Horizonte preso em Brasília e explicou que fiscaliza não só o cotidiano, mas as ações do governo municipal. Explicou que tem direito de acesso a toda a documentação, fazer a verificação documental e que pode, como vereador, se forem constatadas irregularidades, responsabilizar criminalmente o poder executivo e suas estruturas de poder.

A última pergunta feita ao vereador foi sobre as promessas que um vereador pode fazer em campanha e depois cumprir. Ele respondeu que a única coisa que promete é fazer aquilo que lhe compete. Explicou que vereador não executa obras porque se o fizer, estará cometendo um crime, pois isso cabe ao poder executivo. Explicou que o Parlamento é a Casa do Povo. Explicou que seu papel, além de criar projetos de lei que ajudem a melhorar a vida dos cidadãos, é cobrar e fiscalizar. Nas suas palavras: [...] “o legislativo que o máximo que pode fazer é criar projetos de lei que favoreçam o bem estar do povo, cobrar , fiscalizar. Aí bate lá na porta do prefeito e diz: Prefeito, temos que fazer uma URPV aqui no lixão, chegar o ponto de ônibus tal um pouquinho mais pra frente, verificar a questão x na escola Honorina Rabello, acelerar o processo de construção da passarela na Vila da Luz, possibilitar mais iluminação para a Vila da Luz, saneamento... a gente percebe que o poder público não se responsabiliza, aí nós

cobramos, insistimos... esse é o papel do vereador, então promessa eu não faço. Faço aquilo a que me propus a fazer, que é o papel real do vereador.”

A finalidade do trabalho foi alcançada, ou seja, os estudantes da EJA produziram um roteiro de entrevista baseado nos seus estudos e na sua observação e entrevistaram um vereador local. Isto foi um ato de protagonismo por parte deles e estava nos objetivos da proposta de trabalho. Os estudantes devem ser encorajados a ousarem mais e mais. Porém, o que ocorreu durante todo o processo foi de uma riqueza tão grande que fica impossível falar sobre tudo aqui.

Quanto à construção de uma consciência política e à compreensão do que seja cidadania, creio que será um movimento particular, cada um dos estudantes e das estudantes que se envolveram neste trabalho seguirá sua vida, revendo suas crenças, desmistificando a política, ou não, cada um no seu tempo, de acordo com as oportunidades que forem dadas. Talvez agora estejam mais instrumentalizados para identificarem estas oportunidades quando elas surgirem e para tomarem suas decisões com mais consciência; assim espero que esta ação tenha cumprido um papel emancipatório.

Aqueles que se mantiveram calados durante todo o processo, fica uma incógnita. O que isso tudo significou para eles? Não tenho como precisar. É algo com o qual terei que lidar.

Figura 6- Mesa composta pelo entrevistador R, pelo mediador RI e pelo vereador Gilson Reis



Fonte: foto produzida por uma aluna da EJA no dia da entrevista, em 04/04/2019

Figura 7 - Estudantes aguardando o início da entrevista, enquanto terminavam os preparativos



Fonte: foto produzida por mim no dia da entrevista, em 04/04/2019

## 5 NOTÍCIAS PÓS INTERVENÇÃO

Como eu disse na introdução deste trabalho, a minha intenção ao voltar à universidade, era estreitar a relação entre a minha prática e a teoria produzida na academia. Sempre achei que as devolutivas da academia à EMHR deixaram a desejar haja visto as muitas vezes que contou com aquela comunidade escolar para a realização de suas pesquisas. Sendo assim, resolvi dar algumas notícias à EJA sobre questões que os estudantes abordaram na entrevista. Não há aqui a intenção de dar a devolutiva sobre o trabalho do vereador entrevistado, mesmo porque não sabemos por quais vias algumas coisas aconteceram. Não investigamos a respeito. Mas achei importante dar este retorno a eles, mostrar que quando nos movimentamos algo acontece. Há mais que podemos fazer além de questionar; também devemos ser propositivos.

1) Na primeira segunda-feira após a entrevista com o vereador, uma das funcionárias da escola e também aluna da EJA chegou até a mim muito eufórica: “Angélica, você viu que coisa linda que fizeram ali no lixão da rua de trás?” Ao responder que não sabia do que se tratava, ela me disse: “Vamos lá. Vou te mostrar. Você vai amar!”

De fato, quando cheguei ao local, fiquei muito encantada. Um morador da comunidade removeu o lixo que havia em frente a casa dele e fez um jardim com plantas que exigem pouca água e uma placa de papelão com os dizeres: ‘Não jogue lixo neste jardim.’

Figuras 8 e 9 Lixão na vizinhança da escola Figura 9: Jardim feito no antigo lixão



Fonte: fotos produzida por mim

## 2) Jornal Mural

Após a execução das atividades do primeiro semestre, a professora Gislaiane fez um jornal mural publicando as ações realizadas na escola, inclusive a Interlocução entre a EJA e o poder público.

Figura 10: Jornal Honorama da EJA



Fonte: foto produzida por mim

3) Foi noticiado no jornal O TEMPO em 21/10/19 – 14h42, em reportagem de Jaki Barbosa , que o ex prefeito Márcio Lacerda foi indiciado pela Polícia Federal por irregularidades na sua gestão , com relação às construções da EMEIs – Unidade Municipal de Educação Infantil.

4) O Jardim Belmont , citado pelos estudantes da EJA como antigo espaço de lazer e hoje abandonado será o primeiro de uma série de parques de Belo Horizonte que serão revitalizados para uso da comunidade e também para os estudantes do PEI. Esta notícia foi dada aos Professores Coordenadores do PEI da regional Nordeste em reunião pela gerente da citada Regional, Senhora Márcia Ambrósio.

5) As ruas no entorno da escola antes sem pintura nem sinalização adequadas, foram pintadas.

Figura 11: Ruas no entorno da escola



Fonte: foto produzida por mim

6) A EJA da EMHR foi convidada juntamente com a Escola Municipal José Maria dos Mares Guia, pela Câmara dos Vereadores, a participar de um projeto piloto chamado A EJA NA CÂMARA. O tema escolhido pelos alunos da EMHR foi Saúde.

O projeto está nos anexos.

Figuras 12 e 13: Alunos da EJA no projeto Câmara



Fonte: fotos tiradas pela coordenadora da EJA Cristina Guimarães

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema trabalhado na análise deste trabalho é inesgotável, então, por mais que se escreva sobre este assunto, ele abrirá novos questionamentos e fará novos apontamentos como uma cadeia de significantes. Isto pela natureza do assunto e também pelo momento político pelo qual o Brasil passa na atualidade.

Quanto aos efeitos educativos que ele provocou posso dizer, com certeza, do que ele provocou em mim. Posso falar do quanto me instruí, do quanto compreendi melhor a política no Brasil atual, na América Latina e no mundo. Posso falar do quanto ele me aproximou do público da EJA e do quanto apurou o meu olhar sobre esta modalidade de ensino, claro juntamente com o próprio curso de especialização em EJA oferecido pelo Laseb.

Quanto aos efeitos que ele provocou nos estudantes, nada posso afirmar com absoluta certeza porque todo este trabalho aborda o estudante no seu esquema mental, nas suas crenças, no seu desejo e isto tudo é da ordem do subjetivo. Não há como eu precisar que nível de significância ele teve na vida dos estudantes. A análise que fiz foi baseada em falas que dizem muito, mas não dizem tudo. Eu faço suposições e até arrisco a dizer que umas podem ser muito acertadas, mas afirmar com toda certeza seria ousadia demais. O presente trabalho trata-se de uma intervenção a curto prazo, não de um trabalho desenvolvido num prazo mais dilatado. Arrisco a dizer que foi um bom trabalho e promoveu uma situação de aprendizagem, dinamizou as aulas, congregou os profissionais da escola em um objetivo comum e marcou positivamente muitos estudantes porque até hoje quando me veem na escola à noite, me perguntam por que não fui mais dar aula pra eles, se eu vou voltar, me contaram que estão participando do projeto câmara EJA.

O uso das mídias como instrumento educativo também é outro assunto que poderia ser mais trabalhado na análise, porém é também muito rico, e merece ser tratado com mais especificidade. Porém um fato curioso me mostrou o quanto a linguagem midiática é poderosa e pode ser usada de forma positiva nas aulas que ministramos. Quando fiz a aula no auditório sobre os três poderes: Legislativo, Executivo e o Judiciário, antes de passar os vídeos fiz uma pergunta: “A qual dos três poderes o vereador faz parte?” As respostas foram bastante vagas, confusas e, ao final, sem dar nenhuma explicação extra, ao repetir a pergunta, a resposta

foi unânime: “Ao Legislativo.” Então, Embora não possamos ter respostas imediatas ao trabalho educativo que fazemos, uma vez que estas são no nível atitudinal e nem sempre podemos presenciar os resultados da nossa ação, pois eles podem ocorrer quando professor e aluno já não estão mais juntos a caminho, podemos planejar o nosso trabalho de modo que os resultados apareçam e isso seja revelado ao estudante. É preciso ensiná-lo a ir tomando consciência da sua própria competência, do cabedal de conhecimento que ele construiu; isto é, a meu ver, um fator motivador para ele querer continuar no processo. Aprender dá prazer. Às vezes a pessoa sabe, mas não tem consciência disso.

Pude perceber com esta ação, o quanto o trabalho coletivo tem força e como é importante envolver o máximo de pessoas possível. Por isso, ter um Projeto Político Pedagógico bem feito, resultado do engajamento do máximo de pessoas da comunidade escolar, tende a ser um valioso instrumento que venha até a garantir um ensino de excelente qualidade de uma escola porque os projetos, as posturas, as condutas não estarão personificados nas individualidades, nas/nos professoras/res x ou y; mas estarão registrados num documento, serão fruto do desejo daquela coletividade e norteará o trabalho daquela instituição, cujos profissionais estarão envolvidos e engajados numa mesma causa que é oferecer um ensino de boa qualidade.

Muito mais eu teria a dizer, mas é hora de ir ficando por aqui.

A você, caro colega, que se dedicou a ler este trabalho até aqui, agradeço a gentileza e espero, sinceramente, que ele tenha, de alguma forma tocado seu coração e sua consciência e que seja, em certa medida, um convite para que você também faça uma análise crítica do seu fazer pedagógico seja para reafirmar o que já pratica ou redirecionar se for o caso.

A EJA, digo que foi um prazer estar mais perto de você. Agradeço a oportunidade. Seguramente, você já faz parte da minha vida. Estarei atenta aos sinais que a vida continuará a me dar e então, quem sabe, nos encontraremos de novo...

**REFERÊNCIAS:**

BIFFI, Patrícia Cecy. Educação de Jovens e Adultos: uma retomada à cidadania. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017

CÂMARA, Paulo, Como o projeto de um vereador torna-se lei municipal, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sKBTs9hKasc> . Acesso em 04/02/2019

CAMARGO, Orson. "Conceito de Cidadania"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cidadania-ou-estadania.htm>. Acesso em 09 de setembro de 2019

CANCIAN, Renato, Cultura política - abordagem culturalista - Estudos foram influenciados pelo determinismo. Especial para a Página 3. Pedagogia & Comunicação,  
Disponível em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/cultura-politica--abordagem-culturalista-estudos-foram-influenciados-pelo-determinismo.htm>.  
Acesso em 15/10/2019

CORTELLA, Mario Sérgio e TAS , Marcelo. Basta de cidadania obscena!. São Paulo: Papirus 7 Mares, 2017.

Diário Oficial do Município – DOM.

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=903243>

DO NASCIMENTO, Ulisses Alves . O que é Accountability e como fortalece a democracia?18/02/2019. Disponível em <https://www.clp.org.br/o-que-e-accountability/> Acesso em 16/10/2019

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LINS, Marcelo /Milênio/GloboNews – 29.04.201. Disponível em <https://www.fronteiras.com/entrevistas/a-fluidez-do-mundo-liquido-de-zygmuntbauman> – Acesso em 21/10/2019

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoleti, Ensino - As abordagens do processo, São Paulo. E.P.U. , 1992,(Temas básicos de educação e ensino)

MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia- Lições da experiência brasileira. RBCS Vol. 23 nº 66//fevereiro/2008

MONTI, Milton, O que são os três poderes, Política sem Mistérios, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=E7EjZgcp1bM>– Acesso em 04/02/2019

OLIVEIRA, Inês Barbosa de, PAIVA Jane , PASSOS, Mailsa Carla Pinto . Currículo em EJA: práticas culturais, direito de aprender por toda vida e ecologia de saberes. Universidade do Rio de Janeiro. Revista Educação em Questão, v54, n. 42, set./dez.2016

RENNÓ, Lúcio, Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes, 1998.

SOUZA, João Valdir Alves de; DINIZ, Margareth; OLIVEIRA, Miria G.. (ORG.). FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS) E CONDIÇÃO DOCENTE. Belo HORIZONTE: Editora DA ufmg, 2014

VILAR, Joelma Carvalho e ANJOS, Isa Regina Santos . Currículo e Prática Pedagógicas na Educação de Jovens e Adulto. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.7, n.1, p.86-96, Janeiro a Abril de 2014

O que é cidadania – Câmara dos Deputados – mp4, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xF0JJ-fosys> – Acesso em 04/02/2019

O que é poder legislativo, executivo e judiciário- mp4, Palavras simples, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OZkW0UhrBSQ> – Acesso em 04/02/2019  
Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/09/folhinha/10.html> –

Acesso em 11/11/2019

Disponível em  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34784&Itemid=432](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432) – Acesso em 26/11/2019

## ANEXOS

## Exemplares dos textos produzidos pelos estudantes

22/03/19

Trabalho de Português  
Observação do local  
Onde voce mora

Nome: Erica da Silva França  
 Sala: 2  
 Professora: Gislaine      Serie: 6<sup>ª</sup>

Meu dia foi eu abri o portão do de casa com a BR 262, e disse para baixo tem muitos carros, logo na esquerda tem uma casa onde não dá entrada todos, tipos de lixo, desde o reciclável, até entulhos animais mortos, etc. continuando no meu caminho tem casas, bar, uma construção recente de uma padaria que veio a melhora dos meladores da vila da luz, pois temo muitos meladores em torno da BR e para ter a certeza a escola flonrina Fabelo temo que atravessar a BR 381 seja vizinha ou com meus filhos que também, estudam na escola.

As ruas são pavimentadas e estão em bom estado pois como disse a BR. O saneamento básico é regular pois não a rede de esgoto em toda vila, alguns não rede aberta há também um coveiro a céu aberto onde tem varios carros em terraço. O caminho do lixo passa acho que 1 vez na semana.

Os senadores e deputados federais.

No Brasil, o poder legislativo é composto pela Câmara dos deputados (que representa o cidadão brasileiro) e pelo Senado Federal (que representa os estados e o Distrito Federal) formando o Congresso Nacional, que se localiza em Brasília.

## Quem é Gilson Reis

Nascido pela Marizante, em 1963, Gilson Reis (PC de B) atua, há três décadas, em defesa da educação, da valorização do trabalhador e dos movimentos sociais. É professor de biologia e exerce o segundo mandato de vereador na capital mineira. Gilson foi presidente do sindicato dos presidentes do sindicato dos professores de Minas Gerais e atual presidente (licenciado) da confederação nacional dos trabalhadores em estabelecimento de ensino.

Juro  
Bom Trabalho!  
26/03/19

com relação ao posto de saúde como fontes outras, deixa a desejar, pois muitos vezes não somos atendidos com dignidade, na minha equipe médica falta médico de dia, portanto ao posto de saúde do Goiânia (B) há em cada vila tem uma equipe muito das vezes falta medicação.

Na vila em si não temos área de lazer, temos no bairro Goiânia no sábado e domingo, na escola aberta no nome Rabelho muitas fontes de lazer como jogos, pintura, acesso a internet, biblioteca e a cultura que é mais importante.

A escola é maravilhosa e sim é suficiente.

gostaria de dizer da necessidade da área de lazer com, por exemplo: uma academia pública e também acesso a regulamentação de padrões de água. Para podermos ter um comprovante de residência.

$\frac{26}{59}$ 

A observação do local onde mora.

Vive muitas coisas no meu bairro como ruas ruins, ruas sem segurança e sem sinalização, tem pouca iluminação onde mora, o posto de saúde atende bem, a coleta de lixo é boa. Não há espaços de lazer suficientes para crianças, adultos e idosos;

Deveria ter mais escolas próximas do bairro e também transporte escolar, mais policiamento nas ruas tanto de dia quanto à noite. A pergunta que tenho para Gilson Ruiz é: O que ele tem em mente para nossa população?

## TEXTO TRABALHADO PELA PROFESSORA



Escola Municipal Honorina Rabello – EJA

Língua Portuguesa

DATA: ...../...../.....

### AGIR CRISTÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Com a frase “serás libertado pelo direito e pela justiça” a Campanha da Fraternidade de 2019 é sobre “FRATERNIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS”

Decepcionados com a situação política brasileira, este tema toca numa ferida que muita gente prefere deixar quieta. Mas, ele é uma chance de sair da decepção e dar passos de renovação. Em vez de só esperar bons políticos, a gente toma iniciativas, formando uma rede de atuação prática e construtiva onde nós próprios participamos.

As políticas públicas são iniciativas para solucionar os mais diferentes problemas que se encontram na vida concreta e que dependem de alguma ação do governo federal, estadual ou local. São: sociais (exemplos: saúde, educação, moradia, previdência); econômicas (fiscais, industriais, comerciais...) administrativas (garantias democráticas, participação popular); setoriais (questões específicas como meio ambiente, etnias, culturas, minorias, diferenças de gêneros, direitos humanos).

Acontecem em forma de grupos que se organizam e solicitam medidas do governo em pontos específicos, por exemplo, abrir escola ou creche, ou unidade médica no bairro; melhorias sanitárias, atendimento a populações carentes. Podem nascer também de organizações comunitárias, para as quais se busca o incentivo público do governo. Por exemplo, quando se organiza na falta de coleta de lixo, buscando o apoio público para essa iniciativa. Outro exemplo são organizações de conselhos tutelares de pessoas vulneráveis e até mesmo de controle da ação do governo.

As políticas públicas são muito importantes, pois buscam soluções concretas para os problemas. Grandes sistemas de hoje como SUS, o Sistema Nacional de Juventude, ganharam corpo de esforços que nasceram das bases populares.

*Márcio Fabri dos Anjos*

*Revista de Aparecida - Fevereiro/2019*

## PRIMEIRO ROTEIRO DA ENTREVISTA

Levantamento de questões para serem feitas ao vereador Gilson Reis:

1. O que faz para melhorar os bairros e comunidades carentes?
2. Todas as famílias da Vila da Luz serão indenizadas? Se isto acontecer, qual é o prazo, ou em quanto tempo as pessoas terão acesso à indenização?
3. Em sua opinião, as crianças devem ter acesso ao lazer e à cultura? O que o senhor faz para garantir a eles esse direito?
4. O que está sendo feito para melhorar na área da saúde?
5. O que está sendo feito para melhorar as condições de trabalho de nossos professores e funcionários da educação?
6. Na área ambiental, o que está sendo feito para melhorar a nossa natureza?
7. O que está sendo feito para melhorar os direitos dos trabalhadores e aposentados?
8. O que está sendo feito para melhorar a segurança nos bairros?
9. Como o senhor fiscaliza o trabalho do atual prefeito de Belo Horizonte?
10. O senhor tem conhecimento que a comunidade vila da Luz, próxima da rodovia 262, não tem saneamento básico, que não há em vários pontos a coleta de lixo, que várias pessoas, inclusive crianças, já morreram atropeladas na rodovia? E que muita gente que vive nesta comunidade gostaria de ter a sua água e energia elétrica regularizadas, bem como ter um endereço?

## SEGUNDO ROTEIRO DE ENTREVISTA – REVISADO E RECONSTRUÍDO COLETIVAMENTE

EJA da Escola Municipal Honorina Rabello entrevista o vereador Gilson Reis

03/04/2019

Entrevistador(a):

---

Boa noite, vereador Gilson Reis, meu nome é \_\_\_\_\_, sou alun\_ da EJA e estou aqui representando os estudantes da nossa escola. É um prazer recebê-lo para esta entrevista. Seja bem-vindo! Preparamos algumas perguntas relacionadas com nossa vida cotidiana e também relacionadas ao seu trabalho de parlamentar. Vamos a elas:

1. O que o senhor faz para conhecer e melhorar os bairros e as comunidades mais pobres?
2. O senhor tem conhecimento de que a comunidade da Vila da Luz, próxima da Rodovia 262, não tem saneamento básico, que em vários pontos não há coleta de lixo; várias pessoas, inclusive crianças já morreram atropeladas na rodovia? Que as pessoas não podem circular tranquilas porque não têm segurança? Que em dias de chuva muito forte a água invade nossas casas? E que muita gente que mora nesta comunidade gostaria de ter a sua água e energia elétrica regularizadas? Que gostaria de ter um endereço?

Há na câmara algum projeto que visa melhorar a vida dos moradores da Vila da Luz assim como outros aglomerados vizinhos daqui?

3. As crianças e os jovens têm direito ao lazer e à cultura. O que o senhor tem feito para garantir este direito a estas pessoas, especialmente as das comunidades carentes como é o nosso caso?
4. O que está sendo feito pela Prefeitura para melhorar as condições de trabalho dos nossos professores e trabalhadores em Educação?
5. Em Belo Horizonte há muitas pessoas analfabetas, porém há poucas escolas de EJA. Inclusive a Secretaria de Educação nem lota mais

professores na EJA. O que o senhor pensa sobre isso? Tem movido alguma ação para solucionar este problema?

6. Há algum projeto seu ou de outro vereador que visa a melhoria da prática de esportes nas escolas?

7. O que o senhor tem feito na área da saúde em favor da população?

8. E na área do meio ambiente, o senhor tem algum projeto? Sabemos que muitas áreas verdes que poderiam ser transformadas em parque ecológicos estão sendo destruídas pelo mercado imobiliário. Recentemente uma fazendinha do nosso bairro foi transformada em condomínio. O Parque Belmont está abandonado. Qual é a sua posição com relação a isso?

9. Como o senhor vê a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência? Elas favorecem os trabalhadores?

10.) Há muita gente vivendo nas ruas de Belo Horizonte. Hoje são mais de sete mil pessoas vivendo nas ruas de BH. Por que isto está acontecendo?

O que está sendo feito por elas?

11. Estudamos que o papel do vereador é representar o povo, criar e votar leis e fiscalizar. Como o senhor fiscaliza o trabalho do prefeito?

12. O que um vereador pode prometer em campanha e depois de eleito, tem condições realmente de cumprir?

## ENTREVISTA

**R.-** “Boa noite, vereador Gilson Reis, meu nome é **R.** , sou aluno da EJA e estou aqui representando os estudantes da nossa escola. É um prazer recebê-lo para esta entrevista. Seja bem-vindo! Preparamos algumas perguntas relacionadas com nossa vida cotidiana e também relacionadas ao seu trabalho de parlamentar. Vamos a elas:”

1) **R** - O que o senhor faz para conhecer e melhorar os bairros e as comunidades mais pobres?

**Gilson Reis:** ... Então, pessoal, o que a gente sempre faz para conhece comunidades... O papel do vereador que tenha engajamento , no seu projeto de vereador, o que ele mais que permanentemente faz , é visitar comunidades, né? Eu diria pra vocês que um vereador que tenha realmente responsabilidade com seu mandato, tem como compromisso, como missão no processo a necessidade de estar sempre próximo das comunidades. (...) nós temos participado de um conjunto de discussões em torno aqui da região Nordeste da cidade. Por exemplo ,houve um assassinato de uma pessoa que tomava conta da URPV, então a prefeitura descartou o processo da URPV . Reunimos-nos duas vezes com o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) para poder voltar a ocupar aquele espaço como URPV, transformar uma parte daquela área que é grande, numa horta comunitária; esse projeto passou duas vezes pelo DNIT,...pela prefeitura e está para ser instalado . A mudança do ponto de ônibus que era aqui perto da Tubonal foi mudado para mais próximo da comunidade, isso aconteceu no final do ano passado ou no início deste, foi uma reivindicação desta comunidade. Aqui na Regional Nordeste nós temos muitos problemas, por exemplo, aqui na região do Ribeiro de Abreu com o Ribeirão do Onça , está agora num processo de construção de um parque linear que vai tomar uma grande parte daquele ribeirão, inclusive de área de lazer para a comunidade da região NE e um conjunto de outras áreas que nós temos tentado acompanhar. O que nós temos feito ao longo desse processo, nesses seis anos e meio de mandato, é visitar

dezenas de comunidades. (...) Eu diria que Belo Horizonte tem muitos problemas e eles são de diversas naturezas. E como não houve uma coordenação no seu processo de urbanização, as pessoas sentem a necessidade de ocupação dos espaços públicos. Falando especificamente aqui desta região, a ocupação foi feita em alguns locais, de forma desordenada porque não houve e não há uma política pública consistente de moradia popular, o programa da prefeitura que havia foi desfeito no governo Márcio Lacerda, ele acabou com todos os programas de habitação popular da cidade, incorporou o programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal que também foi desarticulado e nós não temos hoje uma política pública de moradia. E nós temos na cidade, milhares de famílias sem casassem lugar para morar. Então grande parte dos problemas que nós temos é justamente a ausência de moradia e a necessidade que as pessoas têm de ter um local para morar. Na ausência do estado e do município, as pessoas buscam as ocupações que são legítimas porque, na medida em que você não tem como pagar um aluguel, comprar um apartamento ou uma casa, a última alternativa que as comunidades buscam é justamente ocupar o espaço público que também pertence à comunidade e onde ela vai tentar melhorar um pouco sua condição de vida. Muitos desses problemas aparecem aqui nesse vídeo e que provavelmente nós vamos discutir ao longo da nossa conversa.”

2) **R.-** “O senhor tem conhecimento de que a comunidade da Vila da Luz, próxima da Rodovia 262, não tem saneamento básico, que em vários pontos não há coleta de lixo; várias pessoas, inclusive crianças já morreram atropeladas na rodovia?

Que as pessoas não podem circular tranquilas porque não têm segurança?

Que em dias de chuva muito forte a água invade nossas casas?

E que muita gente que mora nesta comunidade gostaria de ter a sua água e energia elétrica regularizadas? Que gostaria de ter um endereço?

Há na câmara algum projeto que visa melhorar a vida dos moradores da Vila da Luz assim como outros aglomerados vizinhos daqui?”

**Gilson Reis.** - Temos conhecimento deste problema, ele tem sido discutido na Câmara, existe um programa chamado Padrão Rodoviário envolvendo várias

comunidades ,são centenas de milhares de famílias que moram nessa condição no anel rodoviário(...) sabemos dos problemas de deslocamento que as pessoas das comunidades geralmente têm, esta passarela também foi tema de debate na Câmara Municipal ...existe um projeto...não sei se vocês sabem ,mas o anel rodoviário pertence ao governo federal ,então há uma disputa entre o Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal. O que fazer com as comunidades do anel rodoviário, que tem problemas em toda a sua extensão: os acidentes, principalmente na região do Betânia,... Então qual a alternativa apresentada ao longo deste período para resolver o problema não só dessa comunidade aqui da Vila da Luz, mas de todas as pessoas que vivem no entorno do anel rodoviário : Existe um processo de duplicação da rodovia 262, que está atrasado inclusive, estas obras já deveriam estar prontas, mas desde 2015 e 2016 estas obras foram enterradas. E a duplicação da 262 implica na duplicação do anel rodoviário e neste projeto está prevista a retirada dessas pessoas dessas comunidades e dar a elas moradias na própria região ou em outras regiões. Então existe o projeto que é do Governo Federal, que é responsável pela obra,em parceria com o Governo Estadual e Municipal que busca reconstruir toda a malha rodoviária desta via que envolve não só a sua duplicação, mas o deslocamento das pessoas que vivem no seu entorno. Nós vimos aqui imagens de pessoas que moram a um metro ou um metro e meio da rodovia. Isso não tem a menor condição! As pessoas, por falta de opção de adquirir uma moradia, vão ocupando desordenadamente os locais, causando problemas estruturais que vocês convivem no seu dia a dia. Mas existe um projeto em curso que nós não sabemos quando ele será plenamente executado que é a duplicação da BR, a duplicação do anel rodoviário e construção de moradias para resolver os problemas que esta situação envolve. Enquanto isso vai se tomando medidas paliativas que é a construção de uma passarela, que vão resolvendo os problemas em parte.

10)R.- “ Há muita gente vivendo nas ruas de Belo Horizonte. Hoje são mais de sete mil pessoas vivendo nas ruas de BH. Por que isto está acontecendo? O que está sendo feito por elas?”

**Gilson Reis:** O problema é o seguinte: a partir do momento em que o Governo Federal, o Estado, o Município não têm uma política pública de moradia, as pessoas vão buscar a sua própria condição, de forma legítima, como eu já disse anteriormente, e na medida em que ocupam, e essa ocupação ocorre de forma desordenada, todas as essas pessoas vão estar envolvidas nos problemas estruturais que este tipo de situação cria, e isto terá implicações na vida dessas pessoas, não só o problema da segurança, mas também de educação, a falta de saneamento, adoecimento, morte por atropelamento, morte por falta de iluminação...Eu lembro que nós tivemos uma situação aqui no início do ano que, da Tubonal até mais a frente, no "lixão", não havia iluminação...Então houve caso de estupro, pessoas que foram perseguidas, ação de bandidos, tráfico de drogas...um conjunto de problemas decorrentes desta falta de iluminação. Então, nós precisamos pensar de como serão resolvidos estrategicamente os problemas, porque se tiver a definição, já existe a definição, mas prazos regulamentados de que as comunidades que estão no entorno terão um prazo de seis meses, um ano, dois anos, para que possam ser deslocadas de maneira que tenham uma vida melhor, mais digna, pode ser que a gente possa tomar medidas paliativas, mas na medida em que não existe um cronograma do governo federal com relação a esta obra e as famílias que já poderiam estar vivendo uma outra condição de vida continuam vivendo de forma precaríssima, é necessário que se resolva pelo menos parte dos problemas que essas pessoas vivem no dia a dia, por exemplo, a questão da segurança, da iluminação, aí é preciso um conjunto de ações que vão culminar na melhoria das condições de vida dessas pessoas até que se espere as obras e as medidas que vão resolver de forma mais definitiva os problemas dessas comunidades. Nesse período de transição é necessário cuidar de melhoras condições cotidianas dessas famílias."

3) **R.** - As crianças e os jovens têm direito ao lazer e à cultura. O que o senhor tem feito para garantir este direito a estas pessoas, especialmente as das comunidades carentes como é o nosso caso?

**Gilson Reis:** - Eu cheguei um pouco atrasado aqui, em torno de uns quinze, vinte minutos porque nós estávamos agora a pouco na porta do Palácio das Artes, protestando e denunciando o governo estadual que está concentrando várias secretarias que são as de esporte, turismo, cultura numa única secretaria. Isso implica em quê? Na diminuição de uma política pública de cultura em todo o estado de Minas Gerais, ou seja, a ausência da política cultural vai refletir num conjunto da sociedade, mas principalmente nas comunidades que estariam de alguma forma, (...) sem espaço para ter acesso a recursos públicos para o desenvolvimento de projetos culturais. Nós podemos citar como exemplo, a própria escola..., no seu entorno..., há artistas com certeza. As comunidades do hip hop, que com certeza, comunidades deste tipo aqui na região, ou outras formas de culturas que existem várias porque Belo Horizonte é uma cidade com intensa malha cultural, diversa, intensa... Então na medida em que você tem a ausência do Estado e do Município, no caso de Belo Horizonte, nós tivemos uma grande luta porque aqui não havia Secretaria Municipal de Cultura e nós então apresentamos no início da gestão deste atual prefeito a necessidade de retomar a Secretaria de Cultura, ela voltou e hoje (... ) dessa secretaria. Então nós temos que trabalhar no sentido de ter uma política pública de cultura, que essa política chegue ao interior das comunidades,,no interior das escolas , nos espaços físicos das comunidades e que ela possa ser reproduzida representando a diversidade E penso que a cultura; este é um debate que eu estava fazendo no Palácio das Artes, Rodrigo, agora há pouco, que a cultura não é só reprodução da arte em suas várias dimensões. A cultura pode representar hoje, por exemplo, a sobrevivência. Nós temos hoje muitos grafiteiros que vieram das periferias começaram a sua formação, começaram o que hoje é a sua arte, às vezes, fazendo uma pichação , muitas vezes de questionamento à sociedade e hoje estão espalhados pelo mundo, fazendo muita coisa linda. Centenas de jovens participaram de um projeto chamado Guarnica que estabeleceu um projeto de política pública para grafiteiros na cidade, e hoje muitos deles estão por aí, pelo mundo, fazendo arte urbana através do grafite. E isso é no Brasil todo. Estou aqui dando um exemplo de que se você tiver uma política pública que aproxime da comunidade, estabeleça relações, que traga a cultura para as comunidades e que também a ajude a desenvolver potencialmente suas culturas, ela pode não só

transformar a cultura local, mas isso pode também se desdobrar em recursos, em renda, em salários, em possibilidade, inclusive, de sobrevivência.

Então o que precisamos fazer permanentemente é conduzir, construir e, para, além disso, nós precisamos estabelecer relações para que as comunidades possam desenvolver a sua cultura popular; por exemplo, a culturas nas guardas de congado, de festa junina, a sua cultura que é múltipla, né? Muitas vezes, há pessoas que vieram com diferentes experiências culturais de outras regiões do estado e até mesmo do país e, muitas vezes, se sentem cerceadas, impedidas da possibilidade de desenvolver as culturas que estão intrincadas, estão contidas no processo cultural e no seu próprio processo de formação . É preciso que o Estado cumpra a função , não só com a juventude ,mas principalmente para ela porque o jovem precisa ter com o que se ocupar, não só na cultura, mas também nos esportes, em outras áreas e assim desenvolver todas as suas potencialidades. Esta é uma política que deveria ser, ao contrário do que o Zema está fazendo em Minas Gerais e outro prefeito fez em Belo Horizonte,, ao invés de fechar Secretaria de Cultura e não desenvolver projetos culturais de forma intensa, é preciso ampliar a ação e os recursos da secretaria de cultura e desenvolver projetos que possam intensificar a discussão de uma política social sob todas essas variáveis que eu aqui falei.

5) **R.** - Em Belo Horizonte há muitas pessoas analfabetas, porém há poucas escolas de EJA. Inclusive a Secretaria de Educação nem lota mais professores na EJA. O que o senhor pensa sobre isso?

Tem movido alguma ação para solucionar este problema?

**Gilson Reis.**- "Vou aproveitar e fazer aqui um convite a vocês. Dia 30 ou 31 de abril , não me lembro direito a data, confirmo depois com vocês, nós vamos fazer um encontro de EJA de Belo Horizonte. Nós queremos fazer um debate sobre o papel da EJA aqui da nossa cidade, será na Câmara Municipal, eu convido a escola. Primeiro, nós temos uma parcela enorme de pessoas que ainda não tiveram acesso à educação, pessoas analfabetas como são citadas na pergunta, né? É preciso a gente compreender primeiro que uma parcela significativa de pessoas que chegaram a escola durante um período aí de 15, vinte anos,

algumas nem chegaram ainda, são pessoas ...ou gerações de pessoas que nunca tiveram a possibilidade de ingressar numa escola quando crianças ou jovens. Nós temos no Brasil ainda, apesar da universalização do Ensino Fundamental nos últimos anos, nos últimos dez, treze anos, nós temos ainda um papel a cumprir no processo de inclusão das pessoas no processo de alfabetização e no processo desenvolvido no interior das escolas. Posso imaginar como é difícil isso, por exemplo, para uma família, onde o pai, o avô, o bisavô, o tataravô... Todas as gerações passadas, nunca pisaram numa escola, nunca tiveram acesso a uma escola; então essas famílias às vezes, não compreendem a dimensão e a importância no processo de formação individual e coletiva e de como a educação pode transformar ou capacitar esses jovens e adultos, dando-lhe novas possibilidades não só no mundo do trabalho, mas na sua formação intelectual, na sua formação enquanto cidadão, como nós vimos no vídeo que vocês apresentaram. Então é um desafio permanente da escola, essa parcela da sociedade que nunca teve acesso à escola, eu diria que vocês diretores e professores têm que ter muita, mas muita dedicação, preocupação, muito empenho para garantir a essas pessoas que a escola seja um espaço de não só recepcioná-las, mas de integrá-las na comunidade, na sociedade. Desenvolver projetos que possam trazer essas pessoas à escola e convencê-las da importância que é estar estudando, estar aprendendo, se formando, construindo o processo de conhecimento, porque é isso que faz as pessoas se transformarem. E a escola é este espaço, vamos dizer assim, revolucionário, no sentido de que é capaz de transformar as pessoas, de transformar a sociedade no seu entorno, possibilitar que as pessoas saiam de uma condição desfavorável, tanto do ponto de vista material quanto intelectual, e possibilitar a elas construir uma nova realidade. Este é um grande desafio. E este desafio se faz com muito dinheiro, com valorização do professor, do profissional da educação, com valorização do espaço da educação. Vou citar a Escola de Tempo Integral que tem a ver com vincular a escola com a comunidade no seu entorno, é um exemplo de como a escola pode se comunicar com a cultura local, com o esporte local, com os problemas locais, com a questão ambiental local, ou seja, é um exemplo de como a escola se integra a esta comunidade, por isso que é integrada. Ela poderia acontecer no próprio espaço físico da escola, mas como fazer isso se a escola não tem às

vezes, uma quadra com dimensões apropriadas para a prática de esportes, não tem bibliotecas, não tem área de teatro, não tem laboratório, não tem estrutura capaz de recepcionar o aluno para que ele possa desenvolver suas possibilidades ao longo da sua vida escolar. Porque uma escola sem capacidade de incorporar outras atividades ao longo do dia, será uma escola com pouca capacidade de atrair os alunos. Este é um assunto que temos debatido também na Câmara, porque a Escola Integrada tem que ser um Programa que tranquilize as famílias sobre onde deixar seus filhos para poderem trabalhar, estudar, mas também tem que ser um programa que possibilite ao aluno desenvolver suas potencialidades. Porém há uma política da Prefeitura de desvalorização deste Programa, inclusive com diminuição de recursos do caixa escolar. Este é um assunto que vamos tratar também porque não podemos permitir que este avanço que foi a Escola Integrada seja destruído. Isso precisa ser tratado porque ,na medida em que vai diminuindo recursos do caixa escolar, que é responsável por contratar pessoal e oficinas, diminui também as possibilidades de ação do Programa.”

7) **R.-** “ O que o senhor tem feito na área da saúde em favor da população?”

**Gilson Reis:** “Outro tema também importante, a saúde. Talvez o maior problema da saúde em Belo Horizonte é nós temos aí cerca de 140 postos de saúde na cidade ( aproximadamente) e nós temos aí em torno de 80, 90 postos de saúde que não têm a menor condição de sobreviver, e temos aí problemas estruturais. Vamos voltar aqui pra região Nordeste. Esta região recebeu nos últimos anos , um conjunto de políticas públicas de moradia . Foram construídos vários conjuntos habitacionais e isso trouxe várias pessoas para a região, e nós temos postos de saúde que atendiam as pessoas da região e na medida em que foram chegando mais pessoas, os postos não foram capazes de absorver as necessidades dessa população e não foram criados novos postos de saúde. A cidade tem este desafio: criar postos de saúde que dêem conta da demanda real de cada região, pois hoje as equipes de médicos família, os ACS - Agentes Comunitários de Saúde e os ACE- Agentes de Combate às Endemias estão sobrecarregados, o que tem acarretado uma precarização do serviço de saúde oferecido pela cidade. E nós temos consciência de que essa função realizada pelos postos de saúde, que é

feita pela equipes médico família e dos agentes de saúde que é acompanhar a saúde das famílias, visitar e acompanhar as famílias, pessoas com doenças crônicas e com outras dificuldades de saúde é fundamental e precisa funcionar melhor. Para além disso há a necessidade de mais UPAS na região – que são unidades de saúde de mais intensidade, que atende pessoas que sofrem certos acidentes como quebrar o braço, por exemplo, e também falta e hospitais na região. Hoje grande parte das pessoas desta região é atendida no hospital Odilon Behrens ou no Risoleta Neves que são dois hospitais públicos que atendem pelo SUS. Então há uma preocupação nossa aí, pessoal, e nós precisamos discutir. O governo Temer aprovou uma lei chamada emenda 95, que congelou todos os recursos da saúde e da educação pelos próximos 20 anos, então muitos cortes na saúde e na educação já estão sendo realizados em função da falta de recursos na saúde pública do país, e nós temos que discutir porque, com certeza, a situação vai se agravar daqui para frente, vai implicar na diminuição de políticas públicas que favoreçam a saúde e a educação. Então, o debate político, hein pessoal, (neste momento, os estudantes mais jovens que estavam assentados nos degraus superiores da escada, mais à direita da arquibancada estavam muito agitados, falando muito alto), a questão da saúde é fundamental, estamos falando de coisas graves. . Agora mesmo, há quinze dias, foi cortado o orçamento federal de quinze bilhões e 700 milhões da educação e da saúde pública brasileira, no governo federal, no governo Bolsonaro que irá implicar na diminuição da aplicação das políticas públicas de saúde e de educação. Ou seja, o corte orçamentário chega também aos municípios. Isso causa muita preocupação porque vai implicar na piora da qualidade dos serviços de saúde pública que foi, sem dúvida, um dos maiores avanços, da constituição de 1988, através da criação do SUS - Sistema Único de Saúde que atende a todo pelas portas do sistema público. O Brasil, inclusive, é referência mundial por causa do Sistema Único de Saúde e nós estamos vendo o desmonte desse sistema pelas ações do governo Bolsonaro e também pelas ações do governo anterior comandado por Michel Temer. E o que temos hoje tende a piorar se não reverter a atual política haverá o agravamento da saúde pública bem como da educação.”

11)**R.** - Estudamos que o papel do vereador é representar o povo, criar e votar leis e fiscalizar. Como o senhor fiscaliza o trabalho do prefeito?

**Gilson Reis** .- O papel do vereador, do parlamentar, é legislar – criar leis para organizar a sociedade, para melhorar a vida das pessoas, é representar a sociedade, por isso é que se diz que o parlamento é a casa do povo, porque na medida em que uma parcela da sociedade elege um parlamentar, no caso, um vereador, esta parcela vai estar representada por ele, que deverá defender seus direitos e trabalhar pela melhoria da cidade como um todo. E a terceira função é o quê? Fiscalizar. Fiscalizar quem? O poder executivo: o prefeito. Porque quem executa o orçamento de 11 bilhões, o orçamento de Belo Horizonte é de 11 bilhões de reais no ano de 2019, quem executa obras, quem aplica o orçamento é o poder executivo, o prefeito, através das suas várias secretarias, das suas várias autarquias. E cabe ao vereador fiscalizar não só o orçamento, aonde ele está sendo aplicado, mas também como está sendo aplicado, se ele está garantindo uma boa política pública à sociedade, ou seja, não é só se foi aplicado, mas se seu retorno está sendo positivo para a sociedade, então eu faço isso permanentemente. Por exemplo, eu, como fiscal do executivo, executei neste três anos de mandato, três CPIs na Câmara Municipal- CPI é a sigla que significa Comissão Parlamentar de Inquérito. É o nome que é dado ao processo de investigação comandado pelo Poder Legislativo, e que tem o objetivo de averiguar algumas denúncias de irregularidades no setor público. A CPI da PBH Ativos, que tinha implicação na rede municipal de educação –foi uma CPI que investigou a transferência de recursos milionários do setor público da educação para o setor privado, no caso, a empresa Odebrech, na época de construção das UMEIS, o caso está na Polícia Federal, no Ministério Público passando por apuração; a CPI da mineração em BH porque tem envolvimento da prefeitura também na exploração minerária em Belo Horizonte, hoje mesmo eu estive na Polícia Federal e ela vai apurar estes fatos. Criei também uma comissão especial para apurar problemas do município relativos à lei Kandir. Esta lei estabelece o retorno tributário (retorno dos impostos) do governo federal para o estado de MG e para Belo Horizonte; pra vocês terem ideia, o governo deve a Minas Gerais, 140 bilhões de reais da Lei Kandir, e para o município de Belo Horizonte algo em torno de 6 a 7 bilhões de reais. Estes 6 a 7 bilhões de reais que o governo federal deve `a prefeitura daria para construir todas as escolas, todos os postos de saúde, todas as UPAs e sobraria dinheiro ainda. Este dinheiro está lá parado no Governo

Federal porque ele não nos repassou e nós temos hoje crise fiscal, que é a falta de dinheiro para executar as políticas públicas enquanto este dinheiro está lá, guardado nos cofres do governo federal. Então nós fizemos a denúncia disso e há um debate para que a prefeitura tenha acesso a este dinheiro para executar as obras, para ter garantia de sucesso para as comunidades, para as escolas. Então é dinheiro público que tem que retornar à sociedade. Então eu fiscalizo não só o cotidiano, mas as diversas ações do governo e tenho o direito e também o dever de criminalizar o poder executivo, se for o caso. Nós temos o direito de acesso a toda a documentação, fazer a verificação documental e a gente pode inclusive, se forem constatadas irregularidades, responsabilizarmos criminalmente o poder executivo as suas estruturas de poder.

12)R. - Que promessas um vereador pode fazer e realmente cumprir?

**Gilson Reis:** Eu não prometo nada... porque prometer as coisas quer dizer que você vai garantir a entrega daquilo. Eu diria pra vocês que o papel do vereador importante, decisivo, no processo da construção democrática, como eu disse, o Parlamento é a casa do povo, a casa das pessoas, que elas podem procurar... não só a pessoa, mas organizações como associações de moradores, associações de clube de futebol, associação de adolescentes ou grupos que lutam pela cultura, enfim uma série de questões e de organizações que envolvem o processo político democrático. Então, normalmente eu não faço promessas, sabe por quê? Porque o vereador, se construir um quebra mola... aqui na região há problemas com falta de quebra mola, não é? (reação do público: "É! É verdade!") Vocês falaram disso. Se eu fizesse um projeto para construção de um quebra mola para solucionar o problema que me foi apresentado, este projeto seria ilegal, porque um vereador não pode fazer nenhum projeto ou nada que implique em qualquer custo para o poder executivo. Então quem pode fazer obras para ajudar as comunidades, para o município, é o poder executivo. (grito de uma jovem). Nós podemos cobrar. Cobramos, denunciemos, pressionamos né? E muitas questões não são resolvidas porque são muitos problemas na cidade do tamanho que nós temos. E na verdade, muitas vezes, os recursos não garantem que todas as ações sejam efetivadas. Então nós temos um problema de muita

demanda e pouco recurso, apesar de ser um recurso bilionário que a prefeitura arrecada. Então é preciso muita clareza sobre o que eu faço. Eu fiscalizo, , pressiono o executivo a exercer a sua função de executar obras que possam ajudar as pessoas, vou fazer representações, vir aqui à escola conversar com vocês, discutir projetos de lei, construir projetos de lei, discutir questões com as comunidades e me empenhar para que elas sejam ouvidas e levadas em conta pelos poderes legislativo e executivo, então isso eu faço; mas não promessas sem retorno, porque geralmente quem promete, não entrega o que prometeu. Há certos vereadores de comunidade que antes de se candidatarem, têm muita luta, executam muitas atividades junto à comunidade, está ligado à igreja e a outras estruturas comunitárias, aí vira candidato, promete um monte de coisas e não entrega nada. Aí as pessoas reclamam: Tá vendo aquele deputado, aquele vereador? Quando não era vereador fazia um monte de coisa, candidatou, prometeu um monte de coisas, a gente acreditou e agora não faz nada! Porque há um limite real nas possibilidades de trabalho do vereador que está nessa interrelação entre o executivo ( que executa obras ), que trabalha com o orçamento ( o dinheiro) e o legislativo que o máximo que pode fazer é criar projetos de lei que favoreçam o bem estar do povo, cobrar , fiscalizar. Aí bate lá na porta do prefeito e diz: Prefeito, temos que fazer uma RPV aqui no lixão, chegar o ponto de ônibus tal um pouquinho mais pra frente, verificar a questão x na escola Honorina Rabello, acelerar o processo de construção da passarela na Vila da Luz, possibilitar mais iluminação para a vila da Luz, saneamento... a gente percebe que o poder público não se responsabiliza, aí nós cobramos, insistimos... esse é o papel do vereador, então promessa eu não faço. Faço aquilo a que me propus a fazer que é o papel real do vereador.

## **PROJETO CÂMARA EJA**

Detalhamento de atividades formativas

### **Encontro 1 – data**

Ações previstas: visite a câmara

Temas a serem tratados: estado brasileiro e divisão dos poderes. Papel do legislativo. História do Legislativo municipal.

Tour:

Salão nobre e Plenário. Informações sobre o Núcleo de Cidadania.

Proposição de atividades extraclasse: sugerir que os alunos conversem com colegas e outras pessoas da comunidade a respeito do acompanhamento da atuação de seus representantes. Questões norteadoras: Você lembra em quem votou nas últimas eleições municipais? O que tem feito para acompanhar as atividades parlamentares?

### **Encontro 2 – data**

Apresentar o conceito de política pública. Estimular os alunos a construir relações entre as políticas públicas e seu cotidiano. Definir a política pública a ser debatida profundamente ao longo da formação.

Sugestão de atividade: Cada aluno vai ser convidado a representar, por meio de desenhos e ilustrações, a política que pretende ver abordada em mais detalhes ao longo da formação. Os desenhos não devem ser assinados. Na sequência, eles serão distribuídos aleatoriamente entre os estudantes. A turma será dividida em grupos. E em seu grupo, cada aluno deverá apresentar o desenho do colega, identificar o tema apresentado e dizer se concorda ou não com a eleição daquela política pública, sempre justificando sua decisão. A partir desse debate, cada grupo deverá entrar em consenso a respeito de qual política pública deve ser escolhida. Por fim, um representante de cada grupo apresenta aos demais o tema escolhido e, novamente, por consenso, deverão escolher o tema final. Uma possibilidade é que seja usado o método do aquário na segunda rodada de debates os representantes de cada grupo formam um grupo menor, no centro da sala, e a discussão é assistida pelos demais, que podem intervir, eventualmente, ou mesmo trocar de lugar com seu representante, se ele anui00.

Proposição de atividade extraclasse: Levando em conta a política pública municipal escolhida, discuta com colegas, amigos, e familiares como anda o funcionamento desses serviços hoje em dia. Como era a situação antigamente? Houve mudanças? Em caso positivo, por que você acha que essas mudanças ocorreram?

### **Encontro 3 – Data**

Apresentação dos processos de construção da política pública em pauta. Foco nos processos de escuta da comunidade e de participação popular durante a evolução do ciclo da política pública.

Responsável pela formação: técnico da PBH indicado pela SMED – Secretaria Municipal de Educação

### **Encontro 4 – data**

Discussão do papel do vereador e das funções do parlamento, com destaque para as atividades legislativas e fiscalizadoras, sobretudo no âmbito da política pública escolhida.

Apresentação das experiências de participação cidadã possibilitadas pela Câmara no processo de fiscalização das políticas públicas: ouvidoria, audiências públicas, visitas técnicas, reuniões de comissão, acompanhamento de proposições, entre outras.

*Atividade sugerida:* quebra-cabeças sobre o conteúdo abordado e /ou divisão da turma em grupos, com subsequente apresentação, para os colegas, dos conceitos abordados. As atividades podem ser realizadas isoladamente ou de forma articulada.

Proposição de atividades extraclasse: convidar os alunos a ouvir colegas, amigos e familiares a respeito de eventuais melhorias necessárias no âmbito da política pública tratada. Os dados colhidos serão utilizados na realização das ações previstas no encontro seguinte.

### **Encontro 5 – Data**

Etapa de elaboração de propostas a serem apresentadas à Comissão de Participação Popular da Câmara de Belo Horizonte.

Atividade: criação pelos alunos, de mapas da cidade/ comunidade representando a situação ideal e a situação percebida como ideal no tocante à política pública escolhida.

Proposição de atividades extraclasse: convidar os alunos a refletirem sobre medidas capazes de transformar a realidade percebida na direção da cidade que consideram ideal, levando em conta o papel do poder público e dos cidadãos. As percepções elaboradas serão retomadas no encontro seguinte.

### **Encontro 6 – Data**

Etapa de elaboração das propostas dos alunos.

### **Encontro 7 – Data**

Solenidade de certificação dos alunos e de entrega simbólica das propostas por eles elaboradas.

**O projeto Câmara EJA é uma iniciativa da Câmara municipal de Belo Horizonte, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.**

**ALGUMAS DAS FOTOS PRODUZIDAS PELOS ESTUDANTES EJA DA EMHR – SEDE - E APRESENTADAS NO TELÃO NO DIA DA ENTREVISTA COM O VEREADOR.**

Figura 14: Queima urbana



Fonte: foto produzida por aluno da EJA- EMHR

Figura15: Esgoto a céu aberto



Fonte: foto produzida por aluno da EJA –EMHR

Figura 16: Moradias muito próximas da BR



Fonte: foto produzida por aluno da EJA – EMHR

Figura17: Travessia perigosa para os alunos



Fonte: foto produzida por aluna da EJA – EMHR

Figura 18: Queima de lixo ao lado da escola



Fonte: foto produzida por aluno da EJA – EMHR

Figura19: Queima de lixo



Fonte: foto produzida por aluno da EJA– EMHR.

Figura 20: Esgoto a céu aberto



Fonte: foto produzida por aluno da EJA–EMHR

Figura 21: Ribeirão poluído dentro da vila



Fonte: foto produzida por aluna da EJA–EMHR

Figura 22: Rua sem sinalização



Fonte: foto produzida pela professora Gislaine